

# DIÁRIO DA CÂMARA LEGISLATIVA

Órgão Oficial do Poder Legislativo do Distrito Federal

Ano XXXIII - 9ª Legislatura

Suplemento do DCL Nº 73

Brasília, quinta-feira, 11 de abril de 2024

## Sumário

### Seção 3

Ata Sucinta da 25ª Sessão Ordinária.....	3
Ata Sucinta da 15ª Sessão Extraordinária.....	8
Ata Circunstanciada da 25ª Sessão Ordinária.....	11
Requerimentos.....	51



**CÂMARA  
LEGISLATIVA**  
DISTRITO FEDERAL

### Mesa Diretora

**Presidente:** Deputado Wellington Luiz

**Vice-Presidente:** Deputado Ricardo Vale

**Primeiro Secretário:** Deputado Pastor Daniel de Castro - **Suplente:** Deputado Pepa

**Segundo Secretário:** Deputado Roosevelt - **Suplente:** Deputada Doutora Jane

**Terceiro Secretário:** Deputado Martins Machado - **Suplente:** Deputado Eduardo Pedrosa



COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA		COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E CULTURA	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Thiago Manzoni Vice-Presidente: Chico Vigilante Robério Negreiros Fábio Felix Iolando	Joaquim Roriz Neto Gabriel Magno Martins Machado Max Maciel Hermeto	Presidente: Gabriel Magno Vice-Presidente: Dayse Amarílio Thiago Manzoni Jorge Vianna Ricardo Vale	Chico Vigilante Paula Belmonte Roosevelt Robério Negreiros Martins Machado
COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS		COMISSÃO DE SEGURANÇA	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Eduardo Pedrosa Vice-Presidente: Joaquim Roriz Neto Paula Belmonte Jaqueline Silva Jorge Vianna	Martins Machado Daniel Donizet João Cardoso Doutora Jane Robério Negreiros	Presidente: Doutora Jane Pastor Daniel de Castro Roosevelt Hermeto Iolando	Jorge Vianna Pepa Thiago Manzoni João Cardoso Jaqueline Silva
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS		COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Dayse Amarílio Vice-Presidente: Max Maciel João Cardoso Martins Machado Pastor Daniel de Castro	Ricardo Vale Fábio Felix Paula Belmonte Eduardo Pedrosa Jorge Vianna	Presidente: Daniel Donizet Vice-Presidente: Paula Belmonte Doutora Jane Rogério Morro da Cruz Joaquim Roriz Neto	Thiago Manzoni João Cardoso Jaqueline Silva Jorge Vianna Martins Machado
COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR		COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA, TRANSPARÊNCIA E CONTROLE	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Chico Vigilante Vice-Presidente: Jorge Vianna Hermeto Daniel Donizet Iolando	Gabriel Magno João Cardoso Pepa Pastor Daniel de Castro Dayse Amarílio	Presidente: Paula Belmonte Vice-Presidente: Ricardo Vale Robério Negreiros Dayse Amarílio Max Maciel	João Cardoso Gabriel Magno Jorge Vianna Chico Vigilante Fábio Felix
COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA		COMISSÃO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Fábio Felix Vice-Presidente: Ricardo Vale João Cardoso Rogério Morro da Cruz Jaqueline Silva	Max Maciel Gabriel Magno Paula Belmonte Doutora Jane Iolando	Presidente: Max Maciel Vice-Presidente: Martins Machado Pepa Gabriel Magno Fábio Felix	João Cardoso Paula Belmonte Pastor Daniel de Castro Chico Vigilante Rogério Morro da Cruz
COMISSÃO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS		COMISSÃO DE PRODUÇÃO RURAL E ABASTECIMENTO	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Hermeto Vice-Presidente: Pepa Gabriel Magno Daniel Donizet Eduardo Pedrosa	Iolando Pastor Daniel de Castro Chico Vigilante Roosevelt Rogério Morro da Cruz	Presidente: Pepa Vice-Presidente: Iolando Ricardo Vale Rogério Morro da Cruz Roosevelt	Pastor Daniel de Castro Jaqueline Silva Chico Vigilante Jorge Vianna Thiago Manzoni

9ª Legislatura

Deputado Chico Vigilante  
Deputado Pastor Daniel de Castro  
Deputado Daniel Donizet  
Deputada Dayse Amarílio  
Deputado Eduardo Pedrosa  
Deputado Fabio Felix  
Deputado Gabriel Magno  
Deputado Hermeto  
Deputado Iolando Almeida  
Deputada Doutora Jane  
Deputada Jaqueline Silva  
Deputado João Cardoso

**Corregedor:** Deputado Joaquim Roriz Neto

**Procuradora Especial da Mulher:** Deputada Dayse Amarílio

**Procuradoras Adjuntas Especiais da Mulher:** Deputada Jaqueline Silva e Deputada Doutora Jane

**Procurador Especial de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa:** Deputado Chico Vigilante

**Procurador Adjunto Especial de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa:** Deputado Iolando

**Procurador Especial da Defesa dos Direitos da Juventude:** Deputado Joaquim Roriz Neto

Deputado Joaquim Roriz Neto  
Deputado Jorge Vianna  
Deputado Martins Machado  
Deputado Max Maciel  
Deputada Paula Belmonte  
Deputado Pepa  
Deputado Ricardo Vale  
Deputado Robério Negreiros  
Deputado Rogério Morro da Cruz  
Deputado Roosevelt  
Deputado Thiago Manzoni  
Deputado Wellington Luiz

**Ouvidor:** Deputado Jorge Vianna

## Seção 3

### Ata Sucinta da 25ª Sessão Ordinária

---

**ATA DE SESSÃO PLENÁRIA**  
**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA**  
**ATA SUCINTA DA 25ª (VIGÉSIMA QUINTA)**  
**SESSÃO ORDINÁRIA,**  
**EM 4 DE ABRIL DE 2024**

#### SÚMULA

**PRESIDÊNCIA:** Deputados Chico Vigilante e Paula Belmonte  
**SECRETARIA:** Deputados Paula Belmonte e Chico Vigilante  
**LOCAL:** Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal  
**INÍCIO:** 15 horas e 17 minutos  
**TÉRMINO:** 19 horas e 17 minutos

Observação: A versão integral desta sessão encontra-se na ata circunstanciada.

#### 1 ABERTURA

##### 1.1 LEITURA DE EXPEDIENTE

– Os Deputados Paula Belmonte e Chico Vigilante procedem à leitura do expediente sobre a mesa.

##### 1.2 LEITURA DE ATA

– Dispensada a leitura, o presidente da sessão considera aprovada, sem observações, a Ata da 24ª Sessão Ordinária.

#### 2 COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA

##### Presidente (Deputado Chico Vigilante)

– Informa que, de acordo com o Requerimento nº 1.213, de 2024, de autoria da Deputada Paula Belmonte, a sessão ordinária será transformada em comissão geral para discutir o Projeto de Lei Complementar nº 41, de 2024, que aprova o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCUB, e dá outras providências.

#### 3 ENCERRAMENTO

##### Presidente (Deputada Paula Belmonte)

– Após concluída a comissão geral, agradece a presença de todos e declara encerrada a sessão.

Observação: O relatório de presença e o relatório de presença por recomposição de quórum, encaminhados pelo Setor de Apoio ao Plenário e pela Secretaria Legislativa, estão anexos a esta ata.

Eu, Primeiro-Secretário, nos termos do art. 128 do Regimento Interno, lavro a presente ata.

**DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO**

*Primeiro-Secretário*



Documento assinado eletronicamente por **DANIEL DE CASTRO SOUSA - Matr. 00160, Primeiro(a)-Secretário(a)**, em 09/04/2024, às 14:14, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



**Relatório de Presenças por Reunião**  
**Reunião : 25ª Reunião Ordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 9ª Legislatura Dia : 04/04/202**

---

Nº	Nome Parlamentar	Partido	Hora	Modo
01	CHICO VIGILANTE	PT	15:16:41	Biometria
02	DAYSE AMARILIO	PSB	16:34:39	Biometria
03	DOUTORA JANE	MDB	16:49:48	Biometria
04	FÁBIO FELIX	PSOL	15:44:51	Biometria
05	GABRIEL MAGNO	PT	16:10:36	Biometria
06	JOÃO CARDOSO	AVANTE	15:37:05	Biometria
07	JOAQUIM RORIZ NETO	PL	15:10:05	Biometria
08	MAX MACIEL	PSOL	15:11:32	Biometria
09	PASTOR DANIEL DE CASTRO	PP	18:48:30	Biometria
10	PAULA BELMONTE	CIDADAN	15:16:32	Biometria
11	PEPA	PP	15:10:53	Biometria
12	RICARDO VALE	PT	15:53:59	Biometria
13	ROGERIO MORRO DA CRUZ		15:18:12	Biometria
14	ROOSEVELT	PL	16:26:03	Biometria
15	THIAGO MANZONI	PL	15:44:43	Biometria
16	WELLINGTON LUIZ	MDB	17:37:16	Biometria

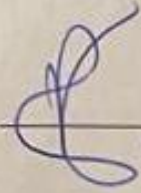
Ausências :

Nome Parlamentar	Partido
DANIEL DONIZET	PL
EDUARDO PEDROSA	UNIÃO
HERMETO	MDB
IOLANDO	MDB
JAQUELINE SILVA	MDB
JORGE VIANNA	PSD
MARTINS MACHADO	REPUBLICANOS
ROBÉRIO NEGREIROS	PSD

Justificados :

Nome Parlamentar	Partido	Texto
------------------	---------	-------

**Totalização**  
**Presentes : 16    Ausentes : 8    Justificativas : 0**

  
 \_\_\_\_\_  
**Presidente**

04/04/2024 10:17 1



**Relatório de Presença por Recomposição : 25ª Reunião Ordinária, da 2ª Sessão Legi**

Data: 04/04/2024

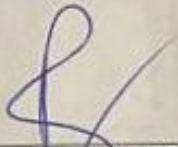
**Término da Reunião às 19:17:13**

**Estavam Presentes**

1 JOAQUIM RORIZ NETO	PL
2 PEPA	PP
3 MAX MACIEL	PSOL
4 PAULA BELMONTE	CIDADANIA
5 CHICO VIGILANTE	PT
6 ROGERIO MORRO DA CRUZ	PRD
7 JOÃO CARDOSO	AVANTE
8 THIAGO MANZONI	PL
9 FÁBIO FELIX	PSOL
10 RICARDO VALE	PT
11 GABRIEL MAGNO	PT
12 ROOSEVELT	PL
13 DAYSE AMARILIO	PSB
14 DOUTORA JANE	MDB
15 WELLINGTON LUIZ	MDB
16 PASTOR DANIEL DE CASTRO	PP

**Estavam Ausentes**

1 DANIEL DONIZET	MDB
2 EDUARDO PEDROSA	UNIÃO
3 HERMETO	MDB
4 IOLANDO	MDB
5 JAQUELINE SILVA	MDB
6 JORGE VIANNA	PSD
7 MARTINS MACHADO	REPUBLICAN
8 ROBÉRIO NEGREIROS	PSD

  
\_\_\_\_\_  
Presidente





## Ata Sucinta da 15ª Sessão Extraordinária

**ATA DE SESSÃO PLENÁRIA**  
**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA**  
**ATA SUCINTA DA 15ª (DÉCIMA QUINTA)**  
**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,**  
**EM 9 DE ABRIL DE 2024**

### SÚMULA

**PRESIDÊNCIA:** Deputados Wellington Luiz e Thiago Manzoni  
**SECRETARIA:** Deputado Ricardo Vale  
**LOCAL:** Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal  
**INÍCIO:** 18 horas e 23 minutos  
**TÉRMINO:** 18 horas e 59 minutos

Observação: A versão integral desta sessão encontra-se na ata circunstanciada.

#### 1 ABERTURA

**Presidente (Deputado Wellington Luiz)**

– Declara aberta a sessão.

#### 2 ORDEM DO DIA

**ITEM ÚNICO:** Discussão e votação, em 2º turno, do **Projeto de Lei nº 728, de 2023**, de autoria do Deputado Eduardo Pedrosa, que “institui e inclui no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal o Dia do Agente de Trânsito do Distrito Federal”.

– Votação da proposição em 2º turno. **APROVADA** por votação em processo simbólico (15 deputados presentes).

– Apreciação da redação final. **APROVADA.**

#### 3 ENCERRAMENTO

**Presidente (Deputado Wellington Luiz)**

– Convoca os deputados para sessão extraordinária a realizar-se em seguida.

– Declara encerrada a sessão.

Observação: O relatório de presença e o relatório de presença por recomposição de quórum, encaminhados pelo Setor de Apoio ao Plenário e pela Secretaria Legislativa, estão anexos a esta ata.

Eu, Primeiro-Secretário, nos termos do art. 128 do Regimento Interno, lavro a presente ata.

**DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO**

*Primeiro-Secretário*



Documento assinado eletronicamente por **DANIEL DE CASTRO SOUSA - Matr. 00160, Primeiro(a)-Secretário(a)**, em 10/04/2024, às 14:55, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
Código Verificador: **1616606** Código CRC: **58789439**.



**Relatório de Presença por Recomposição : 15ª Sessão Extraordinária, da 2ª Sessão**

Data: 09/04/2024

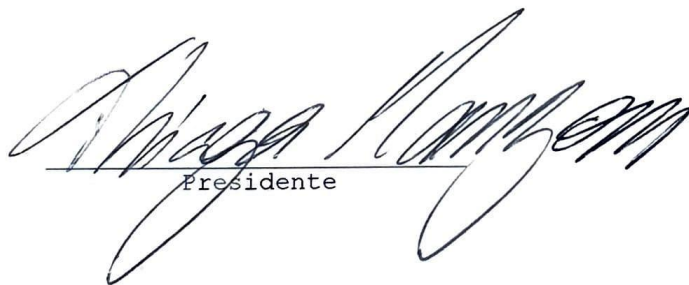
**Término da Reunião às 18:59:20**

**Estavam Presentes**

1 GABRIEL MAGNO	PT
2 FÁBIO FELIX	PSOL
3 RICARDO VALE	PT
4 WELLINGTON LUIZ	MDB
5 HERMETO	MDB
6 JAQUELINE SILVA	MDB
7 THIAGO MANZONI	PL
8 ROOSEVELT	PL
9 DOUTORA JANE	MDB
10 PASTOR DANIEL DE CASTRO	PP
11 MAX MACIEL	PSOL
12 EDUARDO PEDROSA	UNIÃO
13 CHICO VIGILANTE	PT
14 DAYSE AMARILIO	PSB
15 MARTINS MACHADO	REPUBLICAN

**Estavam Ausentes**

1 DANIEL DONIZET	MDB
2 IOLANDO	MDB
3 JOÃO CARDOSO	AVANTE
4 JOAQUIM RORIZ NETO	PL
5 JORGE VIANNA	PSD
6 PAULA BELMONTE	CIDADANIA
7 PEPA	PP
8 ROBÉRIO NEGREIROS	PSD
9 ROGERIO MORRO DA CRUZ	PRD



Presidente



## Ata Circunstanciada da 25ª Sessão Ordinária

### ATA DE SESSÃO PLENÁRIA

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA  
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 25ª  
(VIGÉSIMA QUINTA)  
SESSÃO ORDINÁRIA,  
TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL  
PARA DISCUSSÃO DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 41/2024,  
QUE APROVA O PLANO DE PRESERVAÇÃO DO CONJUNTO  
URBANÍSTICO DE BRASÍLIA – PPCUB E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS,  
DE 4 DE ABRIL DE 2024.**

INÍCIO ÀS 15H17MIN

TÉRMINO ÀS 19H17MIN

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está aberta a sessão ordinária de quinta-feira, 4 de abril de 2024, às 15 horas e 17 minutos.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido a deputada Paula Belmonte a secretariar os trabalhos da mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, expediente que será lido pela senhora secretária.

(Leitura do expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O expediente lido vai a publicação.

Sobre a mesa, a seguinte ata de sessão anterior:

– Ata Sucinta da 24ª Sessão Ordinária.

Não havendo objeção do Plenário, esta presidência dispensa a leitura e dá por aprovada sem observações a ata mencionada.

Em razão da aprovação do Requerimento nº 1.213/2024, de autoria da deputada Paula Belmonte, do Cidadania, a sessão ordinária de hoje, quinta-feira, 4 de abril de 2024, fica transformada em comissão geral para discussão do Projeto de Lei Complementar nº 41/2024, que “aprova o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCUB, e dá outras providências”.

(A sessão transforma-se em comissão geral.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Convido, para presidir os trabalhos da comissão geral, a deputada Paula Belmonte.

Convido as senhoras e os senhores deputados, bem como todos os que desejarem, a participarem do debate em plenário. Convido, também, as pessoas que estão no *hall* da Câmara Legislativa para adentrar o plenário e acompanhar esta importante comissão geral.

Está suspensa a comissão geral.

(Suspensa às 15h21min, a comissão é reaberta às 15h31min.)

(Assume a presidência a deputada Paula Belmonte.)

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Sob a proteção de Deus, reiniciamos os nossos trabalhos e damos as boas-vindas aos presentes.

Tenho a honra de declarar abertos os trabalhos desta comissão geral para debatermos o Projeto de Lei Complementar nº 41/2024, que trata do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília.

Convido a compor a mesa de honra o subsecretário do conjunto urbanístico da Secretaria de

Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal, senhor Ricardo Noronha; a promotora de justiça de defesa da ordem urbanística do Distrito Federal, senhora Marilda Fontenele; o presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, senhor Paulo Castelo Branco; o superintendente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Distrito Federal – Iphan, Thiago Perpétuo; a arquiteta e urbanista, gestora da Comissão Técnica da Cidadania do Conselho de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Estratégico do Distrito Federal – Codese-DF, Ivelise Longhi; e a arquiteta e urbanista, diretora do Patrimônio Cultural do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, senhora Vera Ramos. (Palmas.)

Eu gostaria de fazer um lembrete: esta sessão está sendo veiculada pelo nosso canal da Câmara Legislativa e está sendo transmitida ao vivo. Os senhores podem revê-la e divulgá-la. Se as pessoas quiserem compartilhá-la, o *link* está à disposição.

Primeiramente, quero fazer uma reflexão sobre o que estamos tratando, inicialmente. Como presidente da Comissão de Fiscalização e Transparência, estou muito honrada de iniciar os trabalhos através desta comissão geral. Estamos tratando de um assunto importantíssimo para o Distrito Federal e para o Brasil.

Muitas vezes, olhamos para a perspectiva da nossa cidade, do nosso quadradinho. Temos que entender que Brasília é a capital do Brasil e que, principalmente por ser Patrimônio Cultural da Humanidade, nós temos a responsabilidade de manter a nossa cidade, de modo que ela ainda possa representar esse título, título que é dado a poucas capitais no mundo e que a nossa cidade tem a honra de tê-lo. Ao mesmo tempo, entendemos que não podemos travar a nossa sociedade. Por isso, faz-se necessário este debate: um debate que deve envolver, sim, a nossa sociedade; um debate com a transparência necessária.

Por isso, quero pedir a todos os parlamentares que estão presentes nesta sessão – estão aqui o nosso deputado Chico Vigilante, o deputado Joaquim Roriz Neto, o deputado Max Maciel, o deputado Pepa e o deputado Rogério Morro da Cruz – responsabilidade para não haver pressa na votação da matéria. Esse projeto tem sido mencionado e tem sido discutido há muito tempo, há mais de 15 anos. Não precisamos ter pressa para votar algo tão impactante para a sociedade brasileira.

O que é o PPCUB, o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília?

Eu vou fazer um resumo para que as pessoas que estejam nos escutando possam entender e para que possamos divulgar esta audiência como participação da sociedade.

O PPCUB consiste em um instrumento regulatório que reúne todo o regramento de ordenação urbanística das áreas do Conjunto Urbanístico de Brasília – normas de uso e ocupação do solo –, em sintonia com a normativa de preservação desse conjunto urbano que é tombado nas instâncias distrital e federal e inscrito como Patrimônio da Humanidade pela Unesco, como também estabelece planos, programas e projetos específicos para desenvolver, qualificar, modernizar e atingir a complementação desejável e sustentável desse conjunto urbano de importância ímpar para toda humanidade.

O Projeto de Lei Complementar nº 41/2024, do Poder Executivo, é aguardado e discutido há, pelo menos, 15 anos.

De acordo com o GDF, a proposta é fruto de um amplo diálogo com representantes da sociedade civil, governo, setor produtivo, entidades de classe e outros. O GDF também reforça que o texto recebeu endosso do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan, como respaldo técnico em relação à importância da preservação do legado histórico-cultural, e foi aprovado, também, pelo Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal – Conplan.

Quero combinar com os senhores a dinâmica desta audiência pública.

Aqui há pessoas pioneiras da nossa cidade, pessoas que amam este Distrito Federal. Elas têm que ser ouvidas, pois, muitas vezes, não se sentiram contempladas.

Registro o meu sentimento em relação à secretaria responsável por esse estudo, hoje Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal, Seduh, cujo secretário ainda não está presente nesta reunião. Isso, para mim, é algo muito sério, deputado Chico Vigilante, porque foi feito o pedido. Hoje, está presente o Ricardo Noronha, que nos atende, porque foi a pessoa responsável pelo projeto, mas a presença do secretário é fundamental para um diálogo tão importante para esta casa, que é o parlamento.

Como eu disse, estão presentes pioneiros, pessoas que estão estudando esse projeto e que, mais uma vez, não estão sendo escutadas pelo GDF, pois o secretário é, sim, a porta de entrada.

Está presente o subsecretário Ricardo Noronha, a quem agradeço a presença, sua presença nos traz alegria, porque, com certeza, ele conhece o projeto, mas falta o secretário Marcelo Vaz. Ele me ligou, disse que está numa reunião no Buriti e que está vindo. Espero que ele consiga chegar a tempo para que ele ouça o que as pessoas têm a falar, porque não podemos entregar esse projeto sem que as pessoas tenham oportunidade de ser escutadas.

Registro a presença das seguintes pessoas: Gustavo Aires, administrador regional do Cruzeiro; Valdemar Medeiros, administrador regional do Plano Piloto; senhor Guilherme Otaviano, coordenador de assuntos institucionais da Associação Brasileira de Shopping Centers, muito grata pela sua presença; o arquiteto, urbanista, professor da Universidade do Distrito Federal, senhor Frederico Pinheiro Barreto; a presidente do Conselho Comunitário da Asa Norte, senhora Cléa Torres; também quero citar a presença de vários prefeitos, como a Patrícia; o senhor José Leme Galvão, arquiteto e urbanista do Instituto de Arquitetura do Brasil; a senhora Angelina Nardelli, vice-presidente da Condepac; e demais autoridades.

Quero registrar a presença do nosso deputado federal Paulo Fernando e de todos os deputados distritais que já mencionei. Quando os senhores quiserem falar, estamos à disposição.

A nossa dinâmica consiste em ouvir inicialmente a sociedade civil de um modo geral, para que possamos escutar os seus anseios, para que ela possa se sentir representada na discussão. Na sequência, nós vamos passar a palavra para os órgãos responsáveis: Iphan e o Governo do Distrito Federal – o Poder Executivo.

Quero registrar a presença da senhora Cléa Torres, presidente da CCAN; da senhora Patrícia Carvalho, presidente da CCAS e prefeita da 102 Norte; da Cristina Bessa, prefeita da 703 Norte; e do Pedro Vaz, conselheiro da ACDF, sempre jovem e atuante no Distrito Federal. Sejam muito bem-vindos!

Registro a presença do nosso deputado Fábio Félix. Quando o senhor quiser fazer uso da palavra, bem como o deputado Chico Vigilante, estamos à disposição.

Vamos iniciar. Passo a palavra à senhora arquiteta, urbanista, diretora do patrimônio cultural do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, Vera Ramos.

Antes de a senhora falar, vamos combinar a dinâmica. Como há muitas pessoas para falar e queremos escutar todos, disponibilizaremos a vocês 5 minutos. Se houver necessidade de mais tempo, concederemos mais 2 minutos. Pode ser assim?

Se todos respeitarem isso, conseguiremos realizar uma discussão produtiva e ouviremos as respostas das autoridades que estão presentes também.

VERA RAMOS – Boa tarde a todos. É uma honra fazer parte desta mesa, cujos membros cumprimento na pessoa da deputada Paula Belmonte, a quem parabeno pela iniciativa tão necessária. Para não me estender muito, eu fiz um pequeno resumo.

Ao longo dos últimos 16 anos, a elaboração do PPCUB tem sido um processo tumultuado. Como se sabe, várias minutas já foram apresentadas, inclusive 2 chegaram a esta casa e foram retiradas. Eu penso que esta é a terceira, este projeto de lei.

Nas várias audiências públicas, infelizmente, por falta de tempo, por ser muito complexo – o subsecretário da Seduh pode nos explicar melhor –, o PPCUB tem sido apresentado de uma forma mais superficial, o que tem prejudicado tremendamente o entendimento de que tudo que o PPCUB pode acarretar para a vida dos moradores e dos usuários da cidade.

Com relação ao Projeto de Lei Complementar nº 41/2024, acho imprescindível, inicialmente, registrar que, assim como as versões anteriores, o PPCUB atual, apesar do título, não pode ser considerado um plano de preservação. A preservação deveria ser priorizada e nortear a Lei de Uso e Ocupação do Solo e o desenvolvimento urbano. No entanto, na realidade, o que se constata neste projeto de lei complementar, assim como nos anteriores, é que os dispositivos relativos à preservação foram isolados em inócuas declarações de princípios e diretrizes sem eficácia legal. Ficaram os artigos realmente eficazes para o uso e a ocupação do solo e para o desenvolvimento urbano.

No PPCUB, faltam instrumentos de preservação. Além disso, ele não indica providências e não detalha como serão feitas a preservação e a fiscalização.

Em pronunciamentos diversos, oficiais e não oficiais, tenho ouvido a informação de que o PPCUB veio para unificar as normas, que realmente estavam dispersas. Já trabalhei na Seduh e nos órgãos que a antecederam. Foi um trabalho enorme unificar essas normas e tentar sintetizá-las em um documento só.



Porém, o PPCUB não é só isso. Ele vai muito além. Falamos que o PPCUB não é um plano de preservação e temos escutado isso de outros membros do IAB, de várias entidades de proteção do patrimônio e de professores da UnB. Quando dizemos isso, não estamos dizendo que a cidade tem que ser congelada. Não vamos ficar mais na guerra sobre o que pode e o que não pode ser feito na cidade. A cidade é um monumento vivo. Sítios urbanos não são obras acabadas e prontas, possuem natureza dinâmica e são bens patrimoniais. Porém, eles têm que ser vistos com instrumentos de análise próprios e critérios de intervenção adequados às suas especificidades.

O que vemos no PPCUB é que as normas que estão sendo aplicadas ao uso do solo e os instrumentos, como outorga onerosa e outros, são aplicáveis a qualquer cidade. Mas, como a disse a deputada na sua fala inicial, estamos tratando de uma cidade especial e única, protegida em 3 instâncias: distrital, federal e inscrita na lista do patrimônio mundial.

Então, nós temos que ter muita responsabilidade e muito conhecimento para tratar da preservação. O atendimento das demandas sociais e culturais é necessário, sem dúvida. A atualização e a flexibilização do uso de alguns setores são desejáveis. Por exemplo, está escrito no documento Brasília Revisitada que vários setores, principalmente da zona central, podem ter o uso flexibilizado. O uso principal é o que dá o nome ao setor, mas não é o uso exclusivo. Esse entendimento sempre houve. A Secretaria de Desenvolvimento Urbano fazia esses estudos e atualizava essas normas sistematicamente sempre que necessário.

O que eu vejo com preocupação neste caso é que não houve uma participação efetiva da sociedade civil e da comunidade. A comunidade não conhece o teor do PPCUB na sua íntegra. Ele é muito complexo e qualquer intervenção tem que seguir a mesma lógica do plano urbanístico de Lúcio Costa. Isso está escrito na inscrição da Unesco, nas recomendações da Unesco. As missões que estiveram aqui em 2001 e depois em 2012 e as sucessivas decisões das reuniões do Comitê do Patrimônio Mundial sempre reiteram que o PPCUB tem que ter normas claras. Brasília precisa de normas claras que não deem dúvidas quanto a intervenções, que não permitam interpretações subjetivas.

Em resumo, essa questão dos usos é perfeitamente factível de ser atualizada desde que ouvidos o Iphan, a sociedade, os órgãos de patrimônio, a secretaria e o Condepac, por exemplo.

Eu quero dizer também que, nesse caso dos usos, as planilhas não informam o detalhamento das atividades. Isso vai ficar para uma regulamentação posterior. Portanto, não há a informação da totalidade das atividades permitidas, assim como existem outras preocupações que são os famosos planos, programas e projetos que permitem estudos a serem aprovados futuramente e incorporados ao PPCUB. Então, existe um adensamento já atual com a criação de lotes. Aliás, o adensamento é um dos objetivos explícitos nos dispositivos. Esses planos, programas e projetos se transformaram em verdadeiros cheques em branco porque são aprovados agora para serem estudados no futuro.

A questão da mobilidade urbana é também diretriz que consta do projeto de lei, assim como o saneamento ambiental. São informações, mas sem eficácia legal, remetem-nos aos ZEEs.

Eu gostaria de falar também que na escala bucólica é uma preocupação muito grande, porque existe um artigo que diz que áreas *non aedificandi* permanecem assim, com exceção do que for definido pelos planos, programas e projetos. Isso coloca o nosso patrimônio numa alta vulnerabilidade.

Na escala residencial, o novo modo de morar, que é uma característica de Brasília, e as unidades de vizinhança também me preocupam devido à possibilidade da exploração de lotes comunitários pela iniciativa privada. A exemplo da Asa Norte – a presidente do conselho comunitário pode falar melhor –, isso foi feito na década de 1990 e os lotes destinados à educação transformaram-se em academias e em outros usos. Infelizmente, isso acontece. Então, os moradores das superquadras podem ter algumas surpresas, tanto na entrequadra quanto na superquadra. Tudo isso tem que ser visto com muito cuidado, penso eu. Tenho essa convicção.

O Iphan deu o parecer. Depois, naturalmente, o Thiago vai falar sobre isso, mas vi que ele externou algumas preocupações, apontou alguns usos incompatíveis e alguns conflitos com a legislação da Portaria nº 166. Não sei qual foi o desdobramento disso; naturalmente, isso será esclarecido aqui.

Eu gostaria de finalizar dizendo que Brasília foi inscrita na lista do patrimônio mundial. Como eu disse, as missões que vieram aqui sempre pediram que houvesse um arcabouço jurídico claro que não permitisse interpretações subjetivas para as questões essenciais à conservação do Plano Piloto. Isso vale também para as decisões do comitê, como, por exemplo, a última Decisão nº 45, de 2023, que solicita que o Estado parte, no caso, o governo brasileiro, encaminhe o PPCUB ao Comitê do Patrimônio Mundial para uma avaliação antes de ser encaminhado para a Câmara Legislativa. Isso não foi feito.

Essa não é uma obrigação – eu sei, já ouvi declarações nesse sentido –, mas demonstra preocupação.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Vamos combinar o seguinte: vou dar 15 minutos para os componentes da mesa porque o assunto é muito sério. Como a senhora é doutora no assunto, acho que vale a pena escutarmos a senhora. A senhora, então, terá mais 5 minutos, e as próximas pessoas da mesa terão 15 minutos. Na fala da participação da população, daremos o tempo restante.

VERA RAMOS – Eu já estava terminando.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Pode ficar à vontade porque acho importantes essas informações que a senhora está trazendo.

VERA RAMOS – Então, das 38 recomendações, por exemplo, do último relatório – a missão Unesco esteve aqui até também por conta de uma mobilização da sociedade civil, que mandou documentos e externou sua preocupação –, a grande maioria não foi atendida. A Decisão nº 45, com 7b108, de 2023, solicita que o Estado parte submeta o plano juntamente com o parecer técnico do Iphan à análise do Centro do Patrimônio Mundial antes de sua submissão à Câmara Legislativa e insta o Estado parte a aplicar plenamente as recomendações da missão conjunta Unesco/Icomos de 2012.

Posso considerar vários pontos. A Unesco também recomenda o estabelecimento de um comitê gestor para tratar do patrimônio. Esse comitê gestor não está proposto pelo PPCUB. Tive a notícia de que ele está sendo estudado em alguma instância, talvez no Iphan – o Thiago pode dizer. Além disso, uma das recomendações é a participação efetiva de instituições, universidades, entidades da sociedade civil na elaboração. Isso também não está ocorrendo. A estrutura de gestão proposta pelo PPCUB é uma estrutura muito complexa, envolve vários órgãos, instâncias, câmaras técnicas, complica as decisões e contraria as recomendações números 2, 3 e 6.

Então, o que eu tinha que falar principalmente era isso, porque eu sabia que o tempo era curto, mas eu posso me estender só mais um pouquinho.

Como a deputada já havia colocado, estamos há muitos anos discutindo esse plano. Esse plano é um plano de desenvolvimento urbano feito pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano. Não há um olhar prioritariamente preservacionista, um enfoque cultural na gestão desse patrimônio. Por quê? Porque a vocação da secretaria é o planejamento urbano, é o desenvolvimento urbano, e falta isso. Por isso ele tem que ser feito por várias entidades que tratam e que tenham esse olhar. Nós estamos tratando de um patrimônio, de uma cidade única, de uma cidade que ainda é um bebê.

Então, quando lemos esse projeto de lei, vemos que as alterações propostas são tantas e as previsões são tantas, que quase todos os setores teriam alguma interferência. Não é assim. A cidade é muito jovem ainda. Nós não podemos... Foi dito também por especialistas no parecer do Iphan que algumas delas podem descaracterizar as características fundamentais. Quais são? São a horizontalidade... Por exemplo, os 5 lotes criados no Eixo Monumental Oeste vão interferir na paisagem, na horizontalidade. Por que criá-los? Qual é a justificativa técnica para isso?

Então, há uma série de alterações. Eu mesma tive dificuldade de entendê-las porque a tabela de classificação de atividades não faz parte dos anexos. Então, fica mais complicado para consultarmos.

E o que eu vejo é que a premissa é uma premissa equivocada. Vamos adensar, vamos colocar mais habitação em setores de uso misto, mas, para preservar, devemos inicialmente descentralizar, colocar o emprego perto de onde as pessoas estão ou nas vias de ligação, como está previsto em vários documentos, inclusive no documento Brasília Revisitada, que é anexo da legislação de proteção.

Eu vejo que é preciso debruçarmos nisso com responsabilidade, com tranquilidade. O fato de ter demorado esse tempo todo demonstra que alguma coisa está faltando. Vamos encarar de frente, em nome dos nossos pioneiros que vieram para cá e com os quais eu tive a honra de conviver no Instituto Histórico e Geográfico. Nós temos que ter muita responsabilidade e respeito com esta cidade e com os nossos pioneiros, com aqueles que a construíram. Foi uma epopeia construir esta cidade em 3 anos e pouco. E ela representa uma série de inovações, inclusive o seu tombamento, que é um tombamento de caráter urbanístico, mais flexível do que o arquitetônico, algumas construções apenas têm tombamento arquitetônico também.

Vamos saber, entender, conhecer e ter como premissa principal a preservação. Preservar não é congelar, já passou do tempo de esse discurso continuar. Vamos entender que pode, sim, desde que não se descaracterize o patrimônio.

Obrigada, deputada.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Muito grata, Vera. Agradeço-lhe todas as vezes em que tive a oportunidade de escutá-la, porque sempre foi uma aula a respeito do Distrito Federal, do seu tombamento histórico. Que possamos respeitadamente iniciar esses debates nesta casa.

A política é feita de sinais e é importante que o governo os escute. Nós representamos uma parcela da população que precisa ser escutada. Aproveito a presença do deputado Fábio Félix e do deputado Thiago Manzoni para dizer que nós devemos escutar a sociedade. Haverá outros debates e que em todos eles nós possamos contar com a presença de V.Exas. e do governo para que possamos oferecer à nossa sociedade a oportunidade de ser escutada.

Concedo a palavra por 15 minutos à senhora Ivelise Longhi, arquiteta e urbanista, gestora da Comissão Técnica de Cidadania do Conselho de Desenvolvimento Econômico, Sustentável e Estratégico do Distrito Federal – Codese-DF. Para mim é uma alegria tê-la aqui.

IVELISE LONGHI – Muito obrigada, deputada.

Antes de tudo eu gostaria de agradecer o convite feito ao Codese. O nosso presidente gostaria muito de estar aqui, mas ele não está em Brasília e me pediu que viesse representando a todos do nosso trabalho, lá somos todos voluntários. Vejo aqui o Ronaldo e a Eliana Klarmann, que também estão conosco. São pessoas preocupadas com esta cidade e que, como sociedade civil, resolveram se organizar para debater políticas públicas, sugerir e, inclusive, acompanhar essas questões junto ao governo.

Esse tem sido um trabalho muito interessante. Graças a Deus, agora nós conseguimos ser escutados. Temos apresentado algumas políticas públicas e estamos acompanhando-as e recebendo respostas. Acho que é justamente isto que V.Exa. colocou sobre a importância do diálogo, principalmente com o governo, porque ele é o executor de todas essas políticas públicas e o responsável por ter as nossas cidades, não só Brasília, o Plano Piloto, mas todo o Distrito Federal, atendendo as necessidades maiores das pessoas que moram aqui.

Cumprimento os demais deputados presentes; a mesa, onde vejo grandes amigos, como o Paulo Castelo Branco. Não nos vimos há algum tempo, não é, Paulo? Na pessoa do Ricardo saúdo todos os demais presentes da Seduh, técnicos que têm uma preocupação muito forte com Brasília, com a sua preservação, com o cuidado, e têm uma responsabilidade bastante grande nesse sentido. Saúdo a nossa promotora, é um prazer muito grande tê-la aqui perto discutindo esse assunto; o Thiago, que, com muita responsabilidade, no Iphan, fez várias análises do projeto, várias reuniões – nós ficamos sabendo porque também participamos do Conplan, então sabíamos como iam sendo feitas essas discussões –; e os administradores regionais que estão presentes conosco.

Realmente, esse é um tema complexo. Tudo que se fala de cidade, de planejamento, é complexo, é difícil de se tratar e é difícil, às vezes, chegar a um consenso. Obviamente, a unanimidade não se espera, mas é muito importante que se tenha o maior número possível de pessoas favoráveis àquilo que está sendo proposto. É assim que as cidades acontecem. As cidades são feitas para pessoas, não são simplesmente cidades que devem ficar no papel. Elas devem ser cidades dinâmicas, que respeitem as suas particularidades, as suas especificidades e, ao mesmo tempo, possam trazer qualidade de vida e se adequar às novas necessidades que vão surgindo no dia a dia, na rotina.

Não é de hoje que se discute o PPCUB. Eu participei quando ainda estava como secretária, em 2011, e começamos a analisar como seria tratada essa questão do plano de preservação. Inclusive, eu tive a oportunidade também de participar, na época, quando foi feito o Decreto nº 10.826/2016 – eu já estava na secretaria. Por favor, não contem a minha idade, mas já há algum tempo que nós tivemos a oportunidade de lidar com a nossa cidade.

Desde aquela ocasião, nós tínhamos uma preocupação muito grande de como nós poderíamos preservar e manter todas as características da nossa cidade, que é tombada, que é preservada e considerada patrimônio cultural da humanidade; e, ao mesmo tempo, de como é que nós atenderíamos tudo aquilo que Lúcio Costa também dizia, que nós não podemos também cortar aquela questão que é inerente a qualquer cidade, que é a sua vida, o seu dia a dia, e que isso tem que ser também preservado.

Eu tive a grande oportunidade de conviver com ele, em algumas reuniões, e a preocupação dele era justamente esta: como a cidade pode crescer, como ela pode acontecer e atender também aquelas questões básicas que ela tem que preservar.

Quando nós olhamos para Brasília, podemos ter, obviamente, muitas dúvidas em relação a algumas questões. Podemos até reclamar, às vezes, que as calçadas não estão tão boas como nós

gostaríamos, para uma cidade que é preservada e que é tombada; e de várias outras questões que nos incomodam no dia a dia. Às vezes, passamos em alguns locais e vemos alguma coisa que não está muito dentro daquela norma em que nós achamos que deveria estar, e ficamos nos perguntando: o que fazer, como fazer para que essas coisas aconteçam o mínimo possível? E eu acredito que é por meio de um projeto como o PPCUB.

Tivemos oportunidade de acompanhá-lo desde o início, no dia a dia, suas necessidades; e eu me permito até discordar um pouco da doutora Vera – nós nos conhecemos há vários anos, trabalhamos juntas várias vezes – quando ela diz que o enfoque da Seduh tenha sido apenas um enfoque de planejamento urbano, de desenvolvimento urbano. Digo isso porque, acompanhando todo o trabalho que vem sendo feito ao longo de todos esses anos na Secretaria de Desenvolvimento Urbano, sempre foi percebido na área técnica uma preocupação muito grande com a questão do tombamento. Tanto que, muitas vezes, éramos tachados de retrógrados, porque estávamos segurando algumas questões da cidade que não poderiam acontecer do jeito que estavam sendo propostas. Então, há, sim, no projeto uma preocupação. Eu, particularmente, percebo uma preocupação bastante forte com a questão da preservação.

O PPCUB também não pode ser visto sozinho, como nenhuma regra deve ser feita assim. Então, quando falamos que tem de haver as regras de preservação, com certeza é preciso. Elas têm também regras que existem dentro do Iphan, que também definem como elas podem ser preservadas. Não precisa nem ir tão longe. O próprio decreto que definiu o que deveria ser tombado já é bastante claro ao dizer o que temos de fazer. Nós temos que garantir as escalas que nós temos – a escala bucólica, a escala residencial, a escala monumental, a escala gregária. Muitas vezes, pensamos que isso é deixar a cidade estanque, parada. Não! Ela tem que ter, realmente, a sua vitalidade respeitada. Agora, com muito cuidado.

Eu percebo que existem questões dentro do projeto que ficaram para ser discutidas posteriormente, porque, quando se faz um plano, tem que se pensar além. Você não pode pensar só no hoje; você tem que pensar no além e deixar aquilo previsto. Foi tomado o cuidado – e isso foi discutido muitas vezes – de que todos esses planos que serão posteriores – em algumas questões, os projetos e programas –, serão devidamente discutidos com a sociedade – e nós, sociedade, iremos cobrar isso sempre – e serão tratados junto aos órgãos que realmente cuidam também do patrimônio. Essas pessoas não serão simplesmente feitas por um decreto; elas serão motivo de uma lei complementar discutida na Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Então, vejo que, de fato, concordamos plenamente com algumas questões que a Vera colocou a respeito dos cuidados que temos de ter, não vou repeti-los aqui, mas é necessário que se tenha o PPCUB aprovado. Ele não é só para organizar normas. Apesar de que, se ele tratasse só de organizar as normas, já estaria fazendo uma grande coisa. Nós temos hoje um grupo que analisa e tenta fazer uma interpretação de algumas normas que existem, porque elas não estão claras ou estão dispersas em vários documentos. Isso prejudica a preservação da cidade. No momento em que elas estão organizadas, fica claro para todos o que pode ser feito e o que não pode ser feito.

Quando se fala também de flexibilização de uso, é porque as coisas mudam. Os usos mudam e nós temos que nos adequar a eles. Eu me lembro de que, quando era administradora de Brasília, foi negado um determinado tipo de uso para uma quadra porque ele não estava elencado numa lista do que era permitido. E, ao analisarmos a atividade, vimos que, realmente, quando a norma havia sido feita, não se falava em *lan house*, por exemplo; não se falava em clínica veterinária ou em lojas em alguns lugares. Portanto, vários usos e atividades haviam mudado e não estavam naquela lista que tínhamos que seguir dentro de uma norma. Por isso, a norma precisa ser atualizada. E ela não foi só organizada, mas também atualizada naquilo que foi necessário, naquilo que não feria as prerrogativas do tombamento.

Então, eu me sinto muito confortável em discutir esse plano. Creio que, se forem necessários ajustes, eles serão feitos com as discussões. Este é mais um fórum de debate, já houve audiências públicas das quais tivemos oportunidade de participar. Vejo muitas pessoas aqui que também estavam nessas audiências públicas.

Finalizo dizendo que, muitas vezes, quando pensamos que um determinado documento teria que conter todas aquelas informações que achamos necessárias, que poderia haver vários outros elementos que achamos extremamente importantes, nós não podemos perder de vista o seguinte: nós precisamos, hoje, de um PPCUB para preservar nossa capital. O plano de preservação e de desenvolvimento – ele não é só de preservação, mas também de desenvolvimento, e isso está na nossa lei orgânica – também vai definir como a cidade pode se adequar ao crescimento que é solicitado



pelos seus moradores, senão nós não poderemos realizar várias atividades que hoje são solicitadas pelas pessoas dentro da cidade e que são importantes para suas vidas.

Eu acredito que esse plano vem para organizar, ele vem com a finalidade de preservar. Pelo menos, foi essa a discussão que nós tivemos no Codese. Nós temos um eixo que trata da área de desenvolvimento urbano e habitação, e lá nós discutimos justamente isso.

No plano, como hoje está, era importante que houvesse mais coisas? Com certeza. Nós nunca vamos chegar a um ideal. Com certeza ele precisaria de outras questões, outras preocupações, mas é bom que tenhamos um plano. E, se for necessário fazer algumas adequações, que o façamos. Por exemplo, a Luos foi feita, organizou nas cidades a questão das normas e das regras, e hoje ela já sofreu uma adequação, porque foi necessário isso. As coisas não são perfeitas. Eu acredito que, com as discussões, com as comissões gerais, com as colocações vindas da sociedade sobre os ajustes que se tornam necessários, é possível, sim, que tenhamos um projeto que venha beneficiar a nossa cidade e não prejudicá-la.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Fico muito grata pela sua fala.

Registro a presença do deputado Gabriel Magno; fico grata por sua presença.

Eu vejo que esse é o clima do parlamento. O clima é votarmos e aprimorarmos quando necessário, com debates. O que não podemos ter aqui, e eu acredito que a senhora irá concordar conosco, é atropelo. Que façamos as coisas com calma porque, com certeza, é o que estamos esperando.

Eu quero conhecer, realmente, o assunto, para que não defendamos o que não conhecemos e também para que não menosprezemos o trabalho que foi e vem sendo feito com muita responsabilidade. Eu quero deixar isso registrado. Uma coisa é a ausência do Executivo, do secretário, e outra coisa é, realmente, valorizar o projeto; valorizar o Ricardo, que está ao nosso lado, que trabalhou para isso. Deixo isso registrado.

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Presidente, obrigado.

Faço primeiro uma saudação rápida. Quero agradecer à deputada Paula Belmonte por proporcionar esse primeiro debate sobre o PPCUB.

Nós temos sido, nesta casa, um grupo de parlamentares que defende que ele tenha uma tramitação regular, uma tramitação que proporcione o debate com a sociedade sobre o tema, que é muito complexo. Sobre esse tema, é difícil conectar o debate com o conjunto da sociedade, e é importante que a população possa compreender aquilo que está sendo discutido e votado aqui. Aliás, aprovamos no Colégio de Líderes um cronograma de debates e hoje abrimos esse cronograma com o debate que a deputada Paula Belmonte lidera sobre o tema. A ideia é que, nas próximas semanas, tenhamos outros debates nesta casa sobre o PPCUB.

Eu quero deixar 3 elementos que me geram reflexão. O primeiro deles, como já falado anteriormente, não é uma polarização entre preservacionistas e aqueles que querem fazer uma mudança radical na concepção da cidade. Não me parece que essa seja a ideia do plano, até porque ele não faz mudanças radicais na cidade. Então, é correto o elogio feito às equipes técnicas que trabalharam e construíram o plano.

Todos nós temos o entendimento de que a cidade é dinâmica. A cidade muda, a atividade econômica muda. Na legislatura passada mesmo, nós votamos a modificação da finalidade do SIG. Nós já tínhamos uma modificação de fato. Era fato que havia uma mudança na finalidade do SIG, e nós precisávamos concretizá-la, porque não existe mais a indústria gráfica como existia antes. Ela tem uma importância diferente da que existia em outro momento da história. Precisamos atualizar a cidade sempre pensando nela pela lógica das pessoas.

Existem algumas preocupações. A primeira delas, já trazida aqui, diz respeito à preservação, que não pode se limitar a um conjunto de diretrizes, porque diretrizes de preservação são insuficientes quando você não tem instrumentos concretos para a preservação. Quais são os critérios de preservação? Quais são as estratégias que o poder público vai proporcionar para a preservação do patrimônio?

O PPCUB tem o mapeamento de uma série de prédios e obras da cidade que precisam ser preservados. Eu acho que esse é o lado muito positivo do mapeamento técnico feito pela equipe da



Seduh e aprovado pelo Conplan. Mas quais são os instrumentos que esses condomínios e prédios têm para a garantia da preservação? Quais são os critérios de garantia da preservação? Como será feito o acompanhamento da preservação? Quais são os elementos concretos que garantem a preservação daquele patrimônio?

Então, eu acho que alguns elementos precisam ser trazidos para o PPCUB e esse é nosso papel. Nós não temos que nos contentar com as ausências, temos de trabalhar para que possamos preencher essa lacuna também. Parece-me, como a deputada Paula Belmonte falou, conversando com urbanistas, arquitetos, pessoas especializadas no tema, que a ausência que há hoje é de medidas mais concretas voltadas para a preservação do patrimônio. Precisamos olhar para a preservação, porque, hoje, vemos que as coisas estão sendo feitas de forma muito irregular na cidade. Quanto mais genérico e sem diretrizes concretas, mais o setor privado e o próprio poder público começam a operar fora daquilo que se entende como preservação do patrimônio. Então, esse é um elemento que nós... Qual é a cor? Qual é o acabamento que significa preservação? Devemos pensar nos elementos concretos que nos levam à lógica da preservação.

O terceiro ponto é já pegarmos os exemplos ruins que nós temos hoje para nos ajudar a corrigir o PPCUB. Eu vou dar um exemplo ruim que, para muitos, é positivo, mas, do ponto de vista da preservação, temos de olhar bem. Refiro-me à questão da concessão da Arena BRB. Foi feito um projeto urbanístico, o projeto foi aprovado, a concessionária assinou um contrato em que executaria o projeto aprovado em concurso público; porém, o projeto não foi executado. O projeto era para garantir a mobilidade ativa. Lá há um cercamento. Você não consegue entrar mais nem de bicicleta na região dos estacionamentos. Ninguém consegue mais andar a pé lá. É só cobrança. O local foi transformado em um grande setor privado, sem murar. As obras – que já eram para ter sido iniciadas – de preservação, de construção, inclusive com edificações muito bonitas do projeto que ganhou o concurso, não foram executadas, e a população, hoje, usufrui menos daquele espaço.

Então, a concessão que era para proporcionar uma edificação, uma nova utilização daquele espaço, hoje, inviabiliza a utilização. Você não pode andar a pé. Eu faço um desafio a todos nós: depois, vamos tentar andar a pé naquela região em que andávamos entre o Buriti e o Brasília Shopping. Não podemos mais andar a pé, não podemos mais andar de bicicleta. Há uma série de irregularidades ali, deputada Paula Belmonte e deputado Gabriel Magno – que é da CAF. Nós temos de ir lá, fiscalizar e dizer que aquilo está errado. Aquilo é espaço público concedido para execução de um projeto. Há vários outros exemplos. Vamos ter de fiscalizar isso na rodoviária, assim como em outros exemplos da cidade.

Eu concluo dizendo: pensar a preservação com elementos muito concretos me parece um grande desafio que nós temos agora no PPCUB, a partir das experiências ruins que nós temos. Eu estou muito de olho nessa concessão da Arena BRB, porque é uma concessão que, hoje, parece-me, tirou a vida daquela região. Os grandes empreendimentos, *shows*, restaurantes, bares chegam, mas as pessoas só chegam ali praticamente de carro, pagando estacionamento caríssimo, e é negado a grande parte da população o uso daquela área pública. Então, isso é preocupante em uma cidade de grandes vãos, em uma cidade com grandes distâncias, o que seria estímulo para ocuparmos um pouco mais a área pública.

Essas são algumas das nossas preocupações. É óbvio que há muitas outras, muitos outros elementos concretos que são trazidos a nós por diferentes perspectivas técnicas. Olhar essas experiências que me parecem ruins... Eu não estou me referindo a *shows*, pois há *shows* maravilhosos. A atividade econômica pode ter sido incentivada em algum nível, mas o projeto era um conjunto. Inclusive, a vocação inicial daquela área era esportiva. Ali há o Ginásio Nilson Nelson, há o estádio, havia a piscina, havia a área dos ginastas – que hoje é o Mané Mercado, não é mais a área dos ginastas –, havia a construção de campos de futebol, que não foram construídos pela concessionária. Eu não sei quem mudou o projeto. Quem autorizou a mudança do projeto? O que está virando aquela área? O PPCUB vai autorizar esse tipo de apropriação privada?

Então, não é que nós não queremos atualização, não é que não tenha que haver; a cidade se atualiza, mas queremos que a preservação seja feita da forma correta e com um olhar de discussão ampla sempre com a sociedade. E, parece-me, a grande ausência... Eu vou ter uma reunião agora, por isso eu pedi para falar, mas nossa equipe está acompanhando o debate, acompanharemos todo o debate que vai ser feito nesta casa sobre esse tema. Já deixamos aqui esse registro da preocupação com elementos mais concretos relacionados à preservação.

Agradeço a oportunidade à deputada Paula Belmonte.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Eu que agradeço, deputado, sei do seu comprometimento. Nós queremos construir. Esse debate se inicia nesta casa, mas é importante que tenhamos essa consciência de que nenhum parlamentar está contra o PPCUB. Nós queremos exatamente fazer com que seja o mais transparente possível para saber o que estamos votando e o que a sociedade também está acolhendo desse PPCUB.

O desenvolvimento urbano é algo essencial para a nossa cidade. Nossa cidade, inicialmente, foi projetada para 600 mil pessoas, e hoje nós estamos, falando do Entorno, com quase 4 milhões de pessoas. Então, realmente nós precisamos ter um olhar atento para isso, mas temos a responsabilidade também de fazer da melhor forma possível para a preservação de algo que é importantíssimo para nós como brasileiros: a preservação do patrimônio. Eu falo isso com muita tranquilidade porque minha família vem da construção civil. Então, para mim, pessoalmente falando, o desenvolvimento urbano é importantíssimo, mas a responsabilidade como brasileira e como brasiliense também faz com que eu tenha esse cuidado.

Eu quero registrar a presença do senhor Ricardo Reis Meire, presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal; do senhor Chico Sant’Anna, jornalista do *b1og* Brasília; do senhor José Leme Galvão Jr., arquiteto e urbanista do Instituto de Arquiteto do Brasil – DF; do senhor João Carlos Bertolucci, presidente da Associação Náutica e Esportiva do Turismo de Brasília e da senhora Angelina Nardelli, vice-presidente do Condepac.

Concedo a palavra ao senhor presidente do Instituto Histórico Geográfico do Distrito Federal, Paulo Castelo Branco. Muito grata pela sua presença.

PAULO CASTELO BRANCO – Boa tarde. Muito obrigado, deputada Paula Belmonte, pela oportunidade de trazer o Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal a esta casa.

O Instituto Histórico foi fundado em 1960, com o nome de Instituto Histórico e Geográfico de Brasília pelo presidente Juscelino Kubitschek. Posteriormente, ainda não funcionando, em 1964, o ministro Saulo Diniz criou naturalmente o Instituto Histórico Geográfico do Distrito Federal. E estamos aí tratando das questões de Brasília, temos um órgão muito especial, o Conbras, que trata especificamente da preservação de Brasília como patrimônio histórico mundial.

Nesta oportunidade, eu queria primeiro mencionar deputados: o deputado Fábio Félix; o deputado Chico Vigilante, que, há anos, luta junto conosco nessa questão; e o deputado Thiago Manzoni, que também tem demonstrado interesse e foi ao instituto para conhecê-lo.

Nós temos, no IHG-DF, um plano de curso sobre Brasília, sua história e seu povo, por meio de um convênio com a Secretaria de Educação, que funciona há 26 anos. Esse curso já deu aula para cerca de 100 mil crianças nesses 26 anos e dá aula para 6 mil crianças todos os anos. Além disso, já preparou mil professores sobre a história e a geografia do Distrito Federal.

Vejo aqui alguns colegas do instituto, como o nosso secretário-geral, Hugo Studart, e Jorge Cartaxo. Também estava aqui o deputado Paulo Fernando. Eles nos ajudam muito nessa luta. Essa é uma luta antiga, na qual Vera Ramos já presidiu o Conbras e o instituto. Nossa luta é permanente.

Quando eu vejo parlamentares como a senhora, o deputado Fábio Félix, o deputado Thiago Manzoni e o deputado Gabriel Magno, eu vejo que há, nesses jovens, a possibilidade de Brasília continuar existindo e de ter a proteção da Unesco. Nós, eu e a Ivelise, nossa ex-vice-governadora e minha companheira de tantos anos na luta por Brasília, queremos que vocês, deputados, olhem isso.

Eu fico muito satisfeito por o PPCUB chegar aqui, porque, até então, parecia que funcionava, que estava sendo feito, mas quem luta por Brasília sabe que as audiências públicas não eram do porte desta, em que cada um dos senhores deputados e deputadas pode efetivamente ouvir a sociedade individualmente, para que a sociedade se manifeste sobre o que ela quer ou não.

Eu estou aqui há 54 anos. A verdade é que essa é uma luta permanente, como disse a Ivelise, com o Lúcio, com o Oscar, com essas pessoas com quem nós tivemos a oportunidade de conversar. Nós sabemos da importância do Distrito Federal. A população do Distrito Federal tem a maior dificuldade de entender o que é essa preservação, o que é o Plano Piloto. Lúcio, quando fez a revisitação, já tratou disso. Ali perto do Guará, há as Quadras Econômicas Lúcio Costa, que não progrediram e estão no meio do caminho do trânsito. E isso nós não vemos. Passa governo, vem governo: “Vamos fazer isso, vamos fazer aquilo”. É como o deputado estava falando. Mas não fazem, e a população fica sem saber se foi feito ou se não foi feito.

Quando nós vemos os jovens de Brasília, os senhores jovens têm a oportunidade, como

eleitores, de se aproximar deles nesses *shows*, nessas coisas todas que existem na cidade. Esse momento é que precisamos trazer para dentro da discussão aqui, nesta casa, que é a casa em que eu confio. Como cidadão brasileiro, que sou por esta casa, eu confio que a Câmara Legislativa, com certeza, irá apreciar essa questão de forma transparente.

Nossas colegas de trabalho por Brasília sabem disso. Fazem uma reunião pública, uma audiência pública lá no fim do mundo. No fim do mundo, não há muita gente. A pessoa não sabe nem fica interessada, porque não sabe que Brasília existe, que o Distrito Federal existe. Ela só sabe que o local dele existe, o seu núcleo, a sua aldeia: "Eu vou para minha aldeia e ali fico". E o Distrito Federal acaba sendo abandonado.

A criação da Câmara Legislativa é um dado importante para o desenvolvimento do Distrito Federal. Nós do instituto já estamos buscando, com o presidente, o deputado Wellington Luiz, apoio para a proteção e a organização do Distrito Federal. Acho que isso independe de governos. Depende, sim, do processo legislativo, um processo transparente, ético, pelo qual podemos, efetivamente, encontrar um caminho para a cidade.

Sintetizando muito essa questão, eu vejo que foi falado sobre as modificações feitas nas cidades. Antigamente, em cada quadra, havia um lugar com padaria, quitanda, sapateiro e tal. Hoje, há quadras que têm um prédio da Caixa Econômica, por exemplo, que ocupa a quadra toda. Isso foi uma necessidade, porque aquilo estava sem uso.

Outra questão é a W3, e nós quase não tratamos disso. Por que a W3 foi descaracterizada? Há uma razão que nós vemos em qualquer lugar: criaram, perto da cidade, bem dentro da cidade, *shoppings*, que acabaram com o comércio local, acabaram com a quitanda, que era o meio de manutenção de uma família. Acabou, porque o aluguel nesses lugares... Nós precisamos incentivar, preservar e não deixar acontecer o que está acontecendo nas quadras 700, onde as casas já estão com 3 andares.

O deputado Fábio Félix perguntou: "Quem fiscaliza isso?" Quem? Como é que uma pessoa constrói um prédio em Vicente Pires, prédio de 10 andares, sem habite-se, sem nada? É um crime um negócio desse. Por quê? Porque não há fiscalização.

Lá no Instituto Histórico, estamos chamando os deputados para que venham conhecer a história de Brasília. A história de Brasília não é isso só, não. Nós temos geógrafos que mostram que, em 1800, já vinham os baianos aqui para Goiás, e de Goiás para São Paulo, levando gado. Planaltina tem uma história bonita, uma longa história, de séculos. Então, seria importante, especialmente para os senhores que vieram para cá, aqueles como eu, que aqui construíram família, de alguma forma, tiveram uma vida boa. É o que nós queremos para toda a população.

Deputada Paula Belmonte e meus colegas de mesa, eu agradeço imensamente esta oportunidade. Ontem o secretário de turismo foi ao instituto. Levou cerca de 40 agentes de viagem. O secretário de turismo Cristiano Araújo, que foi deputado distrital, levou para lá 40 pessoas da área de hotéis e 1 gerente geral do Banco do Brasil para apresentar um novo programa de financiamento de viagens etc. Perguntei: "Quantos dos senhores conhecem esta casa?". Apenas 2 pessoas. E nós estamos no centro da cidade, e ninguém sabia. Hoje nós estamos nos movimentando, estamos levando embaixadores. Recentemente levamos 9 embaixadoras. Eu nem sabia que havia tanta embaixadora, mas levamos 9 embaixadoras para tratar das questões das mulheres no mundo.

Assim o instituto está e vai fazer agora seu aniversário. Está ali o neto do ministro Saulo Diniz, que era membro do instituto e que nos ajuda muito na divulgação do aniversário do nosso instituto no dia 3 de junho.

Muito obrigado, deputada. Muito obrigado aos presentes.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Nós que lhe agradecemos. Para nós, é uma honra. Sabemos do trabalho do Instituto Histórico e Geográfico. Quero assim dizer que eu vim conhecer o Instituto Histórico e Geográfico com o Bruno Studart. Quero agradecer aqui essa oportunidade e colocar sempre o nosso mandato à disposição de vocês. Esse trabalho que vocês fazem com as nossas crianças para nós é realmente essencial. Que isso vire um programa de Estado, porque as nossas crianças têm, sim, que conhecer a história do Distrito Federal, que é a capital do nosso país. Quero parabenizá-los.

Aproveitando a oportunidade, vou fazer essa entrega perante todas as pessoas. Eu já o entreguei pessoalmente ao senhor, mas, quando o senhor ganhou o título de cidadão honorário, não havia um bóton. Eu vou entregar esse bóton agora ao senhor. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Concedo a palavra agora à senhora promotora de justiça de defesa da ordem urbanística do Distrito Federal, doutora Marilda Fontenele.

MARILDA FONTENELE – Excelentíssima senhora deputada Paula Belmonte, na pessoa de quem eu cumprimento os componentes desta seleta mesa e os senhores deputados, senhoras e senhores presentes, boa tarde. É com muita honra que o Ministério Público se faz presente.

Inicialmente quero agradecer o honroso convite da deputada para o Ministério Público. Para quem não me conhece, sou a titular da 4ª Prourb, que é a Promotoria de Justiça de Defesa da Ordem Urbanística, cuja área geográfica de atuação é exatamente o CUB – Conjunto Urbanístico de Brasília. Recebi a minuta do PPCUB e, como técnica, eu tive um olhar diferenciado, um olhar de jurista. Então eu vou poupar aqui essa teoria já lançada pela Vera, no sentido de que Brasília é uma cidade tombada e precisa ser preservada, e vou a uma área mais prática.

É preciso, sim, preservar sem engessar a cidade; é preciso que a cidade se desenvolva. É preciso, sim, uma legislação que fixe o uso do solo no conjunto tombado. Porém, as falas que me antecederam passam a impressão de que Brasília não tem legislação, mas ela tem. Hoje o conjunto urbanístico é regido pelas normas de uso e gabarito, que, diga-se de passagem, são muito desrespeitadas. Então quem quer construir constrói a seu bel-prazer, constrói em lugar não destinado a determinado uso, constrói acima dos limites e acima do potencial construtivo determinado pelas normas.

E qual o problema de tudo isso? Tudo isso primeiro deságua na promotoria e depois deságua no Judiciário. Tenho evitado, muitas das vezes, levar essas demandas ao Judiciário. Como? Com recomendações. Mas acontece que, muitas vezes, o Ministério Público chega depois. Ele chega depois. A obra ou já está construída ou está em construção quando tomamos conhecimento de determinada irregularidade.

Preservar não significa regularizar descumprimento das leis. E que leis regem hoje? Como dito: são as normas de gabarito. Como sou técnica e sou muito transparente, vou ter de tocar em alguns assuntos – e pode até ser que algumas pessoas não vejam isso com muita simpatia. Mas vou ter de dar alguns exemplos de regularização contra as quais o Ministério Público tem lutado.

Causa-me espécie o fato de, no projeto do PPCUB, haver alguns casuísmos. Vou citar só alguns casos. O primeiro que quero citar é o do Setor de Clubes Esportivos Sul, cuja destinação é para esporte e lazer. Hoje, há ali construído um *shopping center*, todo mundo sabe o nome dele – isso é público e notório –, o Pier 21, que funciona sem licença e de forma contrária às normas de uso. Esse projeto de lei – que interessante – diz que, no Setor de Clubes Esportivos Sul, não é permitido *shopping center*, mas ele faz, curiosamente, uma exceção para o lote onde está o Pier 21. Curiosamente, ele faz outra exceção. Sabem qual é? Para esse lote, não existe afastamento obrigatório, ou seja, fica tudo como está.

Isso não passa despercebido para o Ministério Público. Já tentaram regularizar o Pier certa feita e fizeram uma lei, cujo número não me lembro, mas ela está aqui. A lei dizia que não eram obrigatórios os afastamentos mínimos naquele lote. Essa lei foi declarada inconstitucional, certamente. Este lugar é o fórum de debate. Esta casa precisa se atentar, deputada, para não promulgar uma lei que, já no seu nascedouro, é inconstitucional. Isso causa um transtorno muito grande para a cidade, que já não vai ser preservada, porque alguém foi lá e construiu um elefante branco.

Não quero me estender muito quanto ao Pier 21. Houve uma audiência, e a coisa mais interessante, deputada, era que não havia como se fazer um acordo com o Pier 21. O único acordo possível, sabe qual era? Suspender o processo, suspender um processo que já corria há 9 anos. Eu falei: “Está bem. Vamos suspender. Trinta dias”. Trinta dias depois: “Não... Ainda estamos em negociação”. Eu falei: “Então, acabou a brincadeira. Esse processo já está em curso há 9 anos, com base em uma liminar proferida em mandado de segurança. Agora, senhor juiz, sentencie. Eles não têm licença, eles estão em um local cujo uso não é destinado à atividade que eles exercem”. Depois de 9 anos, conseguimos, no começo de 2024, uma sentença que determina a desocupação.

Vou dar um exemplo dos outros problemas que mencionei, que se referem ao fato de se correr atrás da regularização. Brasília, sim, é uma cidade tombada, é uma cidade moderna – os arquitetos podem me corrigir, se eu estiver errada – por que ela é moderna? Porque ela foi concebida com base na Carta de Atenas. Uma das proposições da Carta de Atenas é a setorização da cidade. Alguém pode me dizer: “Você engessa muito a cidade, se ficar setorizando”, mas a concepção de Brasília é essa. Se nós quisermos conservar um sítio tombado como patrimônio mundial... Brasília não foi tombada porque simplesmente nasceu de um projeto aqui de dentro, Brasília nasceu lá de fora, veio dessa concepção



da Carta de Atenas. E essa concepção é que faz Brasília ser essa maravilha.

O que acontece? Setorização. Nós temos uma escala residencial. Do lado da escala residencial é previsto que haja o quê? Comércio, como já foi dito aqui, nas proximidades da área, para que a pessoa possa ir andando. É maravilhoso morar na Asa Sul. O Sudoeste tem essa concepção também. Mas há o Setor de Grandes Áreas Isoladas previsto, basicamente, para quê? Atividade institucional. As normas de uso e gabarito, hoje, não permitem uso residencial nessa área. E o nosso projeto permite. Quais os problemas disso? Problemas enormes. Quem mora na área residencial tem transporte público garantido, porque o transporte passa nas vias principais, nos Eixinhos Norte e Sul; no Sudoeste, passa na via principal; no Noroeste, tudo isso.

Vai-se permitir o uso residencial nas áreas isoladas, destinadas, basicamente, a uso institucional, como hospital. Quem mora lá, primeiro, já está destituído da proximidade do transporte público, vai ter que andar muito. Essa área, que era destinada basicamente para instituição, como escola, até para equipamentos públicos comunitários... Eu peguei uma área do Noroeste, que é basicamente destinada a EPC, está destinada até para delegacia. O nosso projeto PPCUB – eu vou ter que falar com uma linguagem não muito técnica, mais coloquial – tem, vamos dizer assim, pegadinhas, porque a norma geral especifica quais são os usos e, nos parâmetros de uso e ocupação do solo, traz notas específicas. Essas notas específicas têm que ser olhadas com muito cuidado, porque, simplesmente, contradizem a norma geral, elas têm várias contradições que precisam ser sanadas agora no bojo. Se nós não sanarmos essas contradições, eu repito, isso vai desaguar no Judiciário. E aí é uma questão de interpretação. Nós vamos deixar para o Judiciário, para os magistrados interpretarem a norma? Quanto mais aberta a norma, mais poder de interpretação se dá para o Judiciário. Então, são poucas pessoas que vão decidir, sendo que, hoje, quem pode decidir sobre essas questões é a casa legislativa; quem pode decidir é o povo, por meio dos senhores parlamentares. E o poder de representação.

Eu faço um apelo, deputada, para que o Legislativo encare esses pontos e exerça o seu papel. Não vamos deixar isso a cargo do Poder Judiciário. Eu tenho uma contribuição a fazer, posso fazê-la por escrito, porque toda lei em si, sim, sempre vai trazer um problema de interpretação. As leis são feitas, e sempre há conflitos. Muita coisa já vai para o Judiciário, mas, se pudermos enxugar isso ao máximo, se pudermos colocar isso em termos mais concretos e menos abertos, eu acredito que vai ser bem mais tranquilo.

Outra coisa, como eu falei nos parâmetros e nas notas específicas, o que acontece? A mudança de uso também traz outras consequências, há outros efeitos. Um dos efeitos da mudança de uso é o pagamento de *Onalt – Outorga Onerosa de Alteração de Uso. Existem setores em que* alguns lotes já tiveram o uso modificado. Vamos dar o exemplo dos lotes residenciais. Os lotes residenciais hoje são ocupados, eles têm proprietários, quem vai pagar a Onalt? Eles vão ter que pagar. Se fosse uma obra em construção, a construtora pagaria. Nós vamos deixar essa alteração de uso sem fazer a devida cobrança? Nós queremos isso para a cidade? Nós queremos tirar o setor residencial e sair espalhando residência pelo resto da cidade?

Outro exemplo: é permitido o uso residencial multifamiliar, à exceção do pavimento térreo. Estou falando dos lotes do Noroeste, CRNW – está a mesma coisa na Asa Norte e na Asa Sul –, e, nesse caso específico, está assim: “condicionado a estudo do limite populacional previsto no projeto original e à comprovação da capacidade de suporte das infraestruturas”. Quem vai fazer esse estudo? Então, nós vamos mudar o uso e deixar a bel-prazer do órgão – no caso, aqui, acredito que seria a Seduh –, fazer o estudo e a palavra final ficaria com a Seduh? É um permissivo legal, então qualquer estudo que diga: “Está feito o estudo. Então, está aprovado”.

Outras coisas que eu consegui ver em relação aos parques: eles são classificados como parque de proteção integral, parque de uso sustentado. Eu me deparei com uma situação que me causou espécie: em um dos parques urbanos, o nosso projeto do PPCUB está admitindo a atividade de...

(Soa a campanha.)

MARILDA FONTENELE – Eu vou terminar minha fala, porque eu quero respeitar o tempo. Quero agradecer a oportunidade. O debate é grande...

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Vou conceder mais 5 minutos para a senhora concluir.

Fica aqui o meu compromisso, como presidente da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle, de marcar uma reunião com a senhora, para que possamos pegar todos



esses apontamentos. Vamos construir o entendimento com a própria secretaria. Vejo que esta é a importância do diálogo: a compreensão dos dois lados.

Eu estou aqui aprendendo. Particularmente, não tenho nenhuma concepção além de que temos que ter olhar atento ao desenvolvimento urbanístico e à preservação da nossa cidade. Mas também temos que ter cuidado com o plano diretor com que esta cidade, da qual temos tanto orgulho, foi pensado. Cautela e canja de galinha não fazem mal a ninguém. Esse é o nosso posicionamento. Fica aqui o nosso compromisso.

MARILDA FONTENELE – Agradeço mais este tempinho e vou tentar ser um pouco mais objetiva e rápida.

Eu estava falando dos parques. Há um parque urbano chamado Parque dos Pássaros, na Asa Sul. Ele está prevendo alojamento. A lei que dispõe sobre parques urbanos no Distrito Federal – não sei o número da lei de cor, mas tive a oportunidade de olhá-la antes de vir para cá – veda expressamente qualquer atividade residencial, e alojamento é considerado uso residencial temporário. A construção de um hotel ou de um alojamento onde as pessoas se abriguem temporariamente diverge da lei que rege a matéria – já há aí uma contradição legislativa.

Ainda em relação aos parques, o Parque Burle Marx é um parque que conheço bem, senhores. Aquele parque foi ocupado irregularmente por uma associação de pilotos de ultraleve. Foi muito difícil. Recentemente, consegui uma sentença que já passou por todas as instâncias, transitou em julgado, e determina a desocupação do parque e sua implementação. Esse parque já tem um plano de manejo. A maioria dos parques tem projetos que dispõem que deve ser observado o respectivo plano de manejo. Curiosamente, para o Parque Ecológico Burle Marx se está permitindo parcelamentos. O parcelamento é permitido, sim. Está aqui: “Observação: para fins de regularização do Parque Ecológico Burle Marx, é admitida alteração do parcelamento existente”. Confesso que fiquei em dúvida. Pensei assim: “A interpretação é dúvida. Vão regularizar as construções que estão ali ou mudar tudo?” A interpretação é dúvida.

Deputada, para a construção da segunda pista de pouso e decolagem nesse parque, simplesmente destruíram 70% do Cerrado nativo daquela área. Eu pergunto: quem vai recuperar a vegetação? Eu consegui judicialmente a desocupação – entre aspas. Consegui a sentença e ainda estou tentando executá-la. Quantas vezes tentei entrar naquele parque para fazer uma vistoria e fui barrada por aqueles que se dizem detentores da área pública. Certa feita, tentei entrar com os meus técnicos lá. Fui recebida pelo advogado, que abriu a porta, porque eles têm tudo fechadinho e, no outro dia, eu recebi uma representação do mesmo advogado, dizendo que eu estava adentrando numa área particular. Como assim uma área particular? Eu tenho que pedir autorização para entrar numa área pública cuja detenção é ilegal?

Vou encerrar, colocando-me à disposição, porque, como esses exemplos, eu tenho inúmeros outros. Eu quero um plano de preservação? Quero, mas, como eu disse, em Brasília, o plano urbanístico não está abandonado. Nós temos hoje normas e regras próprias. Que cidade nós queremos? Nós queremos regularizar tudo, todas as construções *contra legem*, ou nós queremos preservar?

E, se não for pedir muito, precisamos voltar ao *status quo*. Voltar no sentido de que Brasília precisa ter um olhar voltado para a sua concepção. Brasília já foi revisitada no documento de Lúcio Costa, e agora o que nós precisamos fazer? Volto a dizer: voltar o nosso olhar para um olhar de preservação, acompanhado de um olhar de desenvolvimento.

Muito obrigada pela oportunidade.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Muito grata, doutora Marilda. Como eu disse aqui, fica o nosso compromisso de pegarmos todas essas informações que a senhora tem.

Eu deixei aqui para derradeiros, vamos dizer assim, neste momento, exatamente as pessoas que são responsáveis tanto pelo projeto quanto pelo aval do projeto. Isso é muito importante.

Desde que tivemos conhecimento do projeto e começamos a estudá-lo, as pessoas me perguntavam a respeito do Iphan – ouviu, Thiago? Por isso a importância de você aqui. Eu estive com o presidente do Iphan, Leandro Grass, ex-deputado, para conversar a respeito desse projeto, porque hoje o respaldo maior que se fala, toda vez em que é anunciado o projeto via Poder Executivo, é o seguinte: “Olhem, o Iphan aprovou tudo. O Iphan está de acordo com tudo”.

Eu vi que hoje existe uma determinação do próprio Iphan, da procuradoria do Iphan, dizendo

que ele não tem o poder decisório de modificar o projeto. A própria procuradoria disse não ter poder de decisão, mas poder de aval: "Olhem, aqui não está afetando nenhum tipo de patrimônio". Eu acho importante esse esclarecimento. Eu acredito no trabalho de vocês, acredito na importância desse trabalho de vocês e eu acho que essa é uma dúvida recorrente que sempre vem até nós.

Aproveito também, como falado pela promotora Marilda, para dizer que nós fomos procurados, porque há algumas situações que eu vou trazer para vocês com relação à questão real do nosso dia a dia. As 900 são algo que também tem uma interpretação aberta. Falo da preocupação das pessoas que vieram até nós – estou aqui aprendendo, não estou julgando, Ricardo – falar sobre a questão da impermeabilização da nossa cidade. Estivemos com professores da UnB que falaram a respeito daquela grande inundação que aconteceu na UnB, e um dos motivos é exatamente o Noroeste por conta da impermeabilização. Eles falaram a respeito das bocas de lobo que não foram feitas adequadamente.

Então, olhamos como foi para frente. A impermeabilização lá em cima tem um impacto lá embaixo. Essa é a nossa preocupação. Quer dizer, quando aumentamos a população das 900, há a impermeabilização do solo. Como vai ficar isso? Há a questão do transporte. Essa questão do transporte que a doutora Marilda trouxe é uma realidade. As nossas vias principais estão aptas a receber o transporte público. As vias secundárias não têm esse transporte. Então, temos que pensar na mobilidade também e em como está sendo projetado isso. Essas são dúvidas minhas em relação ao projeto.

Há outra questão que foi colocada por pessoas que foram até o nosso gabinete – confesso que não tive a oportunidade de olhar o projeto porque ele é muito extenso, são 158 anexos – preocupadas com as superquadras. Entre as superquadras estão a W1 e a L1. Ali está sendo proposto que as superquadras podem ter 2 saídas. Isso é preocupante porque muda a dinâmica do que foi concebido. Eu não vi o contraponto disso, só ouvi a preocupação; quero ver o contraponto em relação a isso.

Uma outra situação: entre as quadras, hoje, há postos de gasolina que são essenciais para todos nós, mas o que está sendo aberto é mais espaço para posto de gasolina. Hoje o posto de gasolina está junto com outros comércios, então, também há uma descaracterização. Será que ele é necessário? Será que ele é importante para a nossa sociedade? Estou colocando o dedo na ferida para que possamos entender isso.

Ontem fui procurada por um grupo que falava sobre a mudança de destinação – eu não sabia da questão do Pier 21 – de determinados clubes no Setor de Clubes. Alguns clubes estão sendo modificados para área residencial. Abre-se uma exceção no meio da regra, e, daqui a pouco, aquele setor de clubes será todo modificado para residencial. Isso é uma coisa boa para a Brasília? Talvez seja, mas talvez tenhamos que pensar nisso, porque estão tirando dali a oportunidade de termos um lago tão lindo e mudando a concepção disso. Como fica a questão do transporte? Eu que sou uma grande defensora das nossas crianças vejo, hoje, a falta de construção de escola. Como vai ser a organização disso para que possamos trazer escola, educação, hospital? Começa-se a trabalhar a dinâmica de pensarmos nessa situação a longo prazo.

Hoje há falta de hospitais, de Upas. Se começarmos a adensar a população, teremos que dar espaço público para isso, e o Estado deve estar presente, a obrigação do Estado é estar presente. Não falo como pessoa do governo, da oposição ou de algum partido, estou falando como cidadã brasileira e cidadã brasiliense. O que nós queremos no futuro, em questão de políticas públicas e em dinâmica, para a nossa cidade?

Hoje nós temos um presente, porque o Distrito Federal como um todo é referência na segurança pública, ainda temos uma tranquilidade. Quanto à mobilidade, apesar da dificuldade, ainda há deslocamento com certa facilidade. Mas, quando há muito adensamento, dificulta isso tudo.

Digo a todos os parlamentares presentes e aos que estão acompanhando esta sessão: é responsabilidade de todas as autoridades aqui presentes pensar no futuro do nosso Distrito Federal. O Poder Executivo trouxe a proposta legislativa para esta casa debater, tudo com o aval do Iphan. Portanto, é importante que eles possam falar.

Na sequência, também vamos dar a palavra para as pessoas inscritas.

Neste momento, concedo a palavra, com muita expectativa e alegria pela presença, ao superintendente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Distrito Federal – Iphan, Thiago Perpétuo.

THIAGO PERPÉTUO – Boa tarde a todas as pessoas presentes e àquelas que nos acompanham pela internet. Eu quero fazer um agradecimento especial, deputada Paula Belmonte, pela oportunidade

de estar aqui para prestar esclarecimentos tão importantes. Vejo com muita alegria este momento em que avançamos na perspectiva relacionada ao PPCUB. Cumprimento os meus colegas da mesa, os parlamentares presentes e tantos amigos na plateia que vejo daqui.

Agradeço também os 15 minutos, porque sou um historiador muito prolixo – às vezes, 5 minutos não são suficientes –, mas vou tentar ser breve de qualquer maneira. Esse é um assunto de uma complexidade tal que, realmente, 15 minutos acabam sendo um resumo.

A parte fundamental da minha fala é exatamente esclarecer o papel do Iphan nessa perspectiva, porque é um papel muitas vezes pouco compreendido. De início, sinto-me obrigado a fazer uma fala que repetimos bastante – nós a temos repetido muito, sobretudo, neste momento do PPCUB: a atividade do Iphan não pode ser confundida com a de um órgão de controle da atividade do GDF.

As pessoas ficam com a expectativa de que caberia ao Iphan aprovar ou desaprovar o PPCUB. Essa perspectiva é falsa. Não é papel do Iphan exercer esse tipo de controle no trabalho da secretaria que tem a prerrogativa de elaborar os estudos e apresentá-los para a Câmara Legislativa. Esta, sim, tem a autonomia necessária e a prerrogativa para fazer esse debate público. Acosto-me um pouco à fala da promotora: de fato, esta casa tem legitimidade de fazer esse trabalho de trazer a voz do povo para as decisões das normas que irão reger essa porção tão importante do território nacional, a capital da República.

É importante também fazermos alguns esclarecimentos anteriores a respeito do que é o tombamento de Brasília, que também é algo pouco compreendido, por mais que Brasília seja uma das cidades onde a questão do patrimônio cultural esteja mais viva. Ela é falada nos jornais, nos bares, nos corredores, por especialistas e por não especialistas. Ou seja, o envolvimento da população em relação à questão do patrimônio é muito intenso. Mas, na perspectiva do que é o tombamento de Brasília, sobre o que ele incide, de fato, há uma compreensão muito difícil porque, na sua origem, a perspectiva do tombamento de Brasília foi muito singular.

A pessoa que formulou a primeira legislação de preservação desta cidade foi um arquiteto carioca chamado Ítalo Campofiorito. Ele teve um cuidado muito especial em fazer uma legislação de preservação que não congelasse a cidade. Havia esse medo. Tudo em Brasília é muito singular. Mas uma das coisas mais singulares de Brasília é que ela tinha 27 anos quando foi declarada patrimônio da humanidade. Uma cidade que ainda estava muito inconclusa. Até hoje, há setores da cidade que não foram construídos. Ítalo Campofiorito pensou em uma norma que de fato deixasse bastante aberta a possibilidade do desenvolvimento da cidade.

Algo muito curioso em relação a essa perspectiva do tombamento de Brasília é que, quando recorremos ao processo de tombamento, literalmente ao estudo direcionado para esse propósito e avaliado pelo conselho consultivo do Iphan, um dos primeiros documentos é uma carta destinada a Lúcio Costa, enviada pelo próprio Ítalo Campofiorito, na qual ele pergunta ao Lúcio Costa, como criador da cidade, quais os elementos da cidade que importava preservar. Afinal de contas, ela era uma cidade que estava em pleno desenvolvimento, muito jovem e com grandes espaços abertos, e havia uma legislação um pouco inconclusiva em relação ao uso e ocupação. Ele elencou mais ou menos uns 8 pontos e deixou a coisa bem aberta, bem flexível. A ideia dele não era estabelecer critérios para cada um desses espaços, exatamente com um pensamento que é frase dele: as cidades são organismos vivos, elas necessariamente vão sendo trabalhadas. Não é a cidade do Lúcio Costa, é a cidade dos brasilienses, é a cidade das pessoas que cotidianamente a constroem. Ela não é algo que simplesmente nasceu do cérebro de uma pessoa e está aí, pronta. Não, a cidade é um composto de todos nós que temos uma participação – e hoje, aqui, uma participação muito significativa – em pensar quais as normas que regerão o seu desenvolvimento, mas com a perspectiva de que o tombamento não pode ser encarado como tabu, tombamento não pode ser encarado como engessamento. Ele tem que ser compreendido a partir de certos critérios, que são linhas mestras do que é essencial para a preservação da cidade; no restante, ela vai evoluindo. Isso é natural.

Só para citar alguns exemplos – o tempo é curto, este debate poderia se prolongar por diversas horas, por diversos dias –, vamos pensar na perspectiva dos clubes. Os clubes são um modo de você impedir o acesso franco da população: se eu não participo do clube, eu não entro nele. Talvez, nessa perspectiva corajosa desta casa, deva-se pensar a respeito da permanência desses clubes. Eu, que estou como superintendente do Iphan, não vejo como um tabu discutir se os clubes serão mantidos da forma como estão. Minha perspectiva é: vamos analisar com bastante critério o que esse tipo de modificação poderia promover de benefício ou malefício para o conjunto da sociedade. É claro, respeitando as normas, como você muito bem citou.

É importante que a sua avaliação seja considerada pelos parlamentares quando forem fazer

essas análises. O PPCUB, obviamente, como nenhuma outra legislação, nenhuma norma, não tem que se prestar a fazer certas... Eu não vou chamar de negociatas, porque não é o caso – pelo amor de Deus! Eu conheço as pessoas que trabalharam no PPCUB ao longo desses anos. O grande ponto é que, eventualmente, as questões muito sensíveis têm que ser enfrentadas com um debate franco, honesto, em que o PPCUB não sirva para confirmar desmandos; mas que possamos, a partir de agora, de uma maneira muito equilibrada, com uma análise muito mais ampliada do que uma análise de gabinete, conseguir, de fato, avançar na perspectiva do que nós queremos para a cidade.

Estou no Iphan há 13 anos, sou servidor da casa, estou superintendente neste momento. O curioso é que uma das minhas primeiras tarefas, logo quando eu entrei, foi analisar a primeira versão do PPCUB. Naquela época, foi contratada uma empresa, uma consultoria, para iniciar os trabalhos de análise da morfologia da cidade. Uma das pessoas que estava à frente disso era a saudosa arquiteta Briane Bicca, que, na década de 80, coordenou o GT-Brasília, um dos primeiros fóruns de discussão, exatamente para pensar na preservação da cidade.

Ao longo desses anos, nós fizemos um esforço muito grande para dar contribuições ao aprimoramento do texto que vai ser apresentado nesta casa. Mais do que isso, também apresentamos alguns pontos que nós interpretamos que poderiam ser conflitos, com relação à norma federal de preservação, e essa parte é muito importante. O Iphan, uma autarquia federal, vai continuar agindo para cumprir e fazer cumprir a legislação federal de preservação.

Então, o nosso papel ao longo de todas essas etapas não foi o de autorizar ou de aprovar o PPCUB. A nossa perspectiva foi a de dar contribuições técnicas, de modo que o texto a ser apresentado para vocês tivesse o maior grau de compatibilidade com a legislação federal. Isso é um benefício para todos, a fim de criarmos um ambiente de segurança jurídica para o poder público, o poder privado etc., para que nós pudéssemos, de fato, fazer com que uma legislação converse com a outra. Obviamente, se houver discrepâncias muito grandes, eventualmente o GDF vai autorizar coisas que não podem ser autorizadas pelo Iphan e vice-versa.

A nossa perspectiva não foi a de autorizar, não foi a de aprovar, mas a de dar essa contribuição técnica, de modo que até mesmo os parlamentares poderão ter acesso a todos os pareceres do Iphan. Voltaremos aqui, a qualquer tempo, a qualquer hora, para contribuir com as diversas comissões, se for o caso, para apresentarmos a vocês quais são os nossos apontamentos. Mas é importante que se diga que, de fato, nós respeitamos muito o trabalho realizado pela secretaria, um trabalho hercúleo, que, obviamente, vai ter suas imperfeições. Acho que a análise do Ministério Público será valiosíssima, exatamente para aparar essas arestas. Trata-se de um documento de uma complexidade enorme! Se observarmos o corpo do texto e a quantidade de planilhas, veremos que há centenas de páginas de normas.

Também entendemos com bastante naturalidade que diversos atores político-sociais e instituições, a partir de uma análise pente-fino desse texto, encontrem aqui e ali alguma imperfeição ou algo que tenha que ser modificado. Entendo que é exatamente esta casa, a casa do povo, que realmente vai ter condições de fazer um trabalho assim. Concordo com você que isso não precisa ser rápido, pelo amor de Deus! Em um trabalho complexo, não há atalhos possíveis. Ele é um negócio de fôlego. O estudo de vocês, obviamente, será uma atividade muito trabalhosa.

Eu acredito que tanto as instituições quanto o Iphan serão parceiros da Câmara Legislativa, como foram da Seduh, para darmos essas contribuições e criarmos esse ambiente bem mais equilibrado entre a norma federal e a norma distrital, de modo que consigamos proteger o que é necessário, o que é essencial, sem congelar a cidade. Esse é um dos pontos fundamentais para pensarmos e, certamente, será um desafio para os parlamentares nessa fase de análise e – aí, sim – de aprovação do PPCUB.

Agradeço. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Eu fiquei esperando falta de objetividade, mas não a encontrei. O senhor foi bem objetivo e ainda economizou o nosso tempo. O discurso foi ótimo, sou muito grata!

A sua fala é importante, porque responde a todas as pessoas, no sentido de que o Iphan acompanhou tudo, detalhadamente. Hoje o Thiago está presidindo o Iphan e conhece detalhadamente esse projeto. Isto que é importante trazermos: essa segurança para a sociedade. O Iphan tem essa responsabilidade de trazer, como disse o deputado Fábio Félix, quanto à preservação, uma segurança para todos os urbanistas da cidade.

A sua fala é bem importante e me traz tranquilidade e segurança. Isso não significa que não



iremos, com a doutora Marilda, entender todo o caso e ouvir a sociedade, mas isso nos traz – vamos dizer assim – um ponto de apoio.

Concedo a palavra ao Thiago Perpétuo.

THIAGO PERPÉTUO – Deputada Paula Belmonte, apenas para complementar o que foi dito, eu não estou presidindo o Iphan. Eu sou apenas o superintendente. O presidente é o Leandro Grass, que lhe mandou um abraço. Eu me esqueci de mencionar isso na minha fala.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Muito grata ao responsável pelo Iphan no Distrito Federal.

Concedo a palavra ao nosso querido amigo deputado Gabriel Magno, o petista de que mais gosto. Eu disse isso publicamente, ouviu, deputado Gabriel Magno? V.Exa. é uma pessoa que tem um posicionamento muito coerente no que defende e é muito respeitoso. Nós temos diferenças de compreensão, mas sempre estamos – eu acho que isso é importante – construindo o parlamento. As pessoas dizem que falar significa discutir, mas eu vejo que significa convergir. A minha fala é esta: convergir. Procuramos fazer essas convergências, porque temos muito em comum também. Estamos torcendo para o desenvolvimento da nossa cidade.

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Senhora presidente, deputada Paula Belmonte, obrigado. Também quero falar publicamente algo.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Eu sou a deputada da direita que o senhor mais ama! (Risos.)

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Quero retribuir o elogio, V.Exa. sabe que isso é verdade. Muitas vezes, nós divergimos quanto a uma visão de mundo, ao melhor caminho a se seguir – isso é natural –, mas com muito respeito e, além do respeito, com muita honestidade naquilo que defendemos. As divergências ideológicas e políticas são saudáveis para uma sociedade que queremos construir com mais respeito, quando o fazemos com argumentos transparentes, com muita honestidade, com convicção e dispostos, também, a sermos convencidos. Eu sinto isto em V.Exa.: essa disposição de sempre estar aberta ao diálogo. Eu retribuo e agradeço o elogio e o carinho.

Quero também parabenizar V.Exa. por esta comissão geral, porque, antes de instituímos esse processo – formalizando na casa e no Colégio de Líderes – para haver, nas próximas semanas, essas comissões gerais, V.Exa. já estava preocupada com esse debate, como sempre está muito atenta às questões da cidade. Este debate é muito importante.

Peço, inclusive, desculpas, deputada Paula Belmonte, porque cheguei atrasado. Eu estava em uma reunião da Comissão de Educação, Saúde e Cultura, e tive que sair rapidamente para participar de uma reunião com o presidente na sala ao lado também. Este é um debate muito importante para nós.

Eu quero tratar de 2 assuntos. O primeiro é sobre o significado e a discussão de patrimônio. Para mim, o debate do PPCUB é muito importante, e acho que nós precisamos entender o papel dele: o que significa ser patrimônio como Brasília o é.

Ser patrimônio, na minha opinião, não coloca Brasília em uma contradição com o desenvolvimento e com a própria liberdade e dinamismo da cidade. Pelo contrário, acho que Brasília como patrimônio nos dá uma grande oportunidade de pensar o desenvolvimento da cidade a partir desse olhar, que, obviamente, é um desenvolvimento diferente de outros modelos de cidade. Nós temos, talvez, uma cidade com o privilégio de ter recebido o título da Unesco, de ter pensado a sua dinâmica viva, com sua arquitetura e com sua dinâmica arquitetônica modernista, que faz parte desse processo.

Eu quero colocar isso, porque muitas vezes escutamos que ser patrimônio ou ter regras, às vezes um pouco mais detalhadas e definidoras, pode atrapalhar esse processo – acho que não! Eu acho que isso ajuda muito a se pensar em um modelo de cidade. Obviamente, a área tombada no centro de Brasília, no Distrito Federal – no sentido visual –, não será expressa arquitetonicamente, do ponto de vista de um modelo de desenvolvimento similar ao centro de Nova Iorque, à Times Square, com aqueles LEDs. Na minha opinião, ainda bem, pois os nossos arquitetos têm mais bom gosto. Trata-se de modelos diferentes de cidade e é preciso entender essas diferenças.

Eu faço essa introdução, porque acho fundamental irmos além do debate. Nós estamos falando também do PPCUB – um plano de preservação. Acho que uma das questões de que nós sentimos falta – sentir falta disso não significa se opor ou não achar que seja importante o PPCUB, porque eu acho



que ele é fundamental para, inclusive, pensar esse modelo de desenvolvimento, baseado na preservação do patrimônio – é justamente a falta do capítulo da preservação na minuta que chega a esta casa.

Assim, esse é um esforço, deputada Paula Belmonte, que quero, de antemão, já colocar para pensarmos, a fim de que este parlamento e esta casa se debrucem em uma emenda, que é, na minha opinião, central ao projeto de lei que chega. Precisamos desenhar um capítulo da preservação com critérios, com instrumentos mais precisos.

Queremos, em um segundo momento, trazer alguns elementos, alguns exemplos de ausências, na nossa opinião.

A primeira ausência – acho até que o deputado Fábio Félix trouxe e alguns da mesa também trouxeram – é a respeito da questão dos edifícios. Por exemplo, a minuta traz que há edifícios que devem ser, pela palavra, instrumentos de preservação, mas não diz nitidamente quais seriam esses instrumentos. Isso talvez coloque em risco os próprios edifícios, porque os que não estão tombados vão ter que ficar ou vão ficar à mercê de uma regulamentação, que o PPCUB deveria, na minha opinião, trazer, mas não de maneira engessada. Ele deveria trazer quais são os instrumentos; se existe um conselho gestor; quais são os órgãos, até do controle social, que pensam a cidade com o seu dinamismo. Talvez isso ajude a preservarmos não só a segurança jurídica, mas o próprio entendimento do modelo de desenvolvimento que nós queremos ter, até para evitarmos uma grande insegurança.

É fundamental trazermos ao debate o próprio decreto da Unesco do tombamento de Brasília, que traz, também, uma série de critérios que eu acho importantes. Acredito, deputada Paula Belmonte, que aqui nenhum dos parlamentares – e talvez esse possa ser o início de consenso – acredita que Brasília deva perder esse título. Se esse é um consenso inicial possível, que possamos, então, trabalhar à luz dele a fim de evitar criarmos inseguranças para que não percamos o título de patrimônio.

Por último, como segunda questão e segundo exemplo, há as contradições no projeto de lei de um plano de preservação com o Plano Diretor de Ordenamento Territorial à própria Luos, como Lei de Uso e Ocupação do Solo. É óbvio que esse debate vai se entranhar, vai se misturar, mas o PPCUB não pode ter um olhar mais para um lado e se esquecer do outro.

Eu quero dar um exemplo de uma grande polêmica. Estamos em um espaço e em um debate que eu penso serem importantes também trazermos à luz – até para quem está nos escutando e participará desse debate – uma das grandes polêmicas. Eu identifico uma, inicialmente. Há outras, porém eu quero trazer uma, deputada Paula Belmonte: os lotes no Eixo Monumental, perto da Catedral Militar Rainha da Paz. Esse é um debate relevante para se fazer neste instrumento. A previsão e a permissão desse loteamento nesse espaço, sem inclusive dizer como será feito e de que forma será feito, coloca em risco uma parte do que estamos acabando de falar aqui: da própria preservação da cidade e de qual interesse de desenvolvimento estamos pensando.

Essa é uma questão para nós – o parlamento; a sociedade civil; o Poder Executivo, que propõe o projeto de lei; os órgãos de controle e o Ministério Público – nos debruçarmos. Na minha opinião, isso é fundamental.

Quero encerrar meu discurso, deputada Paula Belmonte, uma vez mais, parabenizando-a e dizendo, até por isso, que este debate a respeito de patrimônio precisa estar mais enraizado. O Thiago até falou que Brasília vive um pouco disso. Vive, mas, também, é preciso entender a questão. Aqui, às vezes, nós temos mesmo que ficar batendo na tecla.

Darei um exemplo para finalizar o discurso. Quando houve a distribuição do projeto do PPCUB nesta casa, ele não foi distribuído para a Comissão de Educação, Saúde e Cultura. Nós estamos fazendo um requerimento para reivindicamos isso. Não apenas porque estou hoje na presidência, obviamente, mas, como presidente daquela comissão, devo zelar pelo que o regimento diz. Isso porque é atribuição regimental da Comissão de Educação, Saúde e Cultura: “Analisar e, quando necessário, emitir parecer sobre o mérito de matérias que tratem de patrimônio cultural, histórico, artístico, natural e paisagístico, material e imaterial do Distrito Federal”. Portanto, isso é para não perdermos esse viés, que, para mim, é tão importante. Nós vamos não só fazer esse requerimento à Seleg, mas também realizaremos audiência pública da própria comissão. Acho importante fazer esses vários recortes que o PPCUB tem.

Mais uma vez, parablenizo V.Exa., deputada Paula Belmonte, e me coloco à inteira disposição do seu mandato na Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle. Vamos pensar juntos.

Que possamos sair daqui, diante desse calendário, sem atropelamentos, com um texto que dê conta do conjunto dessas preocupações que estão vindo à tona e que vários parlamentares têm colocado. Nós estamos há pelo menos 15 anos nesse debate do PPCUB. Resgatamos uma parte desse acúmulo histórico, porque esse debate não começou no ano passado, no ano retrasado nem agora. Nós estamos nos debruçando sobre ele, assim como várias pessoas e organizações, há mais de uma década. É importante que o texto final possa refletir também o conjunto dessas experiências, dessa construção histórica nos últimos 15 anos ou mais, em que temos acompanhado muita produção, muita elaboração sobre pensar o Distrito Federal, o seu futuro e o seu desenvolvimento, combinado com a defesa do patrimônio cultural.

Obrigado, deputada Paula Belmonte. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Muito grata, deputado Gabriel Magno.

O senhor traz na sua fala, além da propriedade, essa importância do cronograma. Eu ia perguntar exatamente ao senhor qual seria o dia, dentro daquele cronograma que nós fechamos no Colégio de Líderes, em que a matéria seria debatida.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – A matéria ficou fora da CESC, mas, independentemente disso, eu acho que é importante levar o debate para lá, deputado, ao qual quero estar presente. Quanto mais debatermos esse assunto, melhor será para a nossa comissão e para a Câmara Legislativa. A responsabilidade dos 24 parlamentares na votação desse projeto é fundamental.

Que não tenhamos pressa de votar, mas, sim, de debater. O que significa não ter pressa de votar? Isso não quer dizer que nós não vamos votar; nós vamos votar, e isso é importante. Eu acho que todos nesta casa legislativa veem a importância desse debate, desse projeto. Que façamos esse debate com maior transparência e com a participação da população. É por isso que esta audiência é tão importante.

Eu quero, nominalmente, falar a respeito do trabalho do secretário Marcelo Vaz, pessoa que eu admiro – e faço questão de dizer isso! Eu tenho um bom relacionamento com ele. Ele fez um belo trabalho com o PDOT, e o nosso gabinete o acompanhou inteiramente. Eu não vou dizer que nós fomos a 100% das audiências que foram propostas, porque não fomos; porém, em mais de 90% delas, conforme disse o Matheus, nós estávamos presentes, sejam a respeito das regiões administrativas, sejam reuniões temáticas. Nós estamos acompanhando, de maneira bem próxima, o PDOT. Ele tem feito um trabalho de excelência.

Quero registrar isso e fazer um elogio ao secretário Marcelo Vaz. É por isso que nos causou estranheza sua ausência, mas sabemos também que ocorrem situações. Ele foi chamado pelo governador, conseguimos compreender isso. Esperamos que, nos próximos debates, ele esteja aqui. Ele também me ligou, falando o seguinte: “Você vai estar com o especialista. Eu estaria aí só compondo a mesa. Quem entende mesmo é o Ricardo Noronha”. Eu conheço um outro Ricardo Noronha também. Há alguns ricardos noronha.

Eu quero agradecer a sua paciência de ter nos escutado. Ainda vai haver a participação da população que está nos vendo. Ressalto a importância da sua fala aqui.

Registro a presença do nosso presidente deputado Wellington Luiz.

Eu quero aproveitar e registrar, presidente, que eu estava exatamente falando agora do trabalho de excelência que nós estamos acompanhando do secretário Marcelo Vaz, inclusive, no PDOT. O nosso gabinete acompanhou mais de 90% de todas as audiências que ele realizou. Há a nossa admiração pelo trabalho dele. Ao falar isso para a população, sentimos sua ausência, mas estamos aqui com um grande especialista, que é o Ricardo Noronha, a respeito do PPCUB.

Ao registrar isso, eu gostaria que se o senhor pudesse falar algo antes de eu passar a palavra para o subsecretário.

Concedo a palavra ao deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Boa tarde a todos e a todas. Em primeiro lugar, quero agradecer à deputada Paula Belmonte por esta iniciativa e a parabenizo por isso.

Como parte do rito desta casa – nós deixamos isso bem claro –, o PPCUB não seria votado enquanto as comissões não o analisassem, enquanto a sociedade não fosse ouvida, e assim isso está sendo cumprido. A deputada Paula Belmonte, presidente da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle – e a preside com muita maestria – saiu à frente, para minha alegria, para

minha felicidade. Digo, na condição de presidente desta casa – escolhido pelos meus 23 colegas –, que não tenham dúvida de que este talvez seja o projeto mais importante até agora da nossa gestão e nós vamos tratá-lo com todo o zelo. A vontade da população não será desrespeitada. Essa é a ideia.

Quero agradecer, Ricardo, em sua pessoa, na pessoa do secretário Marcelo Vaz, ao nosso governador e saudá-lo, pela forma como tem conduzido a matéria.

Não existiu uma só vez, Ivelise, que chamássemos a Seduh em que ela não estivesse presente para poder explicar alguma questão. Quero justificar uma falha minha, deputada Paula Belmonte, porque o Marcelo me avisou que não poderia comparecer hoje, mas que a equipe da Seduh estaria aqui. O que aconteceu? Eu tive que ir ao Tribunal de Contas do Distrito Federal; não consegui chegar a tempo aqui para poder justificar a ausência do secretário. Porém, a Secretaria de Desenvolvimento está aqui, inclusive com um dos técnicos mais bem preparados que conhece o processo e sanará as dúvidas. Trata-se de dúvidas que naturalmente vão começar nesse processo, mas esta Câmara Legislativa não se furtará a discutir todos esses itens.

Vemos uma mesa recheada de amigos nossos, de colegas que conhecem esse processo e que vão contribuir bastante com o debate. Então, é uma alegria para a Câmara Legislativa discutir esse processo. Deputado Gabriel Magno estava lá embaixo, correu para cá, prometeu que ia voltar, mas me enganou.

Nós estamos tratando de moradia. Nós – com o secretário, meu amigo de muitos anos – estamos conseguindo entregar agora moradias para aquelas pessoas mais carentes. A deputada Paula Belmonte cobra muito isso aqui, sempre cobrou bastante. Nós estamos conseguindo realizar o sonho de 50 e poucas pessoas que estão saindo de uma ocupação irregular, que moram em condições indignas para o ser humano, para as quais daremos moradia. Então, esta casa acaba por realizar muitas discussões ao mesmo tempo, e, por isso, nós nos dividimos.

Fica aqui o meu agradecimento. Quero agradecer à deputada Paula Belmonte e a cada um de vocês e dizer que a Câmara Legislativa se alegra muito com a presença e com a participação de vocês. Mais uma vez, quero parabenizar a deputada Paula Belmonte por esta iniciativa.

Na semana que vem, nós vamos discutir a questão novamente, em outra comissão – salvo engano, na CDESCTMAT. Também a discutiremos na CCJ, na CEOF e em todas as comissões. Por último, ela será discutida na CAF.

Ivelise, você é uma especialista nisso e é uma alegria você ser do meu partido, do MDB. Quero dizer que, para nós, a participação de vocês engrandece a discussão e ela é motivo para termos a certeza absoluta de que nós votaremos, sim, este projeto. Nós não temos mais o direito de demorar tanto tempo para fazê-lo. Para vocês terem ideia, em 2011, eu fui indicado para ser o relator do PPCUB. Passaram-se 13 anos, e o Estado nada fez. Acho que a população merece respeito, que a população merece ser ouvida.

O cerne dessa discussão é a preservação, mas eu sempre vou dizer: a modernização é fundamental, desde que ela não fira a preservação, que é fundamental para todos nós, filhos de Brasília.

Fica aqui o meu agradecimento e os meus parabéns à deputada Paula Belmonte e a todos os deputados que estão participando desta audiência. Podem ter certeza de que, durante os próximos 2 meses, 60 dias, nós discutiremos amplamente esse que, para mim, é o mais importante projeto, no momento, do Distrito Federal. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Muito grata, presidente deputado Wellington Luiz. O senhor não precisa me dar nenhuma satisfação. É o senhor que, na realidade, manda nesta casa – não é, deputado Gabriel Magno? Nós lhe obedecemos.

Quero ressaltar a sensibilidade do senhor para que todos os parlamentares se sintam bem nesta casa. Eu agradeço muito ao senhor, olhando os seus olhos. Quero dizer que fico muito sensibilizada com a competência com que o senhor trata essa questão da moradia para os menos favorecidos, porque moradia é dignidade. Então, eu agradeço, de coração, esse atendimento a essas 50 pessoas. Que haja, ao longo deste ano, muitas entregas de moradia social para a população! Uma família que tem uma moradia, que tem um endereço, que tem onde receber uma carta, também tem uma criança que o Estado pode receber com educação, com saúde próximos. Assim, uma família prospera. Então, parabéns e que Deus o abençoe! Obrigada.

Concedo a palavra ao participante mais esperado, Ricardo Noronha.

RICARDO NORONHA – Boa tarde a todos. Obrigado pela oportunidade, deputada. É sempre

bom discutirmos este assunto, que é tão importante para a população não só de Brasília. Para nós, é uma honra e um prazer estar à mesa com tantos especialistas e ver diversos olhares sobre o mesmo tema.

Primeiro, eu quero contextualizar que o PPCUB, como já falaram, vem sendo discutido há mais de 13 anos, indo e voltando, sendo debatido extensivamente, extenuantemente.

Eu quero ressaltar de 2019 para cá. Quero falar um pouco do PPCUB. Ele tem 3 pilares: o plano de preservação; a Lei de Uso e Ocupação do Solo e os planos, programas e projetos, que é um plano de desenvolvimento. O que acontece? Ao se falar de preservação, junto aos planos e à parte de uso e ocupação do solo, não existe, no PPCUB, nenhuma inovação, nenhuma maluquice, nada de extraordinário. Como a promotora trouxe, existem normas hoje, claro, e elas são mais de mil. Há normas que hoje estão quase ilegíveis no nosso arquivo, sobre as quais nós temos que ficar nos desdobrando para entender o que é permitido e o que não o é. Isso, sim, abre margem para vários entendimentos, abre margem para a subjetividade que vem acontecendo e que aconteceu ao longo desses anos.

A ideia é trazer para a atualidade essas normas com as evoluções citadas aqui pela Ivelise, com toda a responsabilidade, com todo o zelo. Várias atividades nem existiam e hoje estão a pleno vapor. Eu não sou especialista, mas estou ao lado de uma equipe muito aguerrida, e essa, sim, é especialista, formada por grandes profissionais, servidores públicos que têm trabalhado exaustivamente nesses anos.

Nesse histórico, em 2019, em que pese a fala do Thiago de não haver esse veto ou essa aprovação por parte do Iphan, a proposta foi toda balizada nas portarias do Iphan. Aquela proposta que está no *site*, que é essa proposta que está hoje tem consonância com todo o direcionamento do Iphan naquelas 2 portarias, principalmente com a Portaria nº 314 e com a Portaria nº 166. Isso, para nós, é uma grande alegria, porque estar em consonância com o órgão federal de preservação é muito importante.

Realmente, o foco é a preservação, só que, assim como outras matérias, não se fala de preservação somente com um plano de preservação apartado. Nós entendemos que, sim, o uso e a ocupação mais bem definidos, mais bem regrados e, conseqüentemente, muito mais claros, com definições, vão, sim, ter um peso na preservação. Quando dizemos o que é permitido e o que não o é, estamos, sim, preservando algo. Quando trazemos planos, programas e projetos, estamos direcionando qual é a intenção ou quais são as necessidades apontadas nesse diagnóstico. Nenhum plano, programa ou projeto, nenhum item daquele tem permissão para, a partir da aprovação ou da sanção da lei, ser executado de forma açodada. Todos eles – na medida do seu porte, claro –, dos atos mais simples, como um estudo de requalificação, até uma alteração de uso seguirão, em momento oportuno, o rito – lei complementar ou decreto –, seja lá qual for o rito que a legislação atual preveja.

Eu já escutei algumas vezes que os planos, programas e projetos são um cheque em branco. Eles não o são, de forma alguma! Eles são intenções, tanto que, se nós quiséssemos fazer qualquer um daqueles estudos hoje, nós teríamos condições de fazê-lo, e teríamos que cumprir o rito da mesma forma. Eles estão lá como direcionamento, como intenção e como diagnóstico. Durante a execução do PPCUB, foram levantados aqueles assuntos, e nós precisamos tratá-los com um olhar mais próximo. Nem sempre, durante a discussão de um plano completo, nós temos tempo ou temos braço para fazer isso. Eles são levantados, são listados e terão um tratamento específico com o próprio rito e, principalmente, a maioria deles – os mais relevantes – será tratada com lei complementar que passará por esta casa, por audiências públicas como toda e qualquer outra lei. Então, fiquem tranquilos quanto aos planos, programas e projetos.

Da Lei do Uso e Ocupação do Solo, dá 2 exemplos mais recentes: a Lei do SIG e a Lei do Setor Comercial Sul, as quais passaram por esta Câmara Legislativa, foram destacadas do plano dada a urgência da matéria. Como o deputado citou, o SIG estava em uma determinada esfera. Para vocês terem ideia, a norma do SIG permitia indústrias gráficas e instituições financeiras. Hoje, sabe-se que uma gráfica ocupa muito menos espaço, não tem mais aquelas grandes máquinas, mas aquele setor estava engessado. Com isso, acaba proliferando a ocupação irregular. Nós trouxemos outras normas, trouxemos novos usos. Isso permite que as empresas funcionem na regularidade.

O mesmo ocorreu com o Setor Comercial Sul. Eu entendo que o Setor Comercial Sul sofreu até mais que o SIG, porque foi mesmo esvaziado, principalmente com o advento da pandemia. Havia uma situação de ocupação urgente para corrigir no Setor Comercial Sul. A permissão dos novos usos trouxe, por exemplo, uma faculdade. Ela permitiu, por exemplo, que houvesse uma creche para os trabalhadores do setor. Isso é algo que entendemos importante e que não fere a questão do



tombamento, a questão da preservação.

Tratar de usos atuais não é deixar o setor ou a cidade crescer de forma irregular ou crescer de forma livre e solta. Nós estamos tratando disso com muita responsabilidade. Esse projeto de lei foi muito bem preparado, com muita responsabilidade, com muito empenho da equipe técnica toda.

Essa equipe técnica sempre foi acompanhada do crivo de todos os instrumentos que tínhamos para trazer para a população. Mais recentemente – falo de 2019 para cá –, em 2019, houve um parecer do próprio Iphan com mais de 500 páginas. A minuta passou por uma revisão do artigo primeiro até a última página. Toda ela foi colocada de acordo com as recomendações do Iphan, toda ela foi revisitada, e gerou-se uma minuta superatualizada, muito mais responsável, muito mais madura. Nós falamos de PPCUB há muitos anos, mas antes não se via uma minuta tão madura como se vê agora.

Além disso, no ano de 2022, essa nova minuta foi colocada à mesa e discutida em 29 reuniões do Conplan, que é composto por entidades do governo e da iniciativa da sociedade civil. Entre elas, por parte do governo, estão a Secretaria de Cultura e órgãos de classe, como IAB e CAU, que participaram das discussões nessas 29 reuniões, nas quais foi discutido novamente da página 1 até os anexos.

Isso trouxe uma qualidade muito grande para a minuta, porque, em que pese a grande especialidade da equipe, há outros olhares de quem usa a cidade, de quem cuida da cidade, de quem tem responsabilidade com o que acontece. Isso foi absorvido, foi agregado. O que não se podia fazer, nós justificamos. Tivemos condição de justificar: “Isso não pode acontecer, porque fere isso, fere aquilo. Isso não dá certo, por isso e por aquilo”. Tudo foi justificado. Todas as reuniões foram feitas com ata, tudo certinho. Aquelas observações que eram plausíveis, que eram realmente contribuições que melhoravam a minuta foram todas absorvidas na integralidade. Isso resultou nessa maturidade que eu citei agora há pouco.

Há outro ponto que eu queria ressaltar: fico muito feliz de ouvir que aqui o PPCUB não vai ser tratado com açodamento, com velocidade, porque isso seria até falta de consideração com o trabalho que foi expendido nessa minuta. Então, fico muito feliz de saber desse cronograma, dessas discussões. Fico feliz de haver na mesa tantas pessoas que estão preocupadas com a questão. E ressalto: em que pesem as divergências, todos nós estamos aqui sentados para buscar um plano de preservação. Todos nós estamos trabalhando nisso.

É claro, é obvio que isso não pode ser feito de forma açodada, mas também não pode ser deixado para trás, como foi deixado em outros tempos. Peço essa tranquilidade, esse olhar não de urgência, mas de eficiência. Nós precisamos nos reunir, nós precisamos discutir mais ainda, mas nós precisamos andar, nem que tenhamos de dar alguns passos com tranquilidade, sabendo onde estamos pisando. Porém, nós precisamos andar com esse plano, porque todos nós estamos falando de preservação. O que é pior hoje: ficar como está ou haver um plano de preservação? Nós precisamos de um plano de preservação.

A partir do momento em que ele estiver aqui, nós estaremos de novo à disposição para rediscuti-lo e melhorar o que for preciso, porque a cidade é muito dinâmica, as situações são muito dinâmicas e acontecem de forma muito rápida. Então, precisamos que ele aconteça, precisamos desse marco para, depois, termos tranquilidade para tratar da questão.

Eu vou dar alguns exemplos. Estamos tratando de normas que, por exemplo, permitem a escola, mas não permitem a lanchonete na escola. Estamos tratando de normas que permitem um hospital, mas não permitem a farmácia ou o laboratório. Então, temos urgência, porque há muitas empresas, há muitos cidadãos que precisam da regularidade. Não estamos acobertando nada nem dizendo: “Ah, está tudo errado, vamos regularizar do jeito que está”. Negativo! Fiquem tranquilos com isso.

Quem olhar o plano, quem compará-lo com as normas antigas vai ficar satisfeito, porque vai ver que não há nenhum tipo de maluquice. Estamos tratando, principalmente, do ponto de vista de gabarito: altura, ocupação, a questão de afastamento.

A grande maioria está refletindo o que as normas já trazem, com uma ou outra correção de questões que entendemos que são ultrapassadas. Para se ter ideia, nós não temos só NGBs, doutora; nós temos PRs que foram escritas a lápis; nós temos decisões do Cauma que tratam de uso e ocupação.

Então, realmente, do ponto de vista de uso e normas, isso é urgente. Eu acredito na semelhança com outros assuntos: segurança pública não se faz só com viatura e PM; o plano de

preservação não se faz só com o plano de preservação. A Lei de Uso e Ocupação do Solo complementa; ela faz parte do plano de preservação. O plano de programas e projetos traz esse olhar de futuro, traz esse olhar de especificidade. Há situações que, durante o processo do PPCUB, tivemos que colocar de lado – por enquanto. Foi feito um diagnóstico, e precisamos tratar dele, mas isso vai ser feito em um segundo momento, com a tranquilidade de o plano estar na rua funcionando a pleno vapor.

Ouvi algumas dúvidas, tanto dos deputados quanto da doutora, a respeito da preocupação com pontos específicos. Vou tirar uma dúvida. Dois deputados falaram a respeito do EMO, dos lotes. O PPCUB não traz essa inovação. O PPCUB absorveu uma lei que passou por esta casa em 2021. Os lotes lá já existiam. Já houve um projeto de lei complementar; isso já passou pela Câmara Legislativa; houve as audiências, e a lei já existe. O PPCUB, mais uma vez, só refletiu essa lei. Então, ela não é uma inovação.

Com relação à preocupação sobre alojamento citada pela doutora, há um alojamento no parque. Nós perdemos aquele *camping* que existia na Asa Norte. Ele foi movido para lá. Esse alojamento citado, na descrição do decreto, vem como *camping*, pura e simplesmente. Não há nenhuma outra nomenclatura. Quando se fala em alojamento, sempre há aquela preocupação com hotel. Assim como no Setor de Clubes, para hotel, permitimos somente onde a norma já permite hoje, que é no Setor de Turismo.

Peço a vocês, para finalizar meu discurso, que essas dúvidas virem pauta para uma reunião ou uma audiência para que sentemos e, tecnicamente, possamos justificar todas elas, falar de onde saíram, o motivo pelo qual saíram ou por que estão ali. Em se tratando de haver algum equívoco da nossa parte, discutiremos a melhor forma de corrigi-lo. Porém, eu gostaria de ter esta oportunidade: ao ler a matéria, se existir alguma dúvida – isso serve para todos –, espero que isso não vire uma verdade, mas que vire realmente uma pergunta, para que tenhamos a oportunidade de esclarecê-la.

Mais uma vez, muito obrigado, em nome do Marcelo Vaz, secretário, e de toda a equipe que está aqui, acompanhando, que trabalhou bastante. Tenho muito orgulho de estar ao lado deles. É muito satisfatório participar desta discussão. Muito obrigado pela oportunidade. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Grata, subsecretário.

Quem faz parte da equipe? (Pausa.)

Levantem-se!

Gostei de haver mulheres na equipe. Qual é o nome delas?

RICARDO NORONHA – Estão ali a coordenadora Patrícia Fleury e a nossa diretora de preservação, Scylla Watanabe.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Muito grata pelo trabalho. Vou pedir para a minha equipe pegar o telefone de vocês, para que possamos tirar dúvidas.

O senhor teria como nos esclarecer quanto à possibilidade das 2 saídas na L1 e na L2, nas superquadras, e quanto à possibilidade de mais destinação de áreas para postos de gasolina?

RICARDO NORONHA – Sobre as saídas, tudo vai passar pelo processo do projeto e tudo será avaliado. Não me recordo dessas saídas especificamente. Acredito que não há, porque isso é uma configuração da superquadra.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – O que acontece é que, como existe essa preservação, a L1 e a L2 não são mencionadas. Elas ficam na situação de exceção. E exceção é interpretação. É assim que está a situação no projeto.

RICARDO NORONHA – Entendi. Vamos trabalhar nisso para deixar isso mais claro.

Com relação aos postos de gasolina, deputada, há uma dificuldade, que é a seguinte: já existem muitos postos, existem vários postos e existem outros lotes destinados a postos que ainda não foram construídos. O que fazemos é, mais ou menos, do mesmo modo como funcionam os postos dos Eixinhos: existem normas que permitem o posto, mas não permitem a loja de conveniência, não permitem a borracharia. A flexibilização que está acontecendo é esta: o posto existe, e estamos permitindo a instalação do borracheiro, a instalação da loja de conveniência. Tudo isso está naqueles parâmetros mínimos, como uso complementar, não como uso “se não há posto, pode aparecer ali uma grande loja” – nada disso! Tudo mesmo está com os parâmetros que já existem hoje, com as ocupações que já existem hoje, com toda a responsabilidade. Isso tudo é para não trazer transtornos

para uma região que já é bem sensível por estar tão perto das quadras residenciais.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Muito grata.

Concedo a palavra à Vera Ramos.

VERA RAMOS – Eu só quero falar sobre a L1 e W1. Houve o seguinte: eu observei e até comuniquei à Seduh que há uma classificação do sistema viário, da estrutura viária. Ela é classificada em 3 níveis. Nesse caso, a L1 e a W1 não estão citadas. Estão citados a L2, a W2, o Eixo Monumental como de preservação rigorosa; depois, há os outros níveis, e a W1 e a L1, que dão acesso às superquadras, não aparecem. No terceiro nível, de menor grau de preservação, algumas são citadas e está escrito: “As demais não citadas”.

Então, perguntamos: como essas vias que dão acesso às superquadras não estão com grau rigoroso de preservação se elas fazem parte da estrutura viária? Eu levei essa preocupação até o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, quando foi convidada a equipe técnica, e houve uma reunião, mas, para a minha surpresa, isso – a ausência da W1 e da L1 – continua na minuta. Por isso, talvez, isso tenha gerado especulações.

Era isso que eu queria esclarecer. Quero dizer, também, gente, que tombamento não é castigo. Tombamento é conquista. Todo mundo tem que ter isso em mente. Não se trata de engessamento, porque preservar é um ato de respeito pelo passado – eu gosto muito dessa frase –, com o olhar voltado para o futuro e a qualidade de vida.

Todos nós estamos realmente preocupados com que o plano de preservação aborde a preservação com mais prioridade. Os outros vão nortear o desenvolvimento urbano e o uso do solo. Isso que entendo como plano de preservação.

Obrigada, deputada.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Muito grata, Vera.

O superintendente do Iphan, Thiago Perpétuo, já tinha me avisado que tinha compromisso às 18 horas. Eu agradeço a sua presença e estamos à disposição. Na realidade, também quero fazer uma visita ao Iphan para retirar todas as dúvidas necessárias, para que possamos construir esse debate e construir, como foi dito, com eficiência a votação desse processo.

Obrigada, Thiago.

Concedo a palavra ao Thiago Perpétuo.

THIAGO PERPÉTUO – Perfeito, deputada Paula Belmonte. Eu agradeço, mais uma vez, em nome do Iphan, em nome do presidente Leandro Grass. Também quero deixar claro que, a qualquer pessoa que estiver interessada em entrar em contato com o Iphan para bater um papo conosco, o meu gabinete está aberto. V.Exa., por favor, faça-nos uma visita.

Se for preciso um debate mais técnico – o deputado Gabriel Magno falou que, eventualmente, haverá alguns debates mais técnicos mesmo –, os nossos arquitetos e arquitetas também vão poder, evidentemente, contribuir.

O que queremos é que, realmente, seja algo bastante equilibrado. O Ricardo já esteve – quantas vezes, não é, Ricardo? – em reuniões com a Scylla. Temos essa perspectiva mesmo de contribuir para que este seja o melhor plano possível.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Muito grata. Mande um abraço para o Leandro Grass. Estaremos lá para conversar.

Decidimos, no Colégio de Líderes, que haverá semanalmente um debate. Iniciou-se esse debate feito pela comissão geral, por meio da presidência da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle e, nas próximas semanas, vamos participar das comissões temáticas para que possamos desenvolver isso melhor.

Muito grata.

Eu quero registrar a presença das seguintes pessoas: a representante do pensamento de Brasília, Helena Pires, e do vice-presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Distrito Federal, Sinduscon-DF, João Carlos de Siqueira Lopes.

O debate foi extremamente qualificado. Acabamos fornecendo um tempo a mais do que o que nós tínhamos programado, mas acho que foi uma boa opção, uma boa escolha nós darmos mais tempo

às pessoas da mesa. As pessoas também podem fazer inscrições para falarem. Eu tenho que liberar esse plenário até as 19 horas. Se conseguirmos liberá-lo antes, será até melhor, porque haverá uma entrega de título de cidadão honorário aqui.

Então, passo a palavra ao arquiteto, urbanista e professor da Universidade de Brasília, Frederico Flósculo Pinheiro Barreto. Para nós, esta é uma grande oportunidade de escutá-lo.

Senhor Frederico, peço-lhe que fale ao microfone, pois tudo está sendo registrado pelas notas taquigráficas.

Concedo a palavra ao Frederico Flósculo Pinheiro Barreto.

FREDERICO FLÓSCULO PINHEIRO BARRETO – Tudo bem. Eu gostaria de passar algumas imagens acerca do PPCUB. Falamos dele, mas não mostramos imagem alguma acerca do nosso objeto do desejo.

Eu quero fazer uma pergunta aos presentes. Eu fico até emocionado com a defesa que a burocracia faz de si mesma, que o governo faz de si mesmo. Até parece que a cidadania está sendo contemplada por esse PPCUB, porque se vê tanta perfeição, tantas boas intenções expressas nas palavras do governo que são absolutamente infundadas. Há um ponto: pode-se até elaborar uma lei bem pensada, mas nós temos uma tradição horrorosa, não só no Brasil, mas em outros lugares, em que você enche de jabuti a lei. Isso é o que está acontecendo com o PPCUB.

Doutora Marilda, eu chamo atenção para a jabutizada que há aí. Há um verdadeiro setor jabuti que se estende ao Governo do Distrito Federal todo. Vejam: há 5 lotes no Eixo Monumental do nada – do nada! A que corresponde essa necessidade? É uma vergonha esse governo! Os empresários interessados têm livre acesso ao governo, mandam nele e colocam na lei o que querem.

E quanto à cidadania? O PPCUB é um plano de preservação que tem que ter critério de cidadania. Cadê a questão ligada à cultura? Cadê os princípios de educação, saúde, de defesa do interesse da população? Nós temos um problema grave em Brasília com a educação especial, para citar outras coisas, com transporte.

Onde é que está a preservação quando a Ivelise fala de desenvolvimento? Você tem que qualificar o desenvolvimento. Há o desenvolvimento que é fundamentado na economia, mas há o desenvolvimento espúrio. O que é desenvolvimento espúrio? É quando você transforma, Ivelise, um setor de terminais em um setor de supermercados, como aconteceu ali no Extra, Carrefour e no Walmart. Isso é desenvolvimento? Isso corresponde a interesse de empresário. Esse art. 138 está repleto de jabutis!

Quero chamar a atenção para o art. 138 porque ele é extraordinário. Ao longo das quadras 700 da Asa Norte, praças públicas estão sendo transformadas, praças públicas de Brasília estão sendo perdidas. Vocês acham que perder praça pública interessa à preservação de Brasília ou à cidadania? Mais um jabuti! Isso tudo no art. 138.

Na orla do lago Paranoá, estão fazendo emendas de lotes. Será que ninguém consegue ver, nessas emendas de lotes, os grandes condomínios Ilhas do Lago II, III, IV, V? Isso é para viabilizar condomínios grandes e remembramentos de lotes. Isso é manobra, jabuti do grosso! Como chamam isso de PPCUB?

O PPCUB está sendo objeto de uma má prática. Ele pode até ser bem fundamentado, mas é uma lei como as outras. Vai se estabelecer o hábito de meter jabutis no próximo PPCUB. Se isso passar neste primeiro PPCUB, que tem mais de 30 anos de atraso, vai passar no PPCUB II, III e IV. Vamos ter uma sequência de planos de preservação que detonam, deturpam e corrompem Brasília na frente de todo mundo. (Palmas.)

Há mais jabutis. Eu vou encerrar com este, que é bacana demais. Como pode interessar à preservação de Brasília que um supermercado absorva área pública e fique ainda maior? A quem interessa que, no meio do Cruzeiro, um supermercado fique gigantesco, num remembramento histórico? Isso não interessa a Brasília, só interessa ao dono do supermercado.

Essa é a excelência da equipe e do pensamento desses governos. Isso não é só com o Ibaneis, Isso veio com o Rollemberg e nasceu com o Magela, com o Agnelo e com o José Roberto Arruda. É uma sequência horrorosa de governantes que não servem a população. O PPCUB tem que ter fundamentos no bem-estar e no Índice de Desenvolvimento Humano da população.

Finalmente, o Iphan é uma vergonha! O Iphan é uma vergonha! Por que o Iphan não se posiciona em favor da cidade? No Eixo Monumental, há a função monumental. O Iphan foi o primeiro a



apoiar a criação das quadras 500 no lugar em que deveria haver o Museu da Marinha, o Museu Luiz Henrique Lott, o grande defensor da democracia no Brasil. O que a Marinha fez com o belo lote na beira do Eixo Monumental? Trocou por apartamentos em Brasília! Quem ganhou? Nenê Constantino, senhores! Nenê Constantino é o dono das 500. O que Brasília ganhou com isso?

Lamento dizer: não se pode admitir negociata no PPCUB. Os jabutis estão aí, doutor Onório. Os jabutis estão aí e não passarão. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Muito grata.

Com a sua permissão, eu vou passar a todos os membros aqui da mesa essa apresentação do senhor, que, na realidade, é mais extensa do que o que o senhor falou. Eu agradeço o tempo em que o senhor falou.

Ficam aqui as nossas dúvidas, já colocando formalmente, a respeito dessa apresentação do senhor.

Senhor Paulo Castelo Branco, presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, o senhor gostaria de, rapidamente, fazer as suas considerações finais antes de se retirar?

PAULO CASTELO BRANCO – Bem, eu preciso me retirar em razão de outro compromisso.

Eu imaginei que iria acabar às 18 horas, mas, de qualquer forma, muito obrigado, deputada. Muito obrigado a todos que aqui se apresentaram; à minha colega Ivelise Longhi, governadora do Distrito Federal por algum tempo; e à senhora, deputada Paula Belmonte.

Deputada, a sua iniciativa é muito boa. Se esses debates seguirem do jeito que estão, a senhora pode ter certeza de que será uma maravilha para Brasília.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Muito grata.

Vá com Deus. Que Deus abençoe o senhor.

Concedo a palavra agora à senhora Cléa Torres, presidente do CCAN da Asa Norte.

CLÉA TORRES – Oi. Eu nem tinha me inscrito, mas tudo bem, vamos lá. Boa tarde a todos.

Mais uma vez aqui em audiência pública. Já foram tantas que eu realmente já virei figurinha aqui.

Qual é a nossa preocupação como moradores de Brasília – eu, no meu caso, Cléa, desde 1958? Qual é a nossa preocupação? Preservar realmente a história do nosso querido Lúcio Costa.

Brasília tem apenas 63 anos. Brasília não precisa, de forma alguma, ser alterada da forma como está sendo alterada. Brasília ainda não precisa disso. Brasília precisa de mobilidade. Brasília precisa conservar a cidade parque, como Brasília assim foi intitulada. Brasília precisa preservar o tombamento e respeitar que nós somos a única cidade no Brasil tombada e reconhecida pela Unesco.

O que temos observado é que está virando um comércio. Desculpem-me, mas é isso o que eu estou percebendo.

Para que cederem 3 lotes, por exemplo, no Eixo Monumental? Qual a justificativa? Para que cederem 3 lotes na Asa Norte, nas quadras 700, que é residencial? Para mim, isso é comércio, é empreendimento, é empresariado.

Brasília precisa ser cuidada e não alterada. Ela tem 63 anos; ela não tem 100, ela não tem 200 anos. Ela não é Rio de Janeiro, ela não é São Paulo nem Belo Horizonte. Ela é uma cidade que ainda está no berço.

No entanto, estão tratando Brasília como uma grande metrópole que pode e deve ser adensada. Gente, isso não pode acontecer. Eu, como cidadã nordestina, moradora de Brasília, cujo pai passou aqui para construir Brasília, não concordo com esse PPCUB. Se depender de mim, vou encher esta casa contra esse PPCUB que estão apresentando para nós. Não concordo com ele, de jeito nenhum.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Muito grata, Cléa. Grata por todo o seu compromisso com o Distrito Federal. Você é uma prefeita muito atuante. Agradeço-lhe a presença.

Concedo a palavra à senhora Patricia Carvalho, presidente da CCAS e prefeita da 102 Sul.

PATRICIA CARVALHO – Boa noite a todos.

Senhoras e senhores, o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília deveria ser

uma salvaguarda para a rica herança arquitetônica e cultural da capital brasileira. No entanto, o atual Governo do Distrito Federal parece ter se aproveitado desta recomendação da Unesco para entregar, em seu lugar, um plano de desenvolvimento urbano em detrimento da preservação deste inestimável patrimônio da humanidade.

É lamentável testemunhar como as diretrizes de preservação, essenciais para manter a identidade única e a integridade do Conjunto Urbanístico de Brasília, foram relegadas a um segundo plano, subordinadas a concessões e a pressões imobiliárias.

A sanha em promover o crescimento e o adensamento da cidade sem considerar adequadamente as consequências para a herança urbanística de Brasília é preocupante. A ordem e a harmonia de Brasília estão sendo subestimadas e, conseqüentemente, o legado de Lúcio Costa, Oscar Niemeyer e outros tantos visionários que deram vida a esta cidade está sendo desprezado.

Diante dos perigos que rondam a maior área tombada do mundo, inscrita pela Unesco na lista de bens do Patrimônio Mundial – a única cidade contemporânea a merecer essa distinção –, as entidades de representação comunitária, no âmbito do Distrito Federal, no exercício de suas atribuições estatutárias, juntamente com o Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, vêm a esta casa expor o que se segue:

A falta de transparência e a desconsideração aos reiterados alertas da participação pública de urbanistas renomados no processo de elaboração do PPCUB é uma afronta à democracia e aos direitos dos cidadãos de Brasília. O governo parece estar mais preocupado em atender os interesses de empreiteiras e outros grupos econômicos do que em proteger o patrimônio cultural e ambiental da cidade. Urge uma mudança de rumo. O Governo do Distrito Federal deve reavaliar suas prioridades, colocando a preservação do patrimônio urbanístico como norteadora de sua gestão. É fundamental que o PPCUB seja revisto de forma transparente e inclusiva, garantindo que as diretrizes de preservação sejam fortalecidas e respeitadas.

Brasília é mais do que apenas uma cidade, é um símbolo da história e da identidade de um novo Brasil. Negligenciar a sua preservação em nome de um desenvolvimento baseado no adensamento de edifícios e no preenchimento dos espaços de sua escala bucólica é o que há de mais atrasado em gestão urbana, um erro que não só compromete o futuro da cidade, mas também a memória das gerações passadas que a construíram.

O Governo do Distrito Federal e esta Câmara Legislativa devem, ao menos, atender às exigências apresentadas pela Unesco em 2012, ao recomendar a elaboração do PPCUB, entre elas a de submetê-lo ao Comitê do Patrimônio Mundial antes de sua aprovação final.

É hora de o Governo do Distrito Federal honrar seu compromisso firmado com a preservação do patrimônio cultural e urbanístico de Brasília, antes que seja tarde demais para corrigir os danos causados por suas políticas equivocadas. A cidade merece o melhor e os cidadãos de Brasília não devem aceitar menos do que isso.

Pegando o gancho, deputada, eu gostaria de dizer que eu ouvi falas macias, dizendo que o cidadão, a comunidade deve ser ouvida, mas na realidade não é bem isso o que acontece. Eu, enquanto presidente do Conselho Comunitário da Asa Sul, participei de 2 audiências públicas, inclusive da audiência do Setor Comercial Sul. Nunca recebemos uma resposta. Inclusive, eu trouxe documentos assinados e os entreguei ao secretário da Seduh, na época, e nunca recebi resposta. Na audiência pública do ano passado, eu e a Eliete fizemos perguntas aos integrantes da mesa, estamos aguardando a resposta até hoje.

Então, é muito bonito você chegar aqui e falar: “É importante ouvir a população, é importante ouvir, chamar a população para o debate”. Mas o que adianta se, quando perguntamos, não temos resposta? Se, quando há divergências, as divergências não são respondidas. Fica a minha crítica. Eu acho que isso não deve ser só para inglês ver. A população merece uma resposta de fato. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Muito grata, Patricia.

A apresentação do professor Frederico e a sua documentação – se você puder nos disponibilizar – eu vou enviar formalmente, via gabinete, para a secretaria, junto com a Comissão de Fiscalização e Transparência, para que possamos ter essas respostas formais nesses próximos debates.

Então, nós temos esse compromisso por parte da secretaria? Posso falar isso?

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Com certeza. Então, estamos aí.

Neste momento, passo a palavra à senhora Crystyna Lessa, prefeita da 713 Norte.

CRYSTYNA LESSA – Boa noite a todos. Eu sou Crystyna Lessa, represento a prefeitura da 713 Norte e, como a prefeitura das Entrequadras 712/713 ainda não foi formada, a nossa prefeitura também abraça a comunidade da entrequadra comercial.

Primeiro, quero dizer que eu fui muito contemplada pelas palavras de muitas autoridades, do subsecretário, do Gabriel Magno, por quem eu tenho uma admiração enorme, pelo Fábio Félix também.

Eu vou procurar ser sucinta quanto ao ponto de que é muito importante, nesse PPCUB, termos essa questão – como a própria doutora Maristela falou – da legalidade, da legislação, do que se pode fazer e do que não se pode fazer, porque realmente existem lacunas. E essas lacunas, em algum momento, existem para que depois venham coisas novas, inovações venham a acontecer, como o subsecretário falou, sobre os projetos, sobre os programas que virão.

Mas é importante também... Eu me senti muito contemplada quando ele falou que o PPCUB não está sendo analisado de uma maneira estanque, sem o estudo da ocupação do solo.

Nesse ponto eu quero falar em nome não de empresários, em nome de comerciantes da W3 Norte, da W3 Sul. Eu nasci na W3, na zona mista, onde há comércio e residência. Meus pais construíram o prédio onde eu moro hoje, voltei a morar com a minha mãe porque eu cuido dela, ela tem 82 anos. A realidade de uma W3, de uma filha de comerciante, hoje também à frente dos negócios... Para nós é muito difícil ver uma questão em que as pessoas... Há vários tipos de empresários, há as imobiliárias que também têm seus interesses, que também contribuem para o desenvolvimento de Brasília. Nós que estamos na W3, um shopping aberto, que recebemos toda a comunidade de Brasília, que estamos lá contribuindo para o nosso desenvolvimento econômico, gerando emprego para as pessoas...

Algumas comerciantes me pediram para falar aqui sobre a questão da ocupação não onerosa do solo por alguns restaurantes, algumas lanchonetes e bares. O que elas me colocaram é que ainda não existe... Como a Ivelise Longhi falou, precisamos ter o PPCUB, não dá para ficar o tempo todo conversando sobre a sua regulamentação e ele não existir. Elas levaram multas por terem colocado cadeiras e mesas do lado de fora de seus estabelecimentos. As pessoas, por algum motivo, por não quererem que elas permaneçam lá, ligam para o DF Legal e falam sobre essas mesas. Elas disseram: "Por que nós levamos multa se ainda não há aqui nas quadras 700 uma regulamentação da ocupação não onerosa do solo? Foi isso que me foi apresentado. Trago aqui uma demanda da comunidade. O que fazer? Nós queremos o desenvolvimento, queremos gerar emprego, queremos uma cidade viva. Na constituição das quadras era para ter comércio local. Você sai de casa, vai ao comércio, volta.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Aproveite e fale sobre o tipo de comércio que vocês possuem e há quantos anos estão lá.

CRYSTYNA LESSA – Sim. O nosso comércio é de tecidos e aviamentos, Tecidos e Armarinhos Clarisse. Minha mãe construiu aquele prédio junto com o meu pai, que recebeu aqui, muito orgulhoso, o título de cidadão honorário. Ele queria recebê-lo antes de morrer, falava: "Meu Deus, eu ainda quero ter essa honra". E teve, graças a Deus.

Eu me sinto muito honrada por estar aqui falando em nome de comerciantes e não de empresários, parece que empresário é algo muito longe, algo muito malévolo, e não é. Comerciante é aquele que está lá no balcão, que paga um empregado. O empregado tem hora de almoço, mas nós não temos. Nós subimos e almoçamos rapidamente, nós damos ao empregado o seu horário de almoço, o seu horário de descanso, nós geramos desenvolvimento.

Nós queremos, sim, desenvolvimento, nós queremos um PPCUB aprovado, mas junto à questão da ocupação do solo e dentro de critérios pontuados, como muito bem falou o deputado Gabriel Magno, bem como o senhor e a promotora: o que se pode e o que não se pode. Infelizmente, o administrador já foi, mas o Wellington está ali. Depois, eu queria pontuar a questão dos alvarás, mas não vai ser nesta audiência.

Agradeço demais por esta audiência tão importante para Brasília. Muito obrigada, deputada Paula Belmonte. Obrigada a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Muito grata, Crystyna.

É importante a sua fala, porque traz exatamente a responsabilidade desses comerciantes que construíram Brasília e nós não podemos matá-los em razão de grandes comércios – vamos dizer assim. Eu também não quero falar de empresário, uma vez que sou uma empresária e sei que o empresário não tem final de semana, não tem férias, não tem nada. Então, quero falar em nome dessas pessoas

tão valiosas para nós, brasilienses, e temos que valorizá-las.

Aproveito aqui para anunciar a presença do presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Distrito Federal, senhor José Aparecido Freire – estou muito grata pela sua presença.

É necessário ter um cuidado com o varejo que temos aqui no Distrito Federal, esses comerciantes têm que ser olhados para que eles não sejam engolidos. Minha mãe era comerciante na 714 Norte.

CRYSTYNA LESSA – Cliente da minha mãe.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Isso.

Quando começaram a abrir os atacadões ali, matou-se o comércio. Então, eu sei o impacto disso na minha família, e é importante termos um olhar atento a isso.

Muito grata pela sua palavra.

CRYSTYNA LESSA – Obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Concedo a palavra ao nosso jovem, por quem eu tenho uma admiração, que está sempre acompanhando os debates desta casa, Pedro Vaz, conselheiro da ACDF.

PEDRO VAZ – Muito obrigado a todos, boa noite.

Eu vou ser bem rápido na minha fala, deputada, pela questão do tempo.

Eu acho que é muito importante falarmos a respeito do PPCUB, principalmente aqui. Vim representar a Associação Comercial do Distrito Federal. Como a senhora bem falou, nós somos comerciantes, somos empresários, somos o setor produtivo que faz a capital federal funcionar.

Não podemos falar do PPCUB sem falar dos puxadinhos da Asa Norte – uma grande demanda dos comerciantes, uma grande demanda dos empresários. O que nós queremos não é um privilégio por parte do GDF, nós queremos apenas um direito que é nosso; a Asa Sul tem um puxadinho. O setor de bares e restaurantes – como bem disse o secretário – foi muito prejudicado durante o período da pandemia, e é o setor que mais move a economia daqui. O setor de bares e restaurantes também é um setor de cultura, e, principalmente, traz segurança à Asa Norte. Quantas pessoas aqui têm coragem de andar na Asa Norte depois do horário das 22, 23 horas? Ninguém mais tem coragem de andar lá. Temos que revitalizar a Asa Norte, dar vida novamente a ela.

Aproveitando a minha fala, secretário, quero falar sobre o Setor Comercial Sul, pois precisamos também revitalizá-lo. O Setor Comercial Sul está largado e realmente – como foi dito pelo deputado Fábio Félix – é preciso revitalizá-lo para trazer novas empresas, trazer novos comerciantes e fomentar a economia. O que nós queremos é apenas segurança jurídica, nós queremos um direito que é nosso, e pedimos apenas que o governo nos ajude e respeite esse direito, seja colocando normas, seja colocando regras, e principalmente as detalhando para que, no meio do jogo, elas não mudem e não saibamos mais como jogar.

Muito obrigado, presidente, deputada Paula Belmonte. Agradeço também a todos da mesa.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Muito grata, Pedro.

É muito importante a sua fala não só pela representação comercial mas também pela sua juventude. É importante mostrar que nós, jovens – coloco-me como uma jovem de meio século –, estamos atentos às coisas da cidade, porque a luta de hoje é para deixar um bom legado, uma boa cidade para vocês, para os seus filhos e para os meus netos.

Que Deus o abençoe!

Concedo a palavra ao senhor José Daldegan, presidente do Conselho Deliberativo do CCAS.

JOSÉ DALDEGAN – Meu nome é José Daldegan. Sou do Conselho Comunitário da Asa Sul e nascido em Brasília. Tenho orgulho de ter nascido nesta cidade e tenho um amor muito grande por ela.

Eu quero lamentar que o atual PPCUB, porque ele se iniciou com uma equipe muito séria, muito competente e focada na preservação. Eu acompanho todas as audiências públicas desde o início de 2012 e sei como ele surgiu. Porém, ao acompanhar o trabalho, os governos perceberam – como o Flosculo falou – que não estavam permitindo aquela brecha que queriam para o chamado desenvolvimento. Temos que entender que desenvolvimento não combina com preservação! É lógico



que preservação é saber como crescer a cidade, desenvolver a cidade, mas, não, na lógica inversa de desenvolver até onde o plano permite. É totalmente invertida a lógica. Com essa lógica invertida é que se chegou ao estado em que está hoje: esse monte de jabuti e esse monte de problema.

É lógico, sabemos – a doutora Vera Ramos já falou sobre isso em várias audiências – que existem coisas para serem melhoradas em Brasília. Isso é possível! O próprio Lúcio Costa esteve aqui e nos deu esses caminhos. Mas não desse jeito! Como é que se entrega um plano de preservação a uma secretaria de desenvolvimento?

Em 2012, quando a Unesco pediu um plano de preservação, ela estava preocupada com o desenvolvimento desordenado. Por isso, precisava existir um plano para preservar, porque o desenvolvimento iria matar Brasília. O que ela pediu além disso? Que entregassem essa tarefa para um órgão independente, um órgão de preservação e, não, à Secretaria de Desenvolvimento. Esse princípio não foi seguido e começou o problema. Esse é um plano que já nasceu eivado de problemas. É difícil agora dizer, depois de 15 anos, que ele tem que começar do zero. Sempre digo isso: o certo era começar do zero. Como eu sei que ninguém terá coragem, depois desses 15 anos, de começar do zero, porque começou errado, faço um apelo para nos atentarmos a outra recomendação da Unesco: depois de elaborado esse plano, que ele seja entregue ao Comitê do Patrimônio Mundial!

Então, faço um apelo ao Governo do Distrito Federal e à Câmara Legislativa para terem esse gesto de humildade em relação à grandeza de Brasília, para terem respeito a esse patrimônio mundial, e para que sigam essa recomendação – pelo menos essa! Se não vão fazer de novo, entreguem para o Comitê de Patrimônio Mundial para que eles analisem o plano. Do jeito que está – como já foi dito –, esse não é um plano de preservação, mas um plano de desenvolvimento, um plano diretor de como Brasília deve se desenvolver e até onde ela pode ir sem parecer muito chocante. Esse é o apelo que faço para que esta casa tenha essa humildade.

Não é hora de cada um vir e dizer: “O meu setor precisa disso. Aproveita e faz isso”. Não está na hora de fazer esse monte de retalhos em uma coisa que já está super retalhada. Não está na hora de virem aqui e falar: “A minha empresa, o meu setor, o meu supermercado”. Encaixa aqui, encaixa ali! Não é assim que se faz!

Nós sabemos que esta casa tem a vocação de ouvir, e as audiências são para isso. O Legislativo e o Executivo também têm a tentação de dizer: “Então, vamos encontrar um meio termo”.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Peço que o senhor conclua.

JOSÉ DALDEGAN – Estou concluindo. Encontrar um meio termo é dizer que você está matando Brasília. Então, vamos matá-la até a metade, porque é meio termo e todo mundo fica feliz. É assim? Não é. Não existe meio termo nessa situação. Tem que ser certo. O que tem que ser certo, tem que ser certo desde o início.

Eu concluo repetindo esse apelo. Vamos ter a humildade, diante da grandeza de Brasília – ninguém é maior do que Brasília, ninguém tem o poder de dizer o que é melhor –, de encaminhar esse plano, do jeito que está, ao Comitê do Patrimônio Mundial e depois recebê-lo e acatar as críticas.

Patrimônio cultural não é assim, não. Há várias cidades preservadas, como Paris, e Brasília não pode cair nesse... Belo Horizonte foi planejada, e o que fizeram com ela? Como não havia plano de preservação, o que aconteceu? Virou o caos que é hoje. Brasília vai seguir o mesmo caos se, a cada revisão, fizer um remendo atrás do outro. Isso vai acabar com Brasília.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Muito grata. Fica a sua sugestão. Há parlamentares e a comissão para que possamos avançar nisso. Eu fico preocupada em dar o poder decisório para pessoas que não são de Brasília. Eu me incomodo com isso.

JOSÉ DALDEGAN – Esse patrimônio é mundial.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – É.

JOSÉ DALDEGAN – Então, não é só de Brasília.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Eu vejo que a casa... Eu estou aqui, sim, junto com o senhor. O senhor sabe disso. Eu estou vendo que a casa tem possibilidade, sim, de fazer uma discussão ampla e segura.

JOSÉ DALDEGAN – Então, se é patrimônio de Brasília, vamos dizer assim: “Unesco, cancela o título de patrimônio mundial, porque agora é só nosso esse patrimônio, e nós vamos discutir sozinhos”.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Não. Não vamos deixar isso acontecer.

JOSÉ DALDEGAN – É assim. A sua fala leva para esse tipo de raciocínio. Se queremos que continue sendo patrimônio mundial, nós temos que entregar esse plano ao Comitê do Patrimônio Mundial. Se não quisermos mais isso, tudo bem, nós vamos decidir aqui mesmo, e cada um vai pegar um pedaço.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – A sugestão do deputado Gabriel Magno de trazer o decreto como o fio condutor é uma boa sugestão para não correremos o risco de sair da linha nessa situação. Nós vamos discutir, e conte conosco para escutar.

Concedo a palavra ao senhor Paulo Roberto da Silva, representante da Prefeitura Comunitária da 207 Sul.

Eu não havia reconhecido o senhor. Que Deus o abençoe. Gostei de ver o senhor aqui de terno e gravata. Muito grata.

PAULO ROBERTO DA SILVA – Amém. A vida inteira de gravata e agora, nas minhas andanças pelas quadras, eu aboli a escravatura. (Risos.) Aqui é uma casa especial.

Eu agradeço a oportunidade, excelentíssima senhora deputada Paula Belmonte, de estar nesta casa representando a Prefeitura Comunitária da 207 Sul, que é uma quadra padrão de Brasília, mas que difere das outras. Ela tem um projeto especial que nenhuma outra quadra tem. Ela gira 360 graus, à direita e à esquerda, mão e contramão. Somente a Octogonal tem esse modelo, mas é apenas de um lado e com a pista estreitinha. Se estacionar 2 carros, não há como passar. A nossa quadra, não. A nossa quadra é especial, e nós a chamamos carinhosamente de quadra parque, com a área central toda livre, cheia de equipamentos para uso da comunidade.

Eu vou falar, senhora deputada, menos como engenheiro agrônomo, especialista em paisagismo, responsável pela criação de todos os cursos de paisagismo no Brasil enquanto eu estava no Ministério da Educação, e mais como cidadão usuário – como voluntário, eu sou colaborador da nossa prefeita Lucília, que lhe manda um abraço e um agradecimento especial pelo convite –, que está diariamente, 24 horas na quadra, fiscalizando o paisagismo dela, que é lindo, belo, prazeroso. Eu não encontrei um paisagismo como esse em nenhuma cidade do mundo em que eu trabalhei: Paris, Nova York, Washington, São Paulo, Rio ou qualquer outro lugar. Você dá 2 ou 3 passos e está numa alameda em que pode caminhar, ao meio-dia, sob o sol sem ver o sol. Não existe isso no mundo. Graças aos nossos arquitetos e paisagistas que construíram essa cidade.

Então, eu vejo com certa restrição o projeto do PPCUB. Como bem expressaram aqui o deputado Fábio Félix; o nobre deputado Gabriel Magno; a arquiteta, senhora Vera; a senhora promotora de defesa da cidade, doutora Marilda, e tantos outros que aqui falaram, o PPCUB não é um projeto de preservação. O PPCUB é um projeto de desenvolvimento imobiliário. E esses empreendedores imobiliários têm mais acesso aos órgãos de governo do que nós, a população. Nós, a população, estamos preocupados com a tampa de esgoto quebrada há 2 anos e a dengue se proliferando. E a Novacap não tem dinheiro, não tem pessoal para ir lá. (Palmas.)

Então, preservação, senhora deputada, senhores membros da mesa, implica – engenheiro que sou – fiscalização, competência. Fiscalização nós não temos. Agora mesmo, vá à minha quadra e verifique onde está sendo escoada a água pluvial dos telhados dos prédios comerciais. Estão sendo escoadas com canos dessa grossura, em cima do gramado, no fundo das áreas residenciais. Isso acarreta erosão em todo o gramado que nós plantamos com o dinheiro particular da prefeitura da quadra. E essa lama e grama escoadas da erosão vão parar onde? No canteiro central, na rotatória que divide a 200 com a 400, enlameando os carros e derrubando pedestres. Onde está a fiscalização?

A galeria pluvial está no meio-fio. E nenhum comerciante, nenhum empresário quer gastar dinheiro para que a água pluvial desça para a galeria própria. Não, joga lá atrás. Não pode! Ora, fiscalização, então. Eu pediria o seguinte... O PPCUB ou esta comissão, que tão bem coloca naquela figura uma plantinha germinando. Que coisa linda! Um idoso oferecendo-a para uma criança. E muito sugestivo, e eu fico até emocionado em ver quem idealizou isso.

Que o governo, antes de se preocupar com desenvolvimento, como disse aqui Daldegan, que é o contrário de preservação; como disse a senhora defensora da cidade... É o contrário? Então, vamos reforçar a fiscalização. Que se dê dotação orçamentária à Novacap, à administração de Brasília, para que façam essas fiscalizações e preservem.

Eu amo demais Brasília. Trabalhei no mundo inteiro e não troco aqui por nada. Tenho 50 anos

de Brasília e daqui não saio mais.

Muito obrigado pela oportunidade. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Sou eu que lhe agradeço, senhor Paulo. Para mim, é uma honra tê-lo aqui.

Achei muito importante a sua fala, porque eu também me emocionei quando vi essa imagem da mão de um idoso entregando uma planta para uma criança. Que bom que o senhor observou a mensagem que nós estávamos querendo passar. Que Deus o abençoe!

Eu vou pedir, gentilmente, às próximas pessoas que forem falar que cumpram o horário, porque eu realmente tenho que entregar o plenário; do contrário, isso soa como um desrespeito com o outro parlamentar que reservou o espaço.

Concedo a palavra ao jornalista Chico Sant'Anna.

CHICO SANT'ANNA – Deputada Paula Belmonte, boa noite. Obrigado pelo convite. Parabéns pela iniciativa.

Na pessoa da professora Vera, eu cumprimento todos os que estão na mesa.

Hoje eu gostaria de falar não no lugar de um jornalista. No mês de abril, eu completo 66 anos de Brasília. Não errei nas contas, não. Eu cheguei 2 anos antes desta cidade ter sido inaugurada. Meu pai veio aqui para construir a 106 Sul. É com o sentimento de quem cresceu com esta cidade que eu gostaria de destacar alguns pontos rápidos – alguns deles já foram colocados.

Inicialmente, dentro da minha leitura, eu, que, jornalisticamente, há 40 anos acompanho Brasília, acho que o projeto ora em tramitação na Câmara Legislativa não é um projeto de preservação. Ele é um mix de PDOT e de LUOS, já que o PDOT e a LUOS não se aplicavam à área tombada. Então, nós estamos trazendo essas regras comuns da ocupação do solo, da criação de novos lotes, da mudança de destinação de determinadas áreas, regras que eram inerentes a um PDOT e a uma LUOS.

Eu acho muito importante – e quero dar aqui meu testemunho, já que a senhora deu o seu sobre o impacto dos atacadões no final da Asa Norte – nós tomarmos cuidado com as nossas decisões. Meu pai foi lojista aqui também. A loja dele, assim como várias outras, sucumbiu na W3 quando um prefeito mudou a área destinada a diversões sul para ser *shopping*. Como os lojistas da época não quiseram se mudar para o Conjunto Nacional, porque não era economicamente interessante, esse mesmo prefeito acabou com os estacionamentos na área central da W3 e proibiu os táxis de pegar passageiros, ou seja, matou todo o comércio que existia na W3. Hoje, se nós olharmos, o final da W3, que é onde o estacionamento central não acabou, foi a área que teve mais energia para sobreviver.

Da mesma forma, quando nós autorizamos na LUOS que as casas do Lago Sul e Park Way abrigassem pessoas jurídicas, como escritórios de advocacia, escritórios institucionais, nós incentivamos a ociosidade do Setor Comercial Sul, do Setor Bancário. É fácil constatar isso. Suba no Liberty Mall, no quinto andar, ali há todo um corredor com a seguinte placa: "Mudamos para o Lago Sul. Escritório de advocacia".

Agora, nós estamos pensando em quê? Criar novas alternativas de ocupação do Setor Comercial Sul.

(Soa a campainha.)

CHICO SANT'ANNA – Vou ser rápido.

Eu acho que essa preocupação nós temos que ter, porque não há medida que não gere efeito.

Eu gostaria de chamar a atenção para 2 pontos específicos. Chamei a atenção para um desses pontos em uma audiência pública feita – não sei se a senhora soube – dentro da polícia, o local mais inadequado para uma audiência pública ocorrer. Foi num sábado, naquele período seco de Brasília. Fui de bermuda e fui impedido de entrar no auditório. Tive que me valer – agradeço até hoje – do uniforme de um trabalhador da limpeza, que me emprestou uma calça extra que ele tinha, para eu poder participar. Então, aquela não foi uma audiência pública franqueada à população como um todo. Já naquele momento, eu alertava o seguinte: o PPCUB abre uma perigosa brecha para que a fiação aérea atravessasse o Plano Piloto.

(Soa a campainha.)

CHICO SANT'ANNA – De acordo com as normas, no Plano Piloto, ao longo da W2, W4, W5, L2, L3, L4, na EPIG, EPIA, Estrada Parque do Setor Policial Sul e no interior das quadras 700, não há

restrição para cabeamento aéreo. Hoje, vemos que a W5 Sul está virando um emaranhado de cabos. São Paulo está gastando fortuna, milhões, para enterrar os cabos, e nós vamos permitir cabeamento aéreo aqui? E há um detalhe: as nossas árvores já são mais altas do que os postes. Então, quando uma árvore cai sobre uma rede, seja ela elétrica ou de telefonia, o prejuízo é muito maior.

Então, eu chamo a atenção da Câmara Legislativa, porque, quanto à proibição do cabeamento – isso é outro detalhe, eu não sou jurista, talvez a doutora possa ver –, ele fala em cabeamento, rede elétrica e assemelhados.

(Soa a campainha.)

CHICO SANT'ANNA – Eu acho que isso é vago. Fibra ótica é assemelhado de rede elétrica. Mas, enfim, todo cabeamento deveria ser proibido. Que ele não seja permitido.

Finalizando – a senhora falou da impermeabilização da cidade e do efeito do Noroeste –, quero chamar a atenção: a transformação de 3 praças públicas na Asa Norte, entre quadras 703/704, 707/708 e 709/710, apenas contribui para mais impermeabilização. No momento em que o mundo inteiro debate aquecimento global, eu creio que seja uma insanidade transformarmos essas áreas – que só não estão consolidadas como praça porque o Governo do Distrito Federal foi omissivo e não as constituiu como praças. Nós devemos recuperá-las, nem que sejam meros jardins, para ajudar na permeabilidade do solo e no combate ao aquecimento global. A W3 Sul e W3 Norte estão muito ociosas, há muitos prédios vazios, não é preciso matar 3 praças para virarem novos edifícios.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Muito grata, Chico. Quero registrar minha gratidão por você, desde o início, estar aqui presente, antes mesmo de a audiência começar, para contribuirmos com essa situação. A Cléa uma vez denunciou que dentro de uma escola estava caindo o cabeamento, por causa de uma árvore, e que, por isso, os pais não conseguiam entrar na escola. Então, é algo muito sério. Com certeza, nós vamos ter um olhar atento a isso. Muito grata por sua participação.

O deputado Pastor Daniel de Castro, que é o proponente da entrega de cidadão honorário que ocorrerá agora, na sequência, já chegou ao plenário. Há mais 2 pessoas inscritas para falar e eu peço gentilmente que elas sejam breves. Eu até fico sem graça de fazer esse pedido, mas é porque nós temos que contemplar o pedido do deputado.

Concedo a palavra para o senhor José Aparecido Freire, presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Distrito Federal – Fecomércio-DF.

JOSÉ APARECIDO FREIRE – Boa noite, minha amiga deputada Paula Belmonte. Eu falo que a senhora é a minha eterna deputada federal, porque a senhora foi extremamente...

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Agora tenho que ser uma eterna deputada distrital, certo? (Risos.)

JOSÉ APARECIDO FREIRE – É eterna porque a CNC assim a premiou por aquele trabalho brilhante de relatoria que a senhora fez para salvar Brasília no Projeto de Lei de Conversão nº 5/2022, que não vou esquecer nunca. Muito obrigado.

Na sua pessoa, deputada Paula Belmonte, cumprimento todos os membros da mesa. Quero cumprimentar o meu amigo deputado Daniel, o querido amigo deputado Gabriel Magno e todos os presentes.

Eu vim aqui, deputada, porque esta é a casa da democracia, a casa das discussões, é onde nós temos que ouvir todos os lados da população. O PPCUB é um projeto que realmente vem sendo discutido há muito tempo. Como um representante que me antecedeu falou, não se trata de voltar para o zero, mas o PPCUB passou por várias audiências públicas, inclusive o Ministério Público pediu que nós fizéssemos mais uma audiência pública. Nós a fizemos, no final, mas nunca teremos uma LUOS, um PPCUB ou qualquer projeto que atenda a todos.

Então, por essa razão este projeto está nesta casa de discussões e é por isto que está sendo feita esta audiência pública: para que possamos ouvir todos os lados, para discutirmos e, quando o projeto for para aprovação, para que seja aprovado aquilo em que há mais consenso. Aquilo em que não haja consenso, com certeza, não vai ser útil para o PPCUB.

Como disseram lá atrás sobre a LUOS, aquela não vai ser a última LUOS. Nós sempre vamos precisar discutir Brasília, porque Brasília é uma cidade tombada – e exatamente por isso demorou bastante essa questão do PPCUB.

(Soa a campainha.)



JOSÉ APARECIDO FREIRE – Eu quis vir aqui, deputada, para dizer, em nome da Fecomércio, que nós respeitamos muito a democracia, que nós respeitamos muito as opiniões de todos. Mas nós entendemos, como eu disse lá atrás, com todo o respeito a tudo o que falaram, que nós não podemos considerar uma cidade tombada como uma cidade engessada. Nós precisamos fazer melhorias, porém essas melhorias têm que ser realmente discutidas. E eu respeito demais a opinião de todos.

Acho que aqui, na Câmara Legislativa, vai ocorrer a votação e a aprovação daquilo que é importante para a nossa Brasília.

Muito obrigado, deputada. Boa noite.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Muito grata. Sua presença nos honra. Com muita responsabilidade, a Fecomércio está sendo representada pela fala do senhor. A Federação do Comércio está apoiando a discussão do PPCUB para que, da melhor forma possível, ele aconteça na cidade.

JOSÉ APARECIDO – Com certeza, a democracia foi feita para isso, para que nós possamos discutir, para que possamos dialogar com todos os setores.

Eu represento o setor de comércio de bens, serviço e turismo, o qual é composto por – nada mais, nada menos – 218 mil empresas dentro do Distrito Federal. Dessas 218 mil empresas, 212 mil são microempresas e pequenas empresas, que geram 348 mil empregos dentro do Distrito Federal. Nós precisamos olhar isto também: nós temos que preservar Brasília, mas nós temos que pensar, do mesmo modo, na situação difícil que o país vive – assim como Brasília –, que é a questão do desemprego.

Eu acho que temos que discutir, nós temos que ouvir todos e sair, sempre, com a democracia fortalecida.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Muito grata, presidente.

Passaremos a palavra, agora, ao senhor João Carlos Bertolucci.

Eu até peço desculpas, porque me falaram que o senhor não estava mais aqui. O senhor estava inscrito para falar anteriormente.

Deputado Pastor Daniel de Castro, eu peço 3 minutos do seu tempo para concluirmos, rapidamente. Há mais uma pessoa para falar, a Helena Pires.

JOÃO CARLOS BERTOLUCCI – Boa noite a todos.

Meu nome é João Carlos Bertolucci. Sou presidente da Associação Náutica, Esportiva e do Turismo de Brasília. Na pessoa da doutora Marilda, eu cumprimento todos os membros da mesa, especialmente a senhora, deputada Paula Belmonte.

Nós fizemos parte de vários debates sobre essa questão do PPCUB, na época era o Masterplan, que deu origem, agora, ao plano de preservação urbanística. A senhora conhece bem o Masterplan também. Eu chego hoje a esta audiência, deputada, com um sentimento de alívio por ver esta mesa maravilhosa composta pela doutora Vera, pela doutora Ivelise Longhi, pela doutora Marilda, do MP.

O PPCUB é capenga. Ele é capenga.

O doutor Ricardo já me recebeu várias vezes na Seduh – não é, doutor Ricardo? O nosso debate sobre a preservação de Brasília continua intacto. Brasília tem que ser preservada. Mas, eu acho, deputada, que nesta casa legislativa, democrática, tão maravilhosa e com tantas cabeças pensantes – muitas delas com uma inteligência espetacular, que eu respeito muito, e a senhora tem essa cabeça também –, a senhora tem que usar uma lupa para dar uma olhada no texto do PPCUB, principalmente na jurisdição entre orla do lago e espelho do lago.

Existe uma diferença muito grande, deputada, entre preservação da orla do Lago Paranoá e ingerência sobre o espelho d'água do Lago Paranoá. Uma coisa é o governo federal, a Marinha do Brasil; outra coisa é a preservação urbanística no limite da orla para cá. Para lá, nós temos que tomar cuidado, porque existe algo chamado desenvolvimento náutico. Se existirem essas limitações pontuadas pela Seduh para que o crescimento náutico seja limitado com relação à construção de *decks*, píer e rampas, isso afeta muito o desenvolvimento do Lago Paranoá em tudo aquilo que, hoje, nós prezamos muito, que é ter um lago estruturado para que o turismo náutico cresça como em outro lago de Bréscia, na Itália; de Bruges, na Bélgica; da Cidade do México; de Miami e de outras.

Então, eu peço que haja um olhar muito legal para esse PPCUB e que a senhora continue fazendo esse trabalho espetacular dentro do Ministério Público. Parabéns pelo seu trabalho. Sou seu fã. Um abraço. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Muito grata, senhor João Carlos. Foi muito importante essa sua intervenção, porque é importante esse detalhe da lupa.

Passarei a palavra à Helena Peres. (Pausa.)

Antes, concedo a palavra ao deputado Pastor Daniel de Castro.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Obrigado, presidente. Eu não ia falar porque cheguei tarde, mas eu quero me ater um pouco à fala do nosso orador anterior sobre a questão da náutica.

Eu sou autor da Lei nº 7.399, que libera o lago Paranoá para pesca esportiva. A pesca no Brasil tem virado um fenômeno. O mundo está de olho no Brasil por conta das nossas águas, dos nossos rios, das nossas lagoas. É fantástico. Eu estive representando esta casa há poucos dias na maior feira de pesca da América Latina, em São Paulo. Em 3 dias de feira, eles movimentaram 600 milhões de reais. Isso porque só abriram para 100 *stands*. Havia previsão de 200, mas o lugar era pequeno.

O sonho desse povo é fazer uma feira dessa no Distrito Federal. As 2 feiras anteriores foram feitas em Goiânia justamente porque o sentimento é o lago. Lá, por exemplo, nós estávamos em São Paulo. Todos os expositores com grandes barcos sendo expostos em cima de carretas dentro de um salão. Aqui, você pode fazer essas exposições com um barco dentro do lago Paranoá. Lá havia 10 estados representados.

A pesca hoje gera 10 bilhões anualmente, 500 mil empregos diretos e indiretos no Brasil. O Ministério da Pesca está se preparando. Pessoas como Nelson Nakamura, que é uma sumidade hoje no mundo, junto com o Robinho e tantos outros que são sumidades no mundo esportivo da pesca transformam inclusive o pescador em atleta de alto rendimento. Eles foram agora para China. Capacitaram 50 empresários da China que virão movimentar o Brasil.

Em São Paulo, eu conversava com o doutor Roberto de Lucena, ex-deputado federal, secretário de Estado de turismo do Estado de São Paulo. Eles estão construindo 15 píers. Onde eles põem o píer, eles multiplicam o turismo, o emprego, a renda. Claro que tudo isso muito ligado com a sustentabilidade. Nós não estamos falando de quebrar o tombamento de Brasília. Isso jamais. Só que é uma fonte de renda. O nosso lago tem sido apenas para o lazer.

A pesca esportiva vai gerar algo extraordinário. Agora mesmo, o Rôney Nemer está trabalhando a segurança, fiscalização. Isso gera renda. Agora mesmo estou tirando a carteira de arrais, juntamente com um monte de gente. Cada um que vai tirar a arrais paga 450 reais para fazer o curso. Depois paga para ter sua carteirinha. Então, é um movimento, deputada Paula Belmonte, extraordinário.

Naturalmente, eu e a minha assessoria responsável, com o nosso grupo de advogados, vamos nos debruçar em cima do PPCUB para que falemos com o governo. Eu estive com o governador Ibaneis, com o José Humberto, na semana passada, dando relatório geral do que significa a pesca esportiva no Brasil e o que ela pode significar aqui. Para a senhora ter ideia, aproximadamente, segundo a federação, são 100 mil pescadores aqui no Distrito Federal, nessa região. Sabe aonde esse povo está indo deixar dinheiro nosso? Lago Corumbá, Serra da Mesa, Mato Grosso, Araguaia, sendo que poderiam deixar aqui no lago Paranoá. Aqui há várias espécies de peixes.

Essa lei, inclusive, é cota 0: pesque e solte. Você não mata o peixe, porque peixe bom é peixe vivo. O *slogan* em Goiás é o seguinte: "Peixe não anda de carro, nem voa de avião; peixe nada no lago".

Estive agora em Três Ranchos, na abertura do campeonato goiano, num município com 2.950 habitantes, e simplesmente havia mil pescadores de fora na cidade. Não havia nada para comer, nem beber, porque tudo foi comprado. Para você ver o movimento que isso significa na pesca esportiva.

Então quero corroborar com o nosso amigo ali da náutica. Depois eu gostaria de ter uma conversa com ele também.

Deputada Paula Belmonte, gostaria de dizer também que esse lago é nosso. A segurança do lago, inclusive, vai causar um fenômeno: quase todo mês há uma morte por afogamento no lago, por conta do uso dele para o lazer.

No lazer, muitas vezes, a pessoa não tem responsabilidade. O pescador, não. Quando ele vai para o lago, ele aprende isso. Ele vai no barco dele. No barco não vai bebida, e o pescador vai de colete. A segurança que vai haver para fiscalizar o lago vai fiscalizar todos esses outros que estão nas embarcações, que estão fazendo turismo. Isso vai trazer mais segurança, e, se Deus quiser, vamos eliminar essas mortes.

Então, parabéns a todos. Quero deixar essa pauta para trabalharmos também.

Obrigada, deputada.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Estou muito grata pela intervenção de V.Exa.

Vou agradecer imensamente não só pela propriedade com que V.Exa. fala, mas também porque estou correndo para entregar a sessão às 19 horas. Como V.Exa. me pediu a fala, então eu já me senti mais tranquila e autorizada. Estou grata porque V.Exa. que tem a responsabilidade. Agora vou ter mais 15 minutos para falar.

Eu quero também dizer que o João Carlos traz uma situação em que o PPCUB restringe isso. Tudo o que V.Exa. está falando o PPCUB vem contra isso.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Não? É o contrário? Mas, se você não pode construir um *deck*, essas coisas... Então vamos ter que estudar. A sua fala e o seu compromisso são muito importantes para olharmos com essa lupa o desenvolvimento econômico do Distrito Federal para também torná-lo um polo turístico. Brasília é linda! Quem já viu o pôr do sol lá no Paranoá? Então, usufruir disso é muito importante.

Com a autorização do senhor, vou passar a palavra à Helena Peres, representante do Pensando Brasília.

HELENA PERES – É uma alegria estar aqui representando a juventude do Distrito Federal. Sou a segunda geração. Sou neta de 2 pioneiros, tanto por parte de mãe, quanto por parte de pai. Minha mãe nasceu no Distrito Federal, foi a décima pessoa a ser registrada no Distrito Federal. Minhas filhas são a terceira geração. Há a profecia de Dom Bosco, tão bonita, falando sobre a terceira geração. Então, na verdade, eu convido toda a juventude a discutir Brasília, principalmente olhando os centros históricos.

Os centros históricos estão abandonados. O Setor Comercial Sul, eu fico muito preocupada olhando a parte social daquela região. Os comerciantes que estão lá são guerreiros. E a W3, gente? Quando eu olho para Brasília, vejo um potencial de Paris em Brasília.

Então, deputada, é este o meu recado: convido tudo mundo a pensar Brasília.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Muito grata. Pensando Brasília tem Instagram?

HELENA PERES – Tem.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Então faz a propaganda – aproveita – para pensarmos Brasília juntos.

HELENA PERES – Vamos pensar Brasília. Hoje até fizemos uma cobertura do evento, que está disponível no nosso canal do YouTube: Pensando Brasília. Também temos Instagram, TicToc e todas as redes sociais.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Muito grata por você e o Pedro estarem dando esse *start* da juventude.

Deputado, posso passar a palavra para as pessoas da mesa se despedirem rapidamente? (Pausa.)

Com a autorização do nosso deputado, concedo a palavra à senhora Ivelise Longhi.

IVELISE LONGHI – Obrigada, deputada.

Eu queria agradecer, mais uma vez, por estarmos aqui. Eu quero dizer que é muito bom participar deste tipo de discussão. Nós, que amamos Brasília, que dedicamos a vida à Brasília... Sou servidora pública. Trabalhei a vida inteira com a questão de Brasília. Realmente, vejo com muito bons olhos essas discussões, as colocações de cada uma das pessoas.

É interessante levantar que esse tipo de discussão deve servir também para que se conheça e

se entenda a preservação de Brasília. Que se entenda de fato qual era a intenção de se preservar Brasília.

São as escalas de Brasília, são esses grandes espaços existentes... Quanto à setorização, o próprio Lúcio Costa, no Documento nº 57/85, um pouco antes do tombamento, já colocava detalhadamente que havia a necessidade de se flexibilizar os usos na cidade sem manter as suas características principais. Então, ele mesmo entendia que é possível, sim, adequarmos a cidade às necessidades atuais, sem perder o impulso que ela tem, levando-se em consideração as necessidades que escutamos aqui também. Várias pessoas vieram para fazer colocações e pedir alterações que são necessárias.

Para fechar, guardei uma coisa que o Ricardo falou: olhar o futuro com responsabilidade. Acho que é o que estamos fazendo aqui hoje. Estamos olhando para frente, olhando para o futuro, para que as próximas gerações tenham a mesma qualidade de vida que nós temos e que nós tivemos a oportunidade de ter.

Alguém citou aqui – acho que foi o presidente da Fecomércio – a questão da democracia. Nunca fui empresária, não sou empresária, nunca trabalhei para empresário, mas acho que temos que acabar com esse tipo de coisa de achar que o Fulano e que o Beltrano estão prejudicando. Não! Todos precisam. Os empresários também moram em Brasília e preservam Brasília. A senhora mesmo é empresária e sabe muito bem disso.

Então, é importante que se escute todos, que isso seja levantado por todos para não ficarmos em uma discussão sem motivo, dizendo que um plano de preservação não pode pensar em desenvolvimento. Não é bem assim. Se desenvolvemos com responsabilidade, se desenvolvemos com critérios, com certeza, vai haver preservação.

É isso o que eu gostaria de colocar.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Eu agradeço.

É importante a presença da senhora aqui, porque ela traz esse contraponto. Estou querendo aprender com vocês. É muito importante fazer convergências para que possamos votar o PPCUB da melhor forma possível, com a representatividade de todos.

Concedo a palavra à senhora Vera Ramos.

VERA RAMOS – Eu agradeço a oportunidade.

Deixo 3 frases que eu considero importantes. Eu já as citei rapidamente antes, mas vou repetir: preservação é um ato de respeito pelo passado, com um olhar voltado para o futuro e para a qualidade de vida dos cidadãos. A preservação está aliada à conservação do bem e a conservação exige manutenção permanente.

É aquilo que o prefeito estava dizendo sobre a 207 Sul: toda a preservação está ligada à conservação e à manutenção. Isso para as pequenas coisas. A cidade tem que ser humana, tem que olhar as intervenções menores e não só as maiores. Tem que haver esse cuidado.

Outra coisa: tombamento é conquista, tombamento não é castigo. Temos que ser inteligentes e responsáveis, e tão competentes ou mais do que os pioneiros que construíram esta cidade, para lidar com essas demandas. As demandas de uso são necessárias. Sítios urbanos não são obras acabadas, como eu falei. Não existe esse conflito.

Agora, os usos não podem ser incompatíveis, porque a setorização é uma das características essenciais da cidade. Podem ter vários usos e atividades, porém não incompatíveis com o setor.

Outra coisa que se deve buscar – e eu tenho certeza de que esses debates vão nos levar a isto – é o entendimento comum. Todos nós queremos o melhor para a cidade e devemos buscar um desenvolvimento qualitativo, ao invés do crescimento quantitativo.

É isso que eu posso deixar hoje. Muito obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Muito grata, senhora Vera. Tenha o nosso compromisso de que vamos fazer esse debate da melhor forma democrática possível. E que possamos, realmente, escutar a todos, sem pressa, mas com eficiência.

Concedo a palavra agora para a senhora doutora Marilda Fontenele.

MARILDA FONTENELE – Para finalizar, mais uma vez, agradeço o acolhimento desta casa



parlamentar, por intermédio da deputada Paula Belmonte.

O Ministério Público sente-se acolhido. O objeto do nosso trabalho é a lei. Eu me sinto honrada em estar no nascedouro de mais uma lei que vai tratar do plano urbanístico de Brasília. Meu desejo sincero é que esta lei espelhe o mais sincero e profundo desejo de que Brasília seja a capital do Brasil, respeitada e preservada.

Muito obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Muito grata, doutora.

Eu quero passar a palavra agora para o nosso subsecretário da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal, Ricardo Noronha.

RICARDO NORONHA – Mais uma vez, agradeço a oportunidade e a honra de estar discutindo este assunto tão importante para a cidade. Agradeço a todos vocês que ficaram até o final acompanhando as discussões.

Agradeço a todas as críticas que foram apresentadas, porque para nós elas sempre nos ajudam a ter um olhar mais abrangente da situação. Todas serão todas levadas em consideração. Vamos levar isso tudo para o secretário.

Eu agradeço, de verdade, a honra e a oportunidade de dividir esta mesa com pessoas tão empenhadas e tão especialistas no assunto, para nós é sempre muito vantajoso. Com certeza, Brasília tem muito a ganhar com essa discussão. Que ela continue.

Estamos sempre à disposição.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Agradeço a sua presença. Agradeço também o trabalho do Marcelo. Fiquei chateada, não vou dizer que não fiquei, porque eu o estava esperando, mas fiquei contemplada com a sua presença aqui – viu Ricardo –, e que Deus nos abençoe.

Agradeço a presença do deputado Gabriel Magno e a de todos os parlamentares que aqui estiveram. Em especial, eu quero agradecer ao deputado Pastor Daniel de Castro que nos concedeu 16 minutos da sua audiência. Ele abriu a porteira, entramos e ocupamos o espaço! Agradeço às autoridades e aos demais convidados que honraram a Câmara Legislativa do Distrito Federal com as suas presenças.

Muito grata e que Deus nos abençoe.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente comissão geral, bem como a sessão ordinária que lhe deu origem.

(Levanta-se a sessão às 19h17min.)

Observação: nestas notas taquigráficas, os nomes próprios ausentes de sites governamentais oficiais foram reproduzidos de acordo com a lista disponibilizada pelo Cerimonial desta casa ou pelo gabinete do deputado autor do requerimento de realização deste evento.

Siglas com ocorrência neste evento:

ACDF – Associação Comercial do Distrito Federal

CAF – Comissão de Assuntos Fundiários

CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo

Cauma – Conselho de Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente

CCAN – Conselho Comunitário da Asa Norte

CCAS – Conselho Comunitário da Asa Sul

CCJ – Comissão de Constituição e Justiça

CDESCTMAT – Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo

CEOF – Comissão de Economia, Orçamento e Finanças

CESC – Comissão de Educação, Saúde e Cultura

CNC – Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo

Conbras – Conselho de Preservação de Brasília

Condepac-DF – Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural do Distrito Federal

Conplan – Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal

CUB – Conjunto Urbanístico de Brasília

EMO – Eixo Monumental Oeste

EPC – Equipamentos Públicos Comunitários

EPIA – Estrada Parque Indústria e Abastecimento

EPIG – Estrada Parque Indústrias Gráficas

Fecomércio-DF – Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Distrito Federal

GDF – Governo do Distrito Federal



## Requerimentos



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
Gabinete do Deputado Gabriel Magno - Gab 16



### REQUERIMENTO Nº DE 2023 (Do Sr. Deputado Gabriel Magno)

**Requer o registro de criação da Frente Parlamentar pelo Fortalecimento do Programa Minha Casa, Minha Vida.**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Requeiro a Vossa Excelência, à luz do disposto na Resolução nº 255, de 2012, o registro de criação da Frente Parlamentar pelo Fortalecimento do Programa Minha Casa, Minha Vida.

#### JUSTIFICAÇÃO

A criação da Frente Parlamentar em Defesa do Programa Minha Casa, Minha Vida tem como objetivo fomentar o Programa do Governo Federal “Minha Casa, Minha Vida”, cujo objetivo é garantir o direito de habitação às famílias de baixa renda e população em situação de vulnerabilidade social.

Justifica-se a criação da Frente para trabalhar, defender e garantir a participação dessa parcela da população nos Programas de Política Habitacional do Governo Federal e Distrital, garantindo-lhes o direito fundamental à moradia adequada, com vistas a desenvolvimento digno do ser humano.

Por todo o exposto, em face da importância e da urgência do tema, conclamo a adesão dos nobres pares para aprovação do presente Requerimento.

Sala das Sessões, na data da assinatura.

#### DEPUTADO GABRIEL MAGNO

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, 3º Andar, Gab 16 - CEP: 70094902 - Brasília - DF - Tel.: 613348-8162  
www.cl.df.gov.br - dep.gabrielmagno@cl.df.gov.br



Documento assinado eletronicamente por **GABRIEL MAGNO PEREIRA CRUZ - Matr. Nº 00166, Deputado(a) Distrital**, em 04/08/2023, às 13:10:26, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **DAYSE AMARILIO DONETTS DINIZ - Matr. Nº 00164, Deputado(a) Distrital**, em 07/08/2023, às 09:39:23, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **PEDRO PAULO DE OLIVEIRA - Matr. Nº 00170, Deputado**



**(a) Distrital**, em 08/08/2023, às 11:04:13 , conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO DOMINGOS DOS SANTOS - Matr. Nº 00067, Deputado(a) Distrital**, em 08/08/2023, às 11:12:10 , conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **BERNARDO ROGERIO MATA DE ARAUJO JUNIOR - Matr. Nº 00173, Deputado(a) Distrital**, em 08/08/2023, às 12:02:34 , conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **JOAO ALVES CARDOSO - Matr. Nº 00150, Deputado(a) Distrital**, em 08/08/2023, às 12:03:31 , conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO WEYNE PEDROSA - Matr. Nº 00145, Deputado(a) Distrital**, em 08/08/2023, às 13:30:12 , conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **JANE KLEBIA DO NASCIMENTO SILVA REIS - Matr. Nº 00165, Deputado(a) Distrital**, em 08/08/2023, às 14:27:52 , conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site

<https://ple.cl.df.gov.br/#/autenticidade>

Código Verificador: **82945** , Código CRC: **011d1b42**





**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
Gabinete do Deputado Gabriel Magno - Gab 16



**ATA Nº DE 2023**

(Autoria: Deputado Gabriel Magno e Outros)

**Ata de criação da Frente  
Parlamentar pelo Fortalecimento do  
Programa Minha Casa, Minha Vida.**

Aos cinco de julho de dois mil e vinte e três, às 10:00, reuniram-se o Deputado Gabriel Magno, os senhores e senhoras Deputados Distritais que subscrevem esta Ata para, nos termos da Resolução nº 255, de 2 de fevereiro de 2012, que “dispõe sobre o registro de Frentes Parlamentares na Câmara Legislativa do Distrito Federal”, fundar e constituir a FRENTE PARLAMENTAR PELO FORTALECIMENTO DO “PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA”, com o objetivo de contribuir com a efetiva elaboração, prioridade e execução de políticas públicas voltadas ao Programa “Minha Casa, Minha Vida”, sobretudo, ao direito de habitação às famílias de baixa renda e à população em situação de vulnerabilidade social e econômica, a fim de assegurar a devida proteção social a que tem direito; por isso, a necessidade e urgência da criação de uma FRENTE PARLAMENTAR PELO FORTALECIMENTO DO “PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA”, nesta Casa de Leis, pretendendo-se que as ações a serem desenvolvidas contribuam com a elaboração de proposições legislativas, a ampliação de debates sobre temáticas relativas ao assunto e a participação ativa na discussão, elaboração e acompanhamento do orçamento público, definindo-se, por consenso, que a representação da referida Frente Parlamentar será exercida pelo Deputado Distrital Gabriel Magno, sendo certo que, oportunamente, será indicado servidor para exercer as atividades administrativas da Frente. Não havendo mais nada a ser deliberado, o Deputado Gabriel Magno encerrados os trabalhos, tendo determinado a lavratura da presente Ata, a qual, após lida e achada conforme, foi aprovada ao seu final e assinada pelos Deputados e Deputadas que a subscrevem.

**GABRIEL MAGNO**  
*Deputado Distrital - PT/DF*

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, 3º Andar, Gab 16 - CEP: 70094902 - Brasília - DF - Tel.: 613348-8162  
[www.cl.df.gov.br](http://www.cl.df.gov.br) - [dep.gabrielmagno@cl.df.gov.br](mailto:dep.gabrielmagno@cl.df.gov.br)



Documento assinado eletronicamente por **GABRIEL MAGNO PEREIRA CRUZ - Matr. Nº 00166, Deputado(a) Distrital**, em 04/08/2023, às 13:10:26, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **DAYSE AMARILIO DONETTS DINIZ - Matr. Nº 00164, Deputado(a) Distrital**, em 07/08/2023, às 09:39:23, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **PEDRO PAULO DE OLIVEIRA - Matr. Nº 00170, Deputado(a) Distrital**, em 08/08/2023, às 11:04:13, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO DOMINGOS DOS SANTOS - Matr. Nº 00067, Deputado(a) Distrital**, em 08/08/2023, às 11:13:25 , conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **BERNARDO ROGERIO MATA DE ARAUJO JUNIOR - Matr. Nº 00173, Deputado(a) Distrital**, em 08/08/2023, às 12:02:34 , conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **JOAO ALVES CARDOSO - Matr. Nº 00150, Deputado(a) Distrital**, em 08/08/2023, às 12:04:10 , conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO WEYNE PEDROSA - Matr. Nº 00145, Deputado(a) Distrital**, em 08/08/2023, às 13:30:12 , conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **JANE KLEBIA DO NASCIMENTO SILVA REIS - Matr. Nº 00165, Deputado(a) Distrital**, em 08/08/2023, às 14:27:52 , conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site

<https://ple.cl.df.gov.br/#/autenticidade>

Código Verificador: **82946** , Código CRC: **11853012**



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
Gabinete do Deputado Gabriel Magno - Gab 16



**ESTATUTO Nº DE 2023**

**CAPÍTULO I**

**DA DENOMINAÇÃO E DA NATUREZA**

**Art. 1º** A Frente Parlamentar pelo Fortalecimento do Programa Minha Casa, Minha Vida é uma associação suprapartidária, de natureza não governamental, constituída no âmbito da Câmara Legislativa do Distrito Federal e integrada por um terço dos deputados distritais desta Casa de Leis, nos termos da Resolução nº 255, de 2 de fevereiro de 2012.

Parágrafo único. A Frente Parlamentar em Defesa da Moradia Popular é instituída sem fins lucrativos e por tempo indeterminado de duração, com sede e foro na cidade de Brasília, no Distrito Federal.

**CAPÍTULO II**

**DAS FINALIDADES**

**Art. 2º** São finalidades da Frente Parlamentar pelo Fortalecimento do Programa Minha Casa, Minha Vida:

I – fortalecer, difundir e potencializar as ações pelo Fortalecimento do Programa Minha Casa, Minha Vida, no Distrito Federal;

II – apoiar e promover o desenvolvimento das ações já implementadas e a criação de outras em prol do Programa Minha Casa, Minha Vida no Distrito Federal;

III – proporcionar um fórum permanente de debate, fomento e elaboração legislativa para as ações de fortalecimento e defesa do Programa Minha Casa, Minha Vida no Distrito Federal;

IV – apoiar políticas públicas voltadas ao fortalecimento e ampliação do Programa Minha Casa, Minha Vida no Distrito Federal;

V – combater todas as formas de retrocesso em relação ao desenvolvimento do Programa Minha Casa, Minha Vida.

**Art. 3º** Compete à Frente Parlamentar pelo Fortalecimento do Programa Minha Casa, Minha Vida realizar trabalhos, pesquisas, estudos, conferências, seminários, audiências públicas, palestras, debates e outros eventos relacionados a sua temática, bem como tomar providências no sentido de:

I – promover e fortalecer as questões direcionadas à proteção, promoção e desenvolvimento das políticas públicas voltadas ao Programa Minha Casa, Minha Vida, por meio ações de acompanhamento e fiscalização;

II – acompanhar os assuntos de interesse da Frente Parlamentar nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário;

III – apoiar, proteger e garantir os interesses da população desse segmento no Distrito Federal, por intermédio de políticas, diretrizes, estratégias, atribuições, atividades e recursos dos órgãos, instituições e entidades da administração pública do Distrito Federal, direta ou indireta;

IV – estimular e apoiar o interesse parlamentar por ações pelo fortalecimento do Programa Minha Casa, Minha Vida;

V – promover a integração entre a Câmara Legislativa e todos os interessados na defesa das ações inerentes ao Programa Minha Casa, Minha Vida;

VI – estabelecer ambiente institucional, parlamentar e legislativo aberto aos assuntos de competência da Frente e às eventuais propostas surgidas;

VII – apoiar a implementação, continuidade e aprofundamento do Programa Minha Casa, Minha Vida, bem como das pessoas, das instituições e coletivos ligados direta ou indiretamente a essa temática;

VIII – defender ações complementares no fortalecimento das políticas públicas voltadas ao Programa Minha Casa, Minha Vida;

IX – promover o intercâmbio com frentes assemelhadas de parlamentos de outras unidades da Federação, visando ao aperfeiçoamento contínuo e recíproco o estudo e desenvolvimento dos conceitos, modelos, políticas, diretrizes, estratégias, metodologias e práticas voltadas à promoção e ao desenvolvimento das políticas públicas voltadas ao Programa Minha Casa, Minha Vida;

X – participar de discussões, plebiscitos, referendos ou iniciativas equivalentes, com o objetivo de assegurar os meios necessários ao fortalecimento das políticas públicas voltadas à defesa da moradia popular.

### **CAPÍTULO III DOS MEMBROS**

**Art. 4º** Integram a Frente Parlamentar pelo Fortalecimento do Programa Minha Casa, Minha Vida:

I – como membros fundadores: Deputados Distritais integrantes da 9ª Legislatura que subscrevem o registro da Frente;

II – como membros efetivos: Deputados Distritais que requererem o Termo de Adesão em data posterior ao registro da frente;

III – como colaboradores: pessoas, pesquisadores, especialistas, profissionais, órgãos, entidades, instituições, associações, federações, institutos, coletivos e assemelhados que se interessarem pelos objetivos da Frente.

*Parágrafo único* . A Frente poderá conceder títulos honoríficos a parlamentares e a pessoas da sociedade em geral que se destacarem no estudo e na prática de ações sociais, econômicas e culturais, voltadas à promoção e ao desenvolvimento de políticas públicas pelo Fortalecimento do Programa Minha Casa, Minha Vida, indicados pelos membros efetivos da Frente Parlamentar e aprovados pela Assembleia Geral.

### **CAPÍTULO IV DA ESTRUTURA**

**Art. 5º** A Frente Parlamentar pelo Fortalecimento do Programa Minha Casa, Minha Vida tem a seguinte estrutura:

I – Assembleia-Geral, integrada por todos os Parlamentares que aderiram ao registro da Frente, membros fundadores e efetivos;

II – Conselho Executivo, integrado por um Presidente e um Vice-Presidente.

*Parágrafo único* . O mandato dos membros do Conselho Executivo será de dois anos, com direito à reeleição na mesma legislatura.

**Art. 6º** Compete à Assembleia-Geral:



- I – eleger ou destituir os integrantes do Conselho Executivo e do Conselho Consultivo;
- II – aprovar os relatórios apresentados pelo Conselho Executivo;
- III – estabelecer as diretrizes políticas da atuação a Frente;
- IV – supervisionar a atuação do Conselho Executivo;
- V – promover as alterações necessárias a este Estatuto.

*Parágrafo único* . As decisões da Assembleia-Geral serão tomadas por maioria simples dos votantes, presente a maioria absolutados membros da Frente, em primeira chamada e, por maioria simples dos votantes, presentes dez por cento de seus membros, na hipótese de segunda chamada.

**Art. 7º** Compete ao Conselho Executivo:

- I – implementar as diretrizes políticas estabelecidas pela Assembleia-Geral;
- II – tomar as decisões políticas e administrativas necessárias, para que se atinjam os objetivos da Frente;
- III – elaborar relatórios sobre a atuação da Frente;
- IV – convocar a Assembleia-Geral.

§ 1º São atribuições do Presidente:

- I – representar a Frente junto às Casas Legislativas;
- II – representar a Frente junto a entidades públicas e privadas;
- III – planejar, coordenar e convocar as reuniões do Conselho Executivo;
- IV – tomar as iniciativas necessárias, para que as decisões do Conselho Executivo sejam cumpridas;
- V – presidir as reuniões do Conselho Executivo e da Assembleia-Geral.

§ 2º São atribuições do Vice-Presidente:

- I – auxiliar o Presidente;
- II – substituir o Presidente em casos de impedimento ou ausência.

§ 3º Os cargos do Conselho Executivo são privativos de Deputados Distritais.

§ 4º O Conselho Executivo poderá valer-se do apoio de assessores e servidores da Câmara Legislativa do Distrito Federal, para desempenhar funções administrativas da Frente, por delegação de competência.

**Art. 8º** A Frente Parlamentar será dissolvida por decisão da maioria absolutados membros da Assembleia-Geral.

**Art. 9º** Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos pelo Conselho Executivo.

**Art. 10.** A Assembleia-Geral aprovará normas específicas regulando:

- I – as eleições periódicas para os cargos do Conselho Executivo;
- II – o ingresso de novos filiados;
- III – a desfiliação voluntária ou compulsória.

**Art. 11.** O presente Estatuto entra em vigor na data de sua aprovação pelos membros da Frente Parlamentar pelo Fortalecimento do Programa Minha Casa, Minha Vida, quando se dará a eleição e posse do Conselho Executivo.

**FRENTE PARLAMENTAR  
PELO FORTALECIMENTO DO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA**

---

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, 3º Andar, Gab 16 - CEP: 70094902 - Brasília - DF - Tel.: 613348-8162  
www.cl.df.gov.br - dep.gabrielmagno@cl.df.gov.br



Documento assinado eletronicamente por **GABRIEL MAGNO PEREIRA CRUZ - Matr. Nº 00166, Deputado(a) Distrital**, em 04/08/2023, às 13:10:27, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **DAYSE AMARILIO DONETTS DINIZ - Matr. Nº 00164, Deputado(a) Distrital**, em 07/08/2023, às 09:39:23, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **PEDRO PAULO DE OLIVEIRA - Matr. Nº 00170, Deputado(a) Distrital**, em 08/08/2023, às 11:04:13, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO DOMINGOS DOS SANTOS - Matr. Nº 00067, Deputado(a) Distrital**, em 08/08/2023, às 11:14:55, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **BERNARDO ROGERIO MATA DE ARAUJO JUNIOR - Matr. Nº 00173, Deputado(a) Distrital**, em 08/08/2023, às 12:02:34, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **JOAO ALVES CARDOSO - Matr. Nº 00150, Deputado(a) Distrital**, em 08/08/2023, às 12:04:10, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO WEYNE PEDROSA - Matr. Nº 00145, Deputado(a) Distrital**, em 08/08/2023, às 13:30:12, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **JANE KLEBIA DO NASCIMENTO SILVA REIS - Matr. Nº 00165, Deputado(a) Distrital**, em 08/08/2023, às 14:27:52, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site

<https://ple.cl.df.gov.br/#/autenticidade>

Código Verificador: **82947**, Código CRC: **07386ac8**



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
Secretaria Legislativa



---

DESPACHO

A Mesa Diretora para publicação (RICL, art. 153, **art. 1º da Resolução nº 255/12** ),  
atendidos os requisitos dos arts 2º e 3º da referida Resolução.

---

MARCELO FREDERICO M. BASTOS

Matrícula 23.141

Assessor Especial

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, 5º Andar, Sala 5.10 - CEP: 70094902 - Brasília - DF - Tel.: (61)3348-8275  
www.cl.df.gov.br - seleg@cl.df.gov.br



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO FREDERICO MEDEIROS BASTOS - Matr. Nº 23141, Assessor(a) da Secretaria Legislativa**, em 09/08/2023, às 09:01:55 , conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site

<https://ple.cl.df.gov.br/#/autenticidade>

Código Verificador: **83306** , Código CRC: **8be8244f**



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
Secretaria Legislativa



---

DESPACHO

A Mesa Diretora para publicação (RICL, art. 153, **art. 1º da Resolução nº 255/12** ),  
atendidos os requisitos dos arts 2º e 3º da referida Resolução.

---

MARCELO FREDERICO M. BASTOS

Matrícula 23.141

Assessor Especial

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, 5º Andar, Sala 5.10 - CEP: 70094902 - Brasília - DF - Tel.: (61)3348-8275  
www.cl.df.gov.br - seleg@cl.df.gov.br



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO FREDERICO MEDEIROS BASTOS - Matr. Nº 23141, Assessor(a) da Secretaria Legislativa**, em 09/04/2024, às 15:44:08 , conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site  
<https://ple.cl.df.gov.br/#/autenticidade>  
Código Verificador: **117124** , Código CRC: **d23bc3c8**





**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
Gabinete do Deputado Roosevelt - Gab 14



**REQUERIMENTO Nº DE 2023**  
(Autoria: Deputado ROOSEVELT E OUTROS)

**Requer o registro da criação da “Frente Parlamentar de Condomínios, Síndicos e Profissionais envolvidos nas atividades de Condomínios do Distrito Federal”.**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL:

Requeiro o registro da “Frente Parlamentar de Condomínios, Síndicos e Profissionais envolvidos nas atividades de Condomínios do Distrito Federal”, que atuará em defesa dos Condomínios e profissionais do segmento de condomínios, no âmbito do Distrito Federal.

**JUSTIFICAÇÃO**

A “Frente Parlamentar de Condomínios, Síndicos e Profissionais envolvidos nas atividades de Condomínios do Distrito Federal “ está sendo criada com o objetivo de consolidar a busca de modelos de gestão e aprimoramento da legislação, visando à regularização de Condomínios, bem como garantir a segurança jurídica na prestação de serviços e na relação profissional do segmento Condomínios, nesta Unidade da Federação.

A Regularização Fundiária Urbana é um instrumento da Política Urbana Federal, destinado a ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, instituído pela Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade.

Para melhor esclarecer o entendimento sobre a regularização fundiária, importante trazer o entendimento da jurista Betânia Alfonsin [\[1\]](#) : “É um processo de intervenção pública, sob os aspectos jurídico, físico e social, que objetiva legalizar a permanência de populações moradoras de áreas urbanas ocupadas irregularmente para fins de habitação, implicando acessoriamente melhorias no ambiente urbano do assentamento, no resgate da cidadania e da qualidade de vida da população beneficiária”.

Em outros termos, a regularização fundiária é um processo de intervenção governamental nos aspectos urbanístico, ambiental e fundiário, de ocupações urbanas irregulares, com o objetivo de promover sua legalização e sua inserção na malha urbana regular, visando o ordenamento territorial, de forma a garantir melhorias na qualidade de vida, proporcionando à cidade cumprir sua função social.

No âmbito do Distrito Federal, a Regularização Fundiária é tratada principalmente pelo Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT, aprovado pela Lei Complementar nº

803/2009 e atualizado pela Lei Complementar nº 854/2012. No PDOT, a Regularização Fundiária é disciplinada no CAPÍTULO IV - DAS ESTRATÉGIAS DE ORDENAMENTO TERRITORIAL, Seção IV - Da Estratégia de Regularização Fundiária Urbana .

A presente proposição visa também auxiliar e propor ações de regularização fundiária dos Condomínios do Distrito Federal, uma garantia de direito, reivindicação constante da população residente nesta Unidade da Federação.

Apesar do Distrito Federal dispor de órgãos responsáveis e incumbidos de definir e implementar a política habitacional em conformidade com a legislação em vigor, a Frente Parlamentar de Condomínios, Síndicos e Profissionais envolvidos nas atividades de Condomínios visa propor soluções para desburocratização das ações, agilizar o processo de regularização e averbação de parcelamento do solo e de núcleos habitacionais para fins residenciais, sejam públicos ou privados, tendo como base o Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT).

O PDOT é o instrumento básico da política territorial e de orientação aos agentes que atuam na produção e gestão das localidades urbanas, de expansão urbana e rural do território do DF, promovendo a regularização fundiária, que compreende medidas jurídicas, urbanas, ambientais e sociais, promovidas pelo Poder Público por razões de interesse social ou de interesse específico, com a finalidade de promover o ordenamento territorial, a inclusão socioespacial e a garantia da segurança da posse, à população informal do DF.

Além disso, há que se considerar também que, segundo dados apresentados pela ABRASSP – Associação Brasileira de Síndicos e Síndicos Profissionais, o Distrito Federal possui mais de 17.000 (dezessete mil) condomínios, mais de 1.000.000 (um milhão) de moradores de condomínios, em torno de 18.000 (dezoito mil) subsíndicos, 51.000 (cinquenta e um mil) conselheiros e 65.000 (sessenta e cinco mil) trabalhadores de condomínios.

Diante desses números, não resta dúvida acerca da necessidade desse parlamento se debruçar com o engajamento necessário, para resolução das controvérsias administrativas e legais acerca da matéria, visando garantir a segurança jurídica necessária aos residentes e prestadores de serviços de Condomínios do Distrito Federal.

Nesse passo, entende-se que o Distrito Federal não sairá do caos urbano em que vive enquanto não for criada uma situação definitiva para essa questão, que contribui para o crescimento desordenado de assentamentos, causando enormes danos e transtornos.

Além disso, a situação de insegurança jurídica e a ausência de apoio estatal expõem todos os trabalhadores do segmento, principalmente os Síndicos e Profissionais envolvidos nas atividades de Condomínios , o que justifica a abrangência da comissão para atender também os anseios e reivindicações dos referidos profissionais.

Por todo esse quadro aqui relatado é que requeremos o registro da “ **FRENTE PARLAMENTAR DE CONDOMÍNIOS, SÍNDICOS E PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS NAS ATIVIDADES DE CONDOMÍNIOS DO DISTRITO FEDERAL** ” .

A Frente Parlamentar é aberta à participação de todos os parlamentares que desejem contribuir com ações em prol do tema ora proposto.

Sala das sessões,

**Deputado ROOSEVELT**

*PL*

[1] Betânia de Moraes Alfonsin é jurista e urbanista; doutora em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/UFRJ; professora da Faculdade de Direito da PUC/RS e consultora na área de Direito Urbanístico.

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, 3º Andar, Gab 14 - CEP: 70094902 - Brasília - DF - Tel.: (61)3348-8142  
www.cl.df.gov.br - dep.rooseveltvillela@cl.df.gov.br



Documento assinado eletronicamente por **ROOSEVELT VILELA PIRES - Matr. Nº 00141, Deputado(a) Distrital**, em 13/09/2023, às 14:46:18 , conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **MARCOS MARTINS MACHADO - Matr. Nº 00155, Deputado(a) Distrital**, em 13/09/2023, às 15:10:00 , conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO WEYNE PEDROSA - Matr. Nº 00145, Deputado(a) Distrital**, em 13/09/2023, às 15:10:04 , conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **JOAO ALVES CARDOSO - Matr. Nº 00150, Deputado(a) Distrital**, em 13/09/2023, às 15:15:39 , conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **PEDRO PAULO DE OLIVEIRA - Matr. Nº 00170, Deputado(a) Distrital**, em 13/09/2023, às 15:24:09 , conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **IOLANDO ALMEIDA DE SOUZA - Matr. Nº 00149, Deputado(a) Distrital**, em 13/09/2023, às 15:24:52 , conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **JORGE VIANNA DE SOUSA - Matr. Nº 00151, Deputado(a) Distrital**, em 13/09/2023, às 15:31:29 , conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **DANIEL XAVIER DONIZET - Matr. Nº 00144, Deputado(a) Distrital**, em 13/09/2023, às 15:37:29 , conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **JOAQUIM DOMINGOS RORIZ NETO - Matr. Nº 00167, Deputado(a) Distrital**, em 13/09/2023, às 15:39:56 , conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **BERNARDO ROGERIO MATA DE ARAUJO JUNIOR - Matr. Nº 00173, Deputado(a) Distrital**, em 13/09/2023, às 15:48:17 , conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **THIAGO DE ARAÚJO MACIEIRA MAN - Matr. Nº 00172, Deputado(a) Distrital**, em 13/09/2023, às 15:48:21 , conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **JANE KLEBIA DO NASCIMENTO SILVA REIS - Matr. Nº 00165, Deputado(a) Distrital**, em 13/09/2023, às 15:53:19 , conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **DANIEL DE CASTRO SOUSA - Matr. Nº 00160, Deputado(a) Distrital**, em 13/09/2023, às 16:24:44 , conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02,



de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site  
<https://ple.cl.df.gov.br/#/autenticidade>  
Código Verificador: **89994** , Código CRC: **698b28f2**





**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
Gabinete do Deputado Roosevelt - Gab 14



**ESTATUTO Nº DE 2023**

(Autoria: Deputado ROOSEVELT E OUTROS)

**ESTATUTO DA FRENTE PARLAMENTAR DE CONDOMÍNIOS, SÍNDICOS E  
PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS NAS ATIVIDADES DE CONDOMÍNIOS DO DISTRITO  
FEDERAL**

Art. 1º A Frente Parlamentar de Condomínios, Síndicos e Profissionais envolvidos nas atividades de Condomínios do Distrito Federal é uma associação suprapartidária, composta por pelo ao menos um terço dos Deputados Distritais, constituída no âmbito da Câmara Legislativa do Distrito Federal e integrada por seus subscritores ou que vierem a manifestar interesse em participar, nos termos da Resolução nº 522, de 2012.

*Parágrafo único* . A Frente Parlamentar é instituída sem fins lucrativos e com duração limitada à Oitava Legislatura da Câmara Legislativa do Distrito Federal, com sede e foro na cidade de Brasília, Distrito Federal.

Art. 2º São finalidades da Frente Parlamentar de Condomínios, Síndicos e Profissionais envolvidos nas atividades de Condomínios do Distrito Federal :

I - Apoiar e defender os ideais dos Condomínios do Distrito Federal, bem como dos Síndicos e Profissionais envolvidos nas atividades de Condomínios do Distrito Federal;

II - Promover a integração harmoniosa entre a Câmara Legislativa do Distrito Federal e o Sistema de Condomínios, categoria de Síndicos e Profissionais envolvidos nas atividades de Condomínios do Distrito Federal, capaz de estabelecer um ambiente legislativo favorável ao desenvolvimento do segmento;

III - Acompanhar o processo legislativo na Câmara Legislativa do Distrito Federal, em especial quanto aos aspectos de interesse dos Condomínios, Síndicos e Profissionais envolvidos nas atividades de Condomínios do Distrito Federal;

IV - Subsidiar, com informações fidedignas e oportunas, as iniciativas legislativas de interesse dos Condomínios, Síndicos e Profissionais envolvidos nas atividades de Condomínios do Distrito Federal;

V - Atender as demandas políticas dos Condomínios, Síndicos e Profissionais envolvidos nas atividades de Condomínios do Distrito Federal;

VI - Acompanhar os assuntos de interesse no Executivo e no Judiciário, visando apoiar, politicamente, as posições dos Condomínios, Síndicos e Profissionais envolvidos nas atividades de Condomínios do Distrito Federal;

VII - Difundir, em especial, junto aos moradores e à população em geral, a importância do apoio político para a consecução dos objetivos dos Condomínios, Síndicos e Profissionais envolvidos nas atividades de Condomínios do Distrito Federal, junto aos órgãos governamentais.

Art. 3º Integram a Frente Parlamentar de Condomínios, Síndicos e Profissionais envolvidos nas atividades de Condomínios do Distrito Federal :

I – Assembleia Geral, composta por todos os Parlamentares que subscreverem o registro da Frente ou vierem a solicitar a sua inclusão em momento posterior;

II – Conselho Executivo, integrado por:

A) 1 (um) Presidente;

B) 1 (um) Vice-presidente;

C) 1 (um) Secretário-Geral.

*Parágrafo único* . O mandato dos membros do Conselho Executivo durará até o término da nona legislatura.

Art. 4º Compete à Assembleia Geral:

I - Aprovar, modificar ou revogar, total ou parcialmente, o Regimento Interno elaborado pelo Conselho Executivo;

II - Eleger, reeleger e empossar os membros do Conselho Executivo;

III - Examinar e referendar os atos praticados pelo Conselho Executivo, aprovando seus relatórios e pareceres;

IV - Apreciar toda e qualquer matéria que lhe for apresentada pelo Conselho Executivo ou por qualquer de seus membros, fundadores ou efetivos;

V - Zelar pelo cumprimento das finalidades da Frente Parlamentar.

Art. 5º Compete ao Conselho Executivo:

I - Implementar as diretrizes políticas estabelecidas pela Assembleia-Geral;

II - Tomar as decisões políticas e administrativas necessárias para que se atinjam os objetivos da Frente;

III - Elaborar relatórios sobre a atuação da Frente;

IV - Convocar a Assembleia-Geral.

§ 1º São atribuições do Presidente:

I - Representar a Frente perante às Casas Legislativas;

II - Representar a Frente junto a entidades públicas e privadas;

III - Convocar as reuniões do Conselho Executivo;

IV - Presidir as reuniões do Conselho Executivo e da Assembleia-Geral.

§ 2º São atribuições do Secretário-Geral:

I - Planejar e coordenar as atividades do Conselho Executivo;

II - Tornar as iniciativas necessárias para que as decisões do Conselho Executivo sejam cumpridas.

§ 3º Os cargos do Conselho Executivo são privativos de Deputados Distritais.

Art. 6º A Frente será dissolvida por decisão da maioria absoluta dos membros da Assembleia-Geral.

Art. 7º Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos pelo Conselho Executivo.

Art. 8º O presente Estatuto entra em vigor na data de sua aprovação pelos membros da Frente Parlamentar de Condomínios, Síndicos e Profissionais envolvidos nas atividades de Condomínios do Distrito Federal .

Art. 9º O Deputado Distrital Roosevelt é o representante da Frente perante a Câmara Legislativa do Distrito Federal até que seja escolhido o Presidente.

Art. 10º O Presente Estatuto entra em vigor na data de sua aprovação pelos membros da Frente Parlamentar de Condomínios, Síndicos e Profissionais envolvidos nas atividades de Condomínios do Distrito Federal .

BRASÍLIA/DF, de setembro de 2023.

**Deputado ROOSEVELT**

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, 3º Andar, Gab 14 - CEP: 70094902 - Brasília - DF - Tel.: (61)3348-8142  
www.cl.df.gov.br - dep.rooseveltvillela@cl.df.gov.br



Documento assinado eletronicamente por **ROOSEVELT VILELA PIRES - Matr. Nº 00141, Deputado(a) Distrital**, em 13/09/2023, às 14:47:02, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **MARCOS MARTINS MACHADO - Matr. Nº 00155, Deputado(a) Distrital**, em 13/09/2023, às 15:10:00, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO WEYNE PEDROSA - Matr. Nº 00145, Deputado(a) Distrital**, em 13/09/2023, às 15:10:04, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **JOAO ALVES CARDOSO - Matr. Nº 00150, Deputado(a) Distrital**, em 13/09/2023, às 15:16:07, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **PEDRO PAULO DE OLIVEIRA - Matr. Nº 00170, Deputado(a) Distrital**, em 13/09/2023, às 15:24:09, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **IOLANDO ALMEIDA DE SOUZA - Matr. Nº 00149, Deputado(a) Distrital**, em 13/09/2023, às 15:24:52, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **JORGE VIANNA DE SOUSA - Matr. Nº 00151, Deputado(a) Distrital**, em 13/09/2023, às 15:31:29, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **DANIEL XAVIER DONIZET - Matr. Nº 00144, Deputado(a) Distrital**, em 13/09/2023, às 15:37:29, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **JOAQUIM DOMINGOS RORIZ NETO - Matr. Nº 00167, Deputado(a) Distrital**, em 13/09/2023, às 15:39:56, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **BERNARDO ROGERIO MATA DE ARAUJO JUNIOR - Matr. Nº 00173, Deputado(a) Distrital**, em 13/09/2023, às 15:48:17, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **THIAGO DE ARAÚJO MACIEIRA MAN - Matr. Nº 00172, Deputado(a) Distrital**, em 13/09/2023, às 15:48:42, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **JANE KLEBIA DO NASCIMENTO SILVA REIS - Matr. Nº 00165, Deputado(a) Distrital**, em 13/09/2023, às 15:53:58, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **DANIEL DE CASTRO SOUSA - Matr. Nº 00160, Deputado(a) Distrital**, em 13/09/2023, às 16:24:44, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site

<https://ple.cl.df.gov.br/#/autenticidade>

Código Verificador: **90007**, Código CRC: **8d79460d**







**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
Gabinete do Deputado Roosevelt - Gab 14



**ATA Nº DE 2023**

(Autoria: Deputado ROOSEVELT E OUTROS)

Às \_\_\_\_ horas do dia \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023 no Gabinete nº 14 da Câmara Legislativa do Distrito Federal, foi realizada reunião, por iniciativa do Deputado ROOSEVELT VILELA, com a finalidade de fundação e constituição da **Frente Parlamentar de Condomínios, Síndicos e Profissionais envolvidos nas atividades de Condomínios do Distrito Federal**. Estiveram presentes na Reunião \_\_\_\_ Deputados, conforme a lista de presença anexa. Na oportunidade, após debate com os Senhores Parlamentares, foi aprovada a fundação e constituição da Frente Parlamentar, com o objetivo de acompanhar proposições e outras atividades legislativas da Câmara Distrital que tratam de questões relacionadas aos Condomínios e Profissionais envolvidos nas atividades condominiais, em nível distrital, estadual, nacional e internacional. Em acordo com os demais membros, o Deputado ROOSEVELT VILELA deu início ao processo de eleição para Presidente e Vice-Presidente da Frente Parlamentar. Foi apresentada chapa única com o Deputado ROOSEVELT VILELA para ocupar a Presidência e os Deputados \_\_\_\_\_ e \_\_\_\_\_ para Vice-Presidente e 1º Secretário, respectivamente. O Deputado ROOSEVELT VILELA informou aos presentes que a Chapa Única foi eleita por unanimidade, com \_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) votos.

**DEPUTADO ROOSEVELT**

**PL**

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, 3º Andar, Gab 14 - CEP: 70094902 - Brasília - DF - Tel.: (61)3348-8142  
www.cl.df.gov.br - dep.rooseveltvillela@cl.df.gov.br



Documento assinado eletronicamente por **ROOSEVELT VILELA PIRES - Matr. Nº 00141, Deputado(a) Distrital**, em 13/09/2023, às 14:42:00, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **MARCOS MARTINS MACHADO - Matr. Nº 00155, Deputado (a) Distrital**, em 13/09/2023, às 15:10:00, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO WEYNE PEDROSA - Matr. Nº 00145, Deputado (a) Distrital**, em 13/09/2023, às 15:10:04, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **JOAO ALVES CARDOSO - Matr. Nº 00150, Deputado(a) Distrital**, em 13/09/2023, às 15:16:07, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **PEDRO PAULO DE OLIVEIRA - Matr. Nº 00170, Deputado**



**(a) Distrital**, em 13/09/2023, às 15:24:09 , conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **IOLANDO ALMEIDA DE SOUZA - Matr. Nº 00149, Deputado (a) Distrital**, em 13/09/2023, às 15:24:52 , conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **JORGE VIANNA DE SOUSA - Matr. Nº 00151, Deputado(a) Distrital**, em 13/09/2023, às 15:31:29 , conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **DANIEL XAVIER DONIZET - Matr. Nº 00144, Deputado(a) Distrital**, em 13/09/2023, às 15:37:29 , conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **JOAQUIM DOMINGOS RORIZ NETO - Matr. Nº 00167, Deputado(a) Distrital**, em 13/09/2023, às 15:39:56 , conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **BERNARDO ROGERIO MATA DE ARAUJO JUNIOR - Matr. Nº 00173, Deputado(a) Distrital**, em 13/09/2023, às 15:48:17 , conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **THIAGO DE ARAÚJO MACIEIRA MAN - Matr. Nº 00172, Deputado(a) Distrital**, em 13/09/2023, às 15:48:43 , conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **JANE KLEBIA DO NASCIMENTO SILVA REIS - Matr. Nº 00165, Deputado(a) Distrital**, em 13/09/2023, às 15:53:58 , conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **DANIEL DE CASTRO SOUSA - Matr. Nº 00160, Deputado(a) Distrital**, em 13/09/2023, às 16:24:44 , conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site

<https://ple.cl.df.gov.br/#/autenticidade>

Código Verificador: **90017** , Código CRC: **9d82d9b8**



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
Secretaria Legislativa



---

DESPACHO

A Mesa Diretora para publicação (RICL, art. 153, **art. 1º da Resolução nº 255/12** ),  
atendidos os requisitos dos arts 2º e 3º da referida Resolução.

---

MARCELO FREDERICO M. BASTOS

Matrícula 23.141

Assessor Especial

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, 5º Andar, Sala 5.10 - CEP: 70094902 - Brasília - DF - Tel.: (61)3348-8275  
www.cl.df.gov.br - seleg@cl.df.gov.br



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO FREDERICO MEDEIROS BASTOS - Matr. Nº 23141, Assessor(a) da Secretaria Legislativa**, em 09/04/2024, às 15:42:55 , conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site  
<https://ple.cl.df.gov.br/#/autenticidade>  
Código Verificador: **117123** , Código CRC: **dd35d46d**



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
Gabinete do Deputado Pastor Daniel de Castro - Gab 07



**REQUERIMENTO Nº DE 2023**  
(Do Sr. Deputado Pastor Daniel de Castro)

**Requer o registro da criação da  
Frente Parlamentar de Combate às  
Drogas e à Dependência química**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Requeiro nos termos da Resolução no 255 de 2012 o registro da criação da Frente Parlamentar de Combate às Drogas e à Dependência Química.

**JUSTIFICAÇÃO**

A Frente Parlamentar em de Combate às Drogas tem por objetivo apoiar e estimular políticas públicas e ações voltadas ao Combate às Drogas e à Dependência Química utilizando de diversos mecanismos, conforme explicitado em seu Estatuto.

Esta Frente Parlamentar é aberta à participação de todos os parlamentares que desejam contribuir com ações em prol do tema.

Sala das Sessões, em 2023

**DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO**

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, 2º Andar, Gab 7 - CEP: 70094902 - Brasília - DF - Tel.: 6133488072  
www.cl.df.gov.br - dep.pastordanieldecastro@cl.df.gov.br



Documento assinado eletronicamente por **DANIEL DE CASTRO SOUSA - Matr. Nº 00160, Deputado(a) Distrital**, em 04/09/2023, às 14:01:19, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **ROOSEVELT VILELA PIRES - Matr. Nº 00141, Deputado(a) Distrital**, em 04/09/2023, às 15:52:41, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO WEYNE PEDROSA - Matr. Nº 00145, Deputado(a) Distrital**, em 04/09/2023, às 15:53:28, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **THIAGO DE ARAÚJO MACIEIRA MAN - Matr. Nº 00172,**





**Deputado(a) Distrital**, em 04/09/2023, às 15:55:58 , conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **IOLANDO ALMEIDA DE SOUZA - Matr. Nº 00149, Deputado (a) Distrital**, em 04/09/2023, às 16:13:01 , conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **ROBERIO BANDEIRA DE NEGREIROS FILHO - Matr. Nº 00128, Deputado(a) Distrital**, em 04/09/2023, às 16:17:19 , conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **PAULA MORENO PARO BELMONTE - Matr. Nº 00169, Deputado(a) Distrital**, em 05/09/2023, às 09:52:59 , conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **PEDRO PAULO DE OLIVEIRA - Matr. Nº 00170, Deputado (a) Distrital**, em 13/09/2023, às 16:48:52 , conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site

<https://ple.cl.df.gov.br/#/autenticidade>

Código Verificador: **88560** , Código CRC: **0ea1277a**



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
Gabinete do Deputado Pastor Daniel de Castro - Gab 07



**ATA Nº DE 2023**

**ATA DA FUNDAÇÃO E CONSTITUIÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR DE COMBATE ÀS DROGAS E À DEPENDENCIA QUIMICA**

Em setembro de dois mil e vinte e três, no Gabinete Parlamentar do Deputado Daniel de Castro, sito na Câmara Legislativa do Distrito Federal, Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, 2º andar, Gabinete nº 07, em Brasília, Distrito Federal, os Senhores e as Senhoras Deputados (as) Distritais que subscreveram a Lista de Adesão (Requerimento) à **FRENTE PARLAMENTAR DE COMBATE ÀS DROGAS E À DEPENDENCIA QUIMICA** nos termos da Resolução nº 255, de 2 de fevereiro de 2012, que “Dispõe sobre o registro de frentes parlamentares na Câmara Legislativa do Distrito Federal”, reuniram-se pra fundar e constituir a **FRENTE PARLAMENTAR DE COMBATE ÀS DROGAS E À DEPENDENCIA QUIMICA** com a finalidade de: I- Apoiar e estimular políticas e ações relacionadas ao combate às drogas e a dependência químicas II-Estudar e propor políticas públicas, com base em evidências científicas que reduzam a epidemia do consumo abusivo e garantam o atendimento adequado aos dependentes químicos e aos seus familiares; III- Acompanhar as descobertas científicas, os estudos e as boas práticas no enfrentamento às drogas. IV- Promover debates, simpósios, e outros eventos pertinentes à temática do enfrentamento às drogas, cooperando na divulgação de seus resultados; V-Disseminar o conhecimento sobre os malefícios do abuso das drogas ilícitas e sobre a importância da prevenção do seu usos em tre outros. Definiu-se por consenso dos parlamentares presentes, que a presidência da Frente Parlamentar, será exercida pela Senhor Deputado Pastor Daniel de Castro. O Presidente informou sobre o objetivo da reunião, que é a fundação e constituição da **FRENTE PARLAMENTAR DE COMBATE ÀS DROGAS E À DEPENDENCIA QUIMICA** . Em seguida, foi lido o Estatuto da FRENTE PARLAMENTAR, resultado de debates e consultas anteriores a parlamentares e entidades representativas da sociedade civil. Colocado em votação, o Estatuto foi aprovado por unanimidade, fazendo parte da presente Ata, e, conseqüentemente, foi declarada criada a **FRENTE PARLAMENTAR DE COMBATE ÀS DROGAS E À DEPENDENCIA QUIMICA** . Ficou decidido que, em reunião futura, serão designados pelo Conselho Executivo, os servidores que exercerem atividades administrativas da Frente Parlamentar. Também foi aprovada a ampliação futura da Frente Parlamentar, com a inclusão de representantes da sociedade civil organizada. Decidiu-se que o Presidente da FRENTE PARLAMENTAR encaminhará esta Ata e o Estatuto à Mesa Diretora, para efeito de registro e publicação, e, em seguida, remeterá toda a documentação referente à mesma Ata aos demais membros da FRENTE PARLAMENTAR. Decidiu-se, ainda, que o **Presidente da FRENTE PARLAMENTAR, Deputado Pastor Daniel de Castro** , será responsável perante a Casa por todas as informações perante a Mesa Diretora. Não havendo mais nada a ser deliberado, a Presidente deu por encerrado os trabalhos, tendo determinado a lavratura da presente ata, a qual, após lida e, achada conforme, foi aprovada ao seu final e assinada pelo Presidente, Deputado Pastor Daniel de Castro e pel as Senhoras e Senhores Deputados Distritais que subscreveram a Lista de Adesão (Requerimento) à **FRENTE PARLAMENTAR DE COMBATE ÀS DROGAS E À DEPENDENCIA QUIMICA**

**PASTOR DANIEL DE CASTRO**

**Deputado Distrital**

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, 2º Andar, Gab 7 - CEP: 70094902 - Brasília - DF - Tel.: 6133488072  
www.cl.df.gov.br - dep.pastordanieldecastro@cl.df.gov.br



Documento assinado eletronicamente por **DANIEL DE CASTRO SOUSA - Matr. Nº 00160, Deputado(a) Distrital**, em 04/09/2023, às 14:01:19, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **ROOSEVELT VILELA PIRES - Matr. Nº 00141, Deputado(a) Distrital**, em 04/09/2023, às 15:53:03, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO WEYNE PEDROSA - Matr. Nº 00145, Deputado(a) Distrital**, em 04/09/2023, às 15:53:28, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **THIAGO DE ARAÚJO MACIEIRA MAN - Matr. Nº 00172, Deputado(a) Distrital**, em 04/09/2023, às 15:55:58, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **IOLANDO ALMEIDA DE SOUZA - Matr. Nº 00149, Deputado(a) Distrital**, em 04/09/2023, às 16:13:01, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **ROBERIO BANDEIRA DE NEGREIROS FILHO - Matr. Nº 00128, Deputado(a) Distrital**, em 04/09/2023, às 16:17:19, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **PAULA MORENO PARO BELMONTE - Matr. Nº 00169, Deputado(a) Distrital**, em 05/09/2023, às 09:52:59, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **PEDRO PAULO DE OLIVEIRA - Matr. Nº 00170, Deputado(a) Distrital**, em 13/09/2023, às 16:48:52, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site

<https://ple.cl.df.gov.br/#/autenticidade>

Código Verificador: **88591**, Código CRC: **f1862196**



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
Gabinete do Deputado Pastor Daniel de Castro - Gab 07



**ESTATUTO Nº DE 2023**

**FRENTE PARLAMENTAR DE COMBATE AS DROGAS E A DEPENDENCIA QUÍMICA - ESTATUTO**

Art. 1º A Frente Parlamentar de Combate às Drogas e à Dependência Química é uma associação suprapartidária, composta por pelo menos um terço dos membros do Poder Legislativo do Distrito Federal, com sede e foro em Brasília.

Art. 2º São finalidades da Frente Parlamentar de Combate às Drogas e à Dependência Química:

I-Apoiar e estimular políticas e ações relacionadas ao combate às drogas e a dependência químicas

II-Estudar e propor políticas públicas, com base em evidências científicas que reduzam a epidemia do consumo abusivo e garantam o atendimento adequado aos dependentes químicos e aos seus familiares;

III- Acompanhar as descobertas científicas, os estudos e as boas práticas no enfrentamento às drogas

IV- Promover debates, simpósios, e outros eventos pertinentes à temática do enfrentamento às drogas, cooperando na divulgação de seus resultados;

V-Disseminar o conhecimento sobre os malefícios do abuso das drogas ilícitas e sobre a importância da prevenção do seu uso

VI-Promover o intercâmbio entre entidades estatais, paraestatais, entes assemelhados dos parlamentares de outros Estados da Federação Brasileira, assim como organismos internacionais, visando a troca, registro e difusão de experiências na área que viabilizem a implementação de políticas públicas voltadas ao combate às drogas e à dependência químicas

VII- Relacionar-se com entidades e órgãos voltados às questões de enfrentamento às drogas, visando à cooperação e integração com a Câmara Legislativa do Distrito Federal

VIII. Acompanhar o cumprimento das legislações voltadas ao enfrentamento às drogas e à dependência química;

IX-Acompanhar a tramitação de matérias relativa aos assuntos da Frente Parlamentar no Congresso Nacional.

Art. 3º A Frente Parlamentar será composta pelos Deputados Distritais integrantes da atual Legislatura e que subscreveram o registro da Frente, bem como os que aderirem em data posterior.

Art. 4º Compõe a Frente:

I. Assembleia Geral, composta pelos parlamentares filiados a Frente.

II- Conselho Executivo integrado por:

a) Presidentes

b) Vice-presidentes

c) Secretário-geral

III- Conselho Consultivo integrado por:



a) Um conselheiro efetivo

b) Um consultor externo convidado pela Assembleia Geral para assessoria temporária em temas específicos.

§1º A participação nos cargos previstos neste artigo não ensejará qualquer tipo de remuneração.

Art. 5º Compete à Assembleia Geral:

I- Eleger ou destituir os integrantes do Conselho Executivo e do Conselho Consultivo;

II- Aprovar os relatórios apresentados pelo Conselho Executivos

III- Estabelecer as diretrizes políticas da atuação da Frentes

IV- Supervisionar a atuação do Conselho Executivo

V- Promover as alterações necessárias a este Estatuto.

§1º As decisões da Assembleia Geral serão tomadas por maioria simples dos votantes, presente a maioria absoluta dos membros da Frente, em primeira chamada, e por maioria simples dos votantes, presentes dez por cento de seus membros. na hipótese de segunda chamada.

Art. 6º Compete ao Conselho Executivo:

I- Implementar as diretrizes políticas estabelecidas pela Assembleia Geral

II- Tomar as decisões políticas e administrativas necessárias para que se atinjam os objetivos da Frentes

III- Convocar a Assembleia Geral

IV- Elaborar relatórios sobre a atuação da Frentes

§1º São atribuições do Presidente:

I- Representar a Frente perante as Casas Legislativas

II- Representar a Frente junto a entidades públicas e privadas

III- Convocar as reuniões do Conselho Executivo Presidir as reuniões do Conselho Executivo e da Assembleia Geral

*IV- Presidir as reuniões do Conselho Executivo e da Assembleia Geral*

§2º São atribuições do vice-presidente auxiliar o presidente e substituí-lo em casos de impedimento ou ausência.

§3º São atribuições do Secretário-Geral:

I- Planejar e coordenar as atividades do Conselho Executivo

II- Tomar as iniciativas necessárias para que as decisões do Conselho Executivo sejam cumpridas

Art. 7º Compete ao Conselho Consultivo assessorar o e a Assembleia Geral sempre que demandado.

Art. 8º A Frente será dissolvida por decisão da membros da Assembleia Geral ou quando atingir os objetivos mediante registro em ata de encerramento.

Art. 9º Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos pelo Conselho Consultivo.

Art. 10º A Frente. com vistas ao alcance de. suas finalidades, poderá criar. manter e participar de entidades e instituições com finalidades iguais ou similares às suas, ou com outras Frentes com objetivos afins, ouvindo a Assembleia Geral.

Art. 11 O presente Estatuto entrará em vigor na data da sua aprovação pelos membros da Frente.

**PASTOR DANIEL DE CASTRO**

Deputado Distrital

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, 2º Andar, Gab 7 - CEP: 70094902 - Brasília - DF - Tel.: 6133488072  
www.cl.df.gov.br - dep.pastordanieldecastro@cl.df.gov.br



Documento assinado eletronicamente por **DANIEL DE CASTRO SOUSA - Matr. Nº 00160, Deputado(a) Distrital**, em 04/09/2023, às 14:01:19 , conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **ROOSEVELT VILELA PIRES - Matr. Nº 00141, Deputado(a) Distrital**, em 04/09/2023, às 15:53:23 , conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO WEYNE PEDROSA - Matr. Nº 00145, Deputado(a) Distrital**, em 04/09/2023, às 15:53:28 , conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **THIAGO DE ARAÚJO MACIEIRA MAN - Matr. Nº 00172, Deputado(a) Distrital**, em 04/09/2023, às 15:55:58 , conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **IOLANDO ALMEIDA DE SOUZA - Matr. Nº 00149, Deputado(a) Distrital**, em 04/09/2023, às 16:13:01 , conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **ROBERIO BANDEIRA DE NEGREIROS FILHO - Matr. Nº 00128, Deputado(a) Distrital**, em 04/09/2023, às 16:17:19 , conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **PAULA MORENO PARO BELMONTE - Matr. Nº 00169, Deputado(a) Distrital**, em 05/09/2023, às 09:52:59 , conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **PEDRO PAULO DE OLIVEIRA - Matr. Nº 00170, Deputado(a) Distrital**, em 13/09/2023, às 16:48:52 , conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site

<https://ple.cl.df.gov.br/#/autenticidade>

Código Verificador: **88629** , Código CRC: **b5376ce2**



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
Secretaria Legislativa



---

DESPACHO

A Mesa Diretora para publicação (RICL, art. 153, **art. 1º da Resolução nº 255/12** ),  
atendidos os requisitos dos arts 2º e 3º da referida Resolução.

---

MARCELO FREDERICO M. BASTOS

Matrícula 23.141

Assessor Especial

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, 5º Andar, Sala 5.10 - CEP: 70094902 - Brasília - DF - Tel.: (61)3348-8275  
www.cl.df.gov.br - seleg@cl.df.gov.br



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO FREDERICO MEDEIROS BASTOS - Matr. Nº 23141, Assessor(a) da Secretaria Legislativa**, em 09/04/2024, às 15:41:49 , conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site  
<https://ple.cl.df.gov.br/#/autenticidade>  
Código Verificador: **117122** , Código CRC: **c1897655**

Se você envia documentos para publicação no  
**DIÁRIO DA CÂMARA LEGISLATIVA**  
então esse recado é pra você!

5 dicas para ter o seu documento publicado sem problemas

1

*Use o SEI*

Precisamos da sua assinatura digital e do QRCode

*Envie os originais*

PDF só se for de documento externo à CLDF

2

3

*Use os modelos*

O SEI disponibiliza modelos para os documentos

*Veja esse resumo*

Tahoma 12

4

5

*Cuidado com as tabelas*

770 pixels ou 100%

clique e saiba mais...

Trabalhando juntos podemos oferecer  
um serviço de qualidade para a população do DF.





**CÂMARA  
LEGISLATIVA**  
DISTRITO FEDERAL